

GIANE MARIA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO:
OS SINDICATOS AMARELOS E A PEDAGOGIA ESTADONOVISTA**

CAMPINAS

2006

GIANE MARIA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO:
OS SINDICATOS AMARELOS E A PEDAGOGIA ESTADONOVISTA**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação (Filosofia e História da Educação) à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi.

**Universidade Estadual de Campinas
Campinas – 2007**

© by Giane Maria de Souza, 2006.

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Souza, Giane Maria de
So89e Educação para o trabalho: os sindicatos amarelos e a pedagogia
estadonovista / Giane Maria de Souza. – Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador: José Claudinei Lombardi.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Educação. 2. Sindicatos. 3. Estado Novo (1937-1945). I. Lombardi,
José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

06-552-BFE

Título em inglês: Education for the work: yellow unions and the pedagogy of the newstate

Keywords: Education; Unions; New State (1937-1945)

Área de concentração: História, Filosofia e Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi
Prof. Dr. José Luiz Sanfelice
Prof. Dr. Carlos Lucena
Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

Data da defesa: 2006

Programa de Pós-Graduação: Educação

e-mail: gianesc@bol.com.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 22 de novembro de 2006, considerou a candidata Giane Maria de Souza aprovada.

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (orientador)

Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena

Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. José Luis Sanfelice

Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas

Ao meu pai Ivo Antonio de Souza
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Claudinei Lombardi, que prontamente acolheu o tema desta dissertação. Minha profunda gratidão à sua orientação e às suas reflexões. Ao orientador, um memorável respeito intelectual. Ao amigo Zezo, obrigada pela tolerância e paciência nessa longa convivência, apesar das intempéries do tempo.

Ao professor José Luis Sanfelice, pelas críticas pertinentes e contribuições teóricas no processo de qualificação desta dissertação.

Ao professor Dermeval Saviani, pela sua humildade intelectual e paciência pedagógica ao disponibilizar seu tempo para atender minhas inquietações.

Aos amigos dos grupos de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) e PAIDÉIA, pelos debates e encontros homéricos, dentro e fora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

À minha mãe Maria, pelas preocupações em cada viagem e o alívio transparecido em cada retorno. Aos meus irmãos, Gilson, Gizele e Ivan. À minha sobrinha Helena, a quem passo certeza de que a vida continua e sempre há esperança de um mundo melhor.

Aos amigos que, entre encontros e desencontros, contribuíram para a finalização deste processo.

PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ

*Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída
Quem a reconstruiu tanta vezes? Em que casas
Da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que
a Muralha da China ficou pronta?
A grande Roma esta cheia de arcos do triunfo
Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para os seus habitantes? Mesmo
na lendária Atlântida
Os que se afogavam gritaram por seus escravos
Na noite em que o mar a tragou.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Filipe da Espanha chorou, quando sua Armada
Naufragou. Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?*

*Cada página uma vitória.
Quem cozinhou o banquete?
A cada dez anos um grande Homem.
Quem pagava a conta?*

*Tantas histórias.
Tantas questões.*

Bertold Brecht

RESUMO

Esta dissertação analisa a concatenação histórica entre surgimento do Sindicato dos Têxteis (1939) e o reconhecimento do Sindicato dos Mecânicos e Metalúrgicos (1942), no período do Estado Novo (1937-1945) em Joinville – SC, como uma vertente do sindicalismo amarelo para a promoção da aquiescência social e educação dos trabalhadores. O escopo deste trabalho é evidenciar como se processou a cooptação ideológica dos trabalhadores, conduzida pelos sindicatos oficialmente coordenados e monitorados pelo Ministério da Indústria e Comércio (1931). Dentro de uma perspectiva materialista-histórica, pretende-se analisar os conceitos de educação e trabalho a partir das obras de Marx, Gramsci e Mészáros, buscando na apreensão ontológica da categoria trabalho o eixo central para a compreensão das relações sociais e práticas educativas que, em movimentos de representatividade dos trabalhadores nas organizações sindicais, possuem múltiplas determinações que constituem historicamente estruturas fundamentais para a manutenção ou superação das lutas de classes e da divisão social do trabalho. A investigação histórica remeteu-se ao levantamento documental das entidades sindicais para análise e demonstração das estratégias estadonovistas utilizadas para a inserção e propagação dos desígnios autoritários. Ao contrapor as fontes documentais com a implementação de políticas trabalhistas, constatou-se que o Estado Novo objetivava, sobretudo, a educação dos trabalhadores para o controle e domínio do Estado a serviço do capital, consolidando a industrialização no Brasil. O Departamento Nacional de Propaganda e o Departamento de Imprensa e Propaganda visavam instrumentalizar os intelectuais do movimento operário para a difusão das políticas autoritárias e a defesa do trabalho ordeiro e do capital honesto. Destarte, em Joinville, as entidades sindicais e seus representantes mostraram-se eficientes na manutenção da superestrutura proposta pelo Estado Novo, mantendo uma relação com a classe trabalhadora marcadamente educativa, ideológica e reformista-reacionária para a consolidação da ordem e a legitimação do Estado autoritário.

Palavras-chave: Educação; Sindicato; Estado Novo.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the historical concatenation between the emergence of the Textiles' Union (1939) and the recognition of the Mechanics' and Metallurgists' Union (1942), during the period of the New State (1937-1945) in Joinville – SC, as an aspect of the yellow trade unionism for the promotion of workers' social acquiescence and education. The purpose of this text is to show how workers were ideologically co-opted by the Unions, officially coordinated and monitored by the Ministry of Industry and Commerce (1931). From a materialistic historical perspective, we aim at analyzing the concepts of Education and Work through the writings of Marx, Gramsci and Mészáros. From the ontological apprehension of the work category, we search for the fundamental idea for the comprehension of the social relations and educational practices that, in movements of workers' representations in union organizations, have multiple determinations which historically constitute fundamental structures for the maintenance or overcoming of class struggle and social division of work. The historical research referred to the documentary survey of the union institutions for analysis and demonstration of the New State's strategies used for the insertion and propagation of authoritative intentions. Comparing the documentary sources with the implementation of working policies, we concluded that the New State aimed at the workers' education for the control and dominion of the Estate in service of the capital, consolidating the industrialization in Brazil. The National Department of Advertisement and the Department of Media and Advertisement aimed at training the intellectuals of the working movement to propagate the authoritative policies and the defense of neat work and honest capital. Finally, in Joinville, the union institutions and their representatives proved to be efficient in the maintenance of the superstructure proposed by the New State, keeping a mainly educational, ideological and reform-reactionary relation with the working class for the consolidation of the order and legitimation of the authoritative Estate.

Key words: Education; Union; New State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. EDUCAÇÃO, TECNOCRACIA E TRABALHO NO ESTADO NOVO (1937-1945).....	11
1.1. Resistência camponesa e operária antes de 1930.....	12
1.2. O contexto histórico da década de 1930 até o final do Estado Novo.....	16
1.3. Educação e trabalho no regime autoritário	22
1.4. Sindicatos amarelos: educação para o trabalho	31
1.5. Discursos das lideranças operárias.....	33
1.6. Intelectuais urbanos e o <i>pai dos pobres</i>	39
2. LEGITIMAÇÃO E DIFUSÃO DO DISCURSO DO PODER.....	57
2.1. O papel da imprensa	57
2.2. DNP – a pedagogia estadonovista.....	65
2.3. Círculo operário: ambiente para estudo.	67
2.4. A educação para os operários e sua família.....	70
2.5. A classe dominante e os sindicatos.....	80
2.5.1 Aristides Largura.....	83
2.5.2 Carlos Gomes de Oliveira	89
2.5.3 Adolfo B. Schneider.....	92
2.5.4 Conrado de Mira	94
2.6. Reclamações trabalhistas e patronais.....	103
3. CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Passeata dos sindicatos dos operários joinvilenses em comemoração ao segundo aniversário do Estado Novo. 10 nov. 1938.....	26
Figura 2: Passeata dos Operários de Joinville. Dia 10 de novembro de 1939 em homenagem ao aniversário do Estado Novo.	41
Figura 3: Passeata dos Operários de Joinville. Dia 10 de novembro de 1939 em homenagem ao aniversário do Estado Novo.	46
Figura 4: Getúlio Vargas visita Joinville dia 10 de março de 1940. Ao seu lado estão o interventor de Santa Catarina – Nereu Ramos – e o prefeito de Joinville – Nabor de Lima Monteiro.....	52
Figura 5: Passeata dos sindicatos em homenagem a vinda de Getúlio Vargas à cidade de Joinville no seu octogésimo sétimo aniversário. 10 mar. 1940.	53
Figura 6: Jantar dos sindicatos e patrões nas dependências do Círculo Operário. Conrado de Mira havia anotado de próprio punho quais os representantes das empresas e dos sindicatos junto à fotografia.....	68
Figura 7: Passeata dos Operários de Joinville. Dia 10 de novembro de 1939 em homenagem ao aniversário do Estado Novo.	81
Figura 8: Plínio Salgado em 1935 visita Joinville com comitiva integralista.	83
Figura 9: Passeata Integralista em 1935 na Rua do Príncipe em Joinville.	85
Figura 10: Comemoração Catarinense Integralista em 1936. Centenário Carlos Gomes. Blumenau – SC.	85
Figura 11: Comemoração Catarinense Integralista em 1936. Centenário Carlos Gomes. Blumenau – SC.	86
Figura 12: Comemoração Catarinense Integralista em 1936. Churrascada. Blumenau – SC.	86
Figura 13: Boletim – Deixa o trabalhador passar. Conrado de Mira.....	99
Figura 14: Passeata dos Operários de Joinville. Dia 10 de novembro de 1939 em homenagem ao aniversário do Estado Novo.	100

INTRODUÇÃO

O golpe do Estado Novo (1937-1945), comandado por Getúlio Vargas, marcou a história do Brasil, determinando profundas transformações e influências ideológicas no contexto político, econômico e social. A presente dissertação propõe-se a ser um estudo histórico da função educativo-ideológica dos sindicatos amarelos no contexto estadonovista em Joinville – SC.

As entidades sindicais joinvilenses foram atingidas por um forte aparato ideológico-repressivo, que se radicalizou no Estado Novo. A historicização de como se deu essa cooptação ideológica e de que forma ela se processou foi o proposto por esta pesquisa. A análise teórica de como a pedagogia autoritária, defensora do trabalho como sinônimo de disciplina, ajuda a entender melhor como se incutia nos trabalhadores a defesa do capital honesto. A educação para o trabalho ordeiro era a perspectiva educativa que os sindicatos deveriam difundir entre os trabalhadores.

Constatou-se que as organizações sindicais de Joinville desenvolveram, no bojo de suas orientações políticas, a gênese e a defesa dos interesses do Estado varguista e, conseqüentemente, também do capital e dos seus representantes. Portanto, o movimento sindical joinvilense assumiu uma postura cooperativista, reformista e de colaboração com o capital. Esses sindicatos de direita (CARONE, 1991) serão denominados sindicatos amarelos no decorrer desta pesquisa.

Segundo Antunes (1982), as organizações da classe trabalhadora, representadas pelos sindicatos, tiveram uma nova configuração no cenário estadonovista, por meio da legislação getulista do trabalho. Em 1939, Vargas promulgou o decreto-lei n. 1.402, que instituiu o enquadramento sindical, pelo qual todos os sindicatos, para existirem, precisavam estar reconhecidos oficialmente pelo Ministério do Trabalho.

Com o discurso de cooperação, o Estado subjugou os sindicatos, institucionalizando-os e promovendo a política de aquiescência social, respaldada no ressurgimento dos sindicatos amarelos.

Segundo Araújo (1998), os amarelos eram as entidades sindicais corporativistas, socialista-reformistas, positivistas, republicanas e sociais. Almejavam a mudança social por meio de ações legais e propunham acordos pacifistas para mediar confrontos e propor melhorias trabalhistas. Os sindicatos de esquerda consideravam os amarelos um movimento pelego¹ dos trabalhadores.

As lideranças sindicais oposicionistas acusavam os sindicatos amarelos de serem instrumentos econômicos do capital e de transformar o movimento sindical classista em um sindicalismo profissional. O sindicalista amarelo nada mais era que um administrador de bens do sindicato e um mediador dos interesses comuns entre os trabalhadores e patrões. Os amarelos negavam veementemente a existência de classes sociais.

Nesse sentido, alguns historiadores do movimento operário apontam a institucionalização das entidades sindicais e a propagação dos amarelos no Estado Novo como uma estratégia autoritária para centralizar e ajustar o movimento sindical com as premissas estadonovistas, enfim, objetivando desmobilizar as organizações operárias de concepção anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas (ANTUNES, 1982; ARAÚJO, 1998; CARONE, 1976, 1979; DE DECCA, 1994; FAUSTO, 1986; PINHEIRO et al., 1997).

Araújo (1998) advoga que Vargas não mediu esforços para colocar a serviço do Estado os sindicatos, usados como aparelhos ideológicos para o cumprimento de suas prerrogativas autoritárias. A cooptação política e ideológica dos operários garantia a aquiescência social, ou seja, a classe trabalhadora estava sob o controle das elites, institucionalizada e dirigida pelo Estado.

O Estado tecnocrático de Vargas preconizava a educação para o trabalho e a cooperação subserviente como noções de patriotismo e nacionalidade (BAÍIA HORTA, 1994). Destarte, o Estado getulista tornou-se um Estado educador para a consolidação dos interesses políticos e econômicos do capitalismo industrial no Brasil.

Fernandes (1981) considera o regime implantado por Vargas em 1937 semelhante a outros governos totalitários na América Latina no início do século XX, como uma vertente inspirada no fascismo europeu, baseado na plutocracia. Assim, o sistema capitalista representado por Getúlio Vargas almejava organizar e reestruturar economicamente a sociedade brasileira conforme a

¹ Essa é uma designação historicamente construída para caracterizar os sindicatos que se subordinam aos interesses patronais (ANTUNES, 1982).

conjuntura internacional se forjava. O controle ideológico-repressivo das massas foi uma das formas de garantir a implementação de políticas desenvolvimentistas para assegurar o alinhamento econômico brasileiro ao restante dos países capitalistas.

Os sindicatos tornaram-se instrumentos educativos, e suas organizações inerentes ao mundo do trabalho desenvolveram algumas vezes não somente a perspectiva de superação de classe, mas, pela ótica dos donos dos meios de produção, a manutenção da classe a serviço do capital por meio da divisão social do trabalho.

Em Joinville, a segunda condição foi norteadora dos princípios do movimento sindical. As entidades sindicais transformaram-se em aparelhos difusores da pedagogia do trabalho disciplinado e do capital honesto. Sob o patrocínio do Estado Novo, as instituições sociais, como o Círculo Operário de Joinville e os meios de comunicação, foram organizadas e criadas para cumprir com a função educativo-ideológica.

Os intelectuais foram o suporte ideológico do Estado Novo e tinham destaque no centro da política getulista. No caso específico de Joinville, ficou evidenciada a participação dos intelectuais no adestramento dos trabalhadores para adequá-los ao sistema. Para contribuir epistemologicamente nesta análise, Gramsci (1989, 1995), com sua conceituação de intelectual orgânico, oferece elementos estruturantes e problematizadores para a elucidação dos conflitos e interesses do grupo hegemônico sobre educação e aquiescência dos trabalhadores. Analisa a formação cultural das classes subalternas e estabelece duas características existentes no seio da classe trabalhadora: o senso comum (conhecimento vulgar) e o bom senso (conhecimento científico).

O materialismo histórico foi a concepção teórico-metodológica utilizada nesta dissertação para a fundamentação gnosiológica da pesquisa. Buscou-se, na categoria ontológica do trabalho, a partir de Marx, a base argumentativa teórica de análise da relação entre o trabalho e educação. Segundo o pensamento marxiano, o trabalho é entendido, por meio do seu princípio educativo de transformação da realidade objetiva, pela relação imediata do homem versus natureza (LOMBARDI, 1993).

Existe um condicionamento material na formação da consciência e do conhecimento mediado pelo trabalho, e é essa formação ontológica do homem e seu meio que determina o princípio educativo. Portanto, o trabalho e suas representações, organizações e classificações estão permeadas pela educação desenvolvida pelo homem, que se realiza enquanto sujeito da própria história.

Saviani (2005) afirma, apoiado em Marx, que o trabalho diferencia os homens dos outros animais. A ominidade do trabalho consiste na capacidade subjetiva de planejamento, elaboração e finalização das atividades antes da sua execução. A capacidade de transmissão, apropriação e assimilação são o ato educativo em si. Marx já referia que o primeiro ato educativo do homem é o trabalho.

[...] O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador [...] ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1985, p. 202).

A produção do conhecimento, intencional ou não, assume as multideterminações do trabalho e suas configurações históricas. Assim, o trabalho ontologicamente é analisado por Marx como o princípio fundador da sua realização social (MARX, 1985, 1986, 2001).

Portanto, não se pode discutir a pedagogia do Estado Novo e a história do sindicalismo brasileiro sem analisar as imbricações históricas e ontológicas do trabalho. Não há também como compreender o trabalho no início do século XX sem analisar sua relação histórica antagônica de dependência e resistência ao capital. Assim, é necessário remeter-se ao clássico marxiano do princípio educativo para entender que a educação para o trabalhador está condicionada à materialidade do seu trabalho. Contudo, não se pode separar a educação no sistema capitalista sem condicioná-la ao seu tripé fundador: trabalho, capital e Estado.

A incursão historiográfica para o desenvolvimento desta pesquisa partiu do movimento dialético de transformação do trabalho na sociedade capitalista ocidental. Nesse sentido, as obras de Hobsbawm (1982, 1987, 1995, 1998) tornaram-se fundamentais para a compreensão histórica do capitalismo a partir da Revolução Industrial do século XVIII.

Seguindo essa tentativa de análise teórica para a compreensão da relação capital-trabalho é necessário remeter-se ao debate sobre o papel histórico do Estado na sociedade capitalista. Para contribuir nessa perspectiva, as obras do pensador húngaro István Mészáros (1993, 2002, 2004) foram de suma importância.

Para Mészáros (2002), o Estado institui-se no papel de árbitro das relações conflituosas que se estabelecem na sociedade capitalista:

[...] Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos, até os de nível mais mediato e abrangente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 109).

A educação, como produto da imbricação antagonica do trabalho, capital e Estado, foi analisada por muitos pesquisadores no âmbito da história da educação (CUNHA,1980; CUNHA,1989; FRIGOTTO, 2000; GHIRALDELLI JR., 1987; GOMES., 2005; BAÍA HORTA, 1994; LOMBARDI, 1993; LUCENA, 2004; MANACORDA, 1990; NOSELLA, 1992; RIBEIRO,1982; ROSSI, 1980; SAVIANI, 2005). Kuenzer (2002) reelaborou o conceito de pedagogia do trabalho, chamando-a de pedagogia das fábricas. A autora realizou a tentativa de analisar a relação apreendida pelo trabalhador no modo de produção capitalista, considerando o trabalho fabril essencialmente educativo, ora para as conformações da reestruturação capitalista, ora para um movimento de ruptura e tomada de consciência.

A historiografia do movimento operário no Brasil, em meados da década de 1980, elaborou novas perspectivas de análise das vicissitudes que compõem o movimento operário no Brasil. A história das organizações operárias forneceu o suporte teórico para a compreensão da dimensão da luta de classes desenvolvida dentro e fora dos locais de trabalho. Os historiadores, hegemonicamente, privilegiam os sindicatos da classe operária de orientação esquerdista: anarco-sindicalistas, socialistas e comunistas. Esse processo histórico de organização do operariado brasileiro é imprescindível para o processo de formação da consciência de classe, que deseja transformar-se de “*em si*” em “*para si*” (ANTUNES, 1988).

Porém, os sindicatos eleitos para o desenvolvimento desta pesquisa são os amarelos, que, em Joinville, serviram de instrumento educativo-ideológico para a propagação e legitimação dos desígnios autoritários do Estado Novo. As entidades investigadas *a priori* para o desenvolvimento desta pesquisa foram fundadas ou reconhecidas no Estado Novo: o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Malharia, Tinturaria, Tecelagem e Assemelhados de Joinville (SINDITEX), criado em agosto de 1939, e o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos, na Fundação, na Siderurgia e na Indústria do Material Elétrico de Joinville, fundado em 17 de novembro de 1931 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 12 de fevereiro de 1942.

A delimitação temática desta pesquisa está relacionada ao fato concreto de os dois maiores e mais antigos sindicatos da cidade terem sido fundados ou reconhecidos no período estadonovista, sob o controle, direção e interesse do Estado varguista.

Para o desenvolvimento da pesquisa histórica, foi dividida a investigação em dois tempos. No primeiro momento foi realizada a revisão literária do tema em questão, de forma que se apreendesse quais as abordagens realizadas por outros pesquisadores; no segundo, procedeu-se à investigação das fontes de pesquisa – sua localização, relevância, garimpagem e catalogação –, objetivando o tema proposto por essa dissertação. Durante todo o processo foi feito um entorno, contorno e retorno à bibliografia temática. Partiu-se do método de investigação que entende que as fontes devem ser interrogadas pelo historiador, assim como todas as hipóteses devem ser testadas, contrastadas e problematizadas, principalmente quando o objeto de estudo refere-se à educação e trabalho, em virtude das suas constantes configurações e reestruturações históricas.

Marx (1985) analisa a pesquisa investigativa e confirma a necessidade de serem criadas conexões com a matéria, ou seja, com o objeto, para a proximidade da sua realidade histórica:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão interna que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori*. (MARX, 1985, p. 17).

Seguindo as orientações metodológicas referidas, a pesquisa foi iniciada nas duas entidades sindicais propostas. O desconhecimento das lideranças sindicais de Joinville a respeito da história dos trabalhadores e de suas respectivas lutas foi constatado no decorrer deste estudo, assim como uma negligência no que se refere à preservação da cultura material e da memória dos trabalhadores. Alguns líderes sindicais argumentaram que “documento velho é guardado durante cinco anos, depois vira arquivo morto, é dado para os catadores de papelão vender”.

Para algumas lideranças joinvilenses, o sindicalismo começou a existir de fato após a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983; o período anterior é muitas vezes desconhecido ou ignorado pelas direções das entidades sindicais dos trabalhadores.

Encontrar os vestígios materiais para a formulação desta pesquisa tornou-se problemático por diversas situações descobertas ao longo do processo de investigação. Primeiro, constatou-se que o

acervo para a investigação documental dos sindicatos (atas, boletins, livros caixas e processos trabalhistas) estava sob o cuidado da família de Conrado de Mira², que o doou, recentemente, para o Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Segundo, foi descoberto que, na década de 1950, o Sindicato dos Metalúrgicos sofreu uma catástrofe, registrada na ata do sindicato: “Em 1955 aconteceu uma tragédia com esta casa do trabalhador. Um incêndio que destruiu todo o prédio, queimando, entre outras coisas, documentos que registravam a história do sindicato” (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS..., 16 fev. 1964)³. Finalmente, em terceiro lugar, aconteceu, em setembro de 2002⁴, uma interdição do Arquivo Histórico Municipal pela Secretaria de Saúde de Joinville.

Entretanto, com todas as dificuldades encontradas durante o processo investigatório, esta pesquisa cumpriu com seus objetivos iniciais, sinalizando a possibilidade de continuidade do tema e investigação propostos. As entidades sindicais estudadas não ficaram mais restritas ao Sindicato dos Têxteis e Metalúrgicos, mas abriu-se a investigação para outras entidades que serão expostas no decorrer da dissertação.

O Estado Novo (1937-1945) foi o recorte temporal selecionado, porém a materialidade da pesquisa acontece somente com as fontes e o objeto sendo questionados pelo historiador. Portanto, houve a necessidade histórica de debruçar-se sobre o movimento sindical anterior ao contexto estadonovista, como os congressos operários de 1934.

Sobretudo os discursos do presidente Getúlio Vargas e a propaganda oficial coordenada pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP) (1938) foram de extrema relevância para a

² Conrado de Mira havia sido funcionário de diversos sindicatos na cidade. O capítulo 2 desta dissertação faz uma análise histórica da sua atuação sindical e profissional. Essa documentação estava guardada na residência da família Mira, dentro de um porão. Em 1964, após o golpe militar, o 62º Batalhão de Infantaria de Joinville ocupou a residência e prendeu Conrado de Mira, acusado de ser comunista. Felizmente não descobriu no ato da prisão esse arsenal de documentos guardados por Conrado em sua casa.

³ Na década de 1960, no período da ditadura, diversos incêndios aconteceram em Joinville, muitos de forma misteriosa, com probabilidades de crime político ideológico, sob a orientação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Para uma investigação mais contundente e precisa sobre o período incendiário que Joinville passou, sistematicamente na década de 1970, ver a pesquisa: SOUZA, Sirlei. **Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da “Revolução de 64” em Joinville**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

⁴ O serviço de saúde do trabalhador interditou o Arquivo Histórico Municipal por encontrar entre os documentos resíduos de BHC – uma substância pertencente aos organoclorados que causa danos ao sistema nervoso central e câncer em diversos órgãos do corpo humano. As análises foram realizadas pelo Centro de Informações Toxicológicas da Secretaria de Estado da Saúde. Atualmente o referido arquivo encontra-se interditado para pesquisas e limpeza documental.

compreensão do processo pedagógico de coerção dos trabalhadores joinvilenses ministrado pelas entidades sindicais. Os documentos pesquisados comprovaram a obrigatoriedade da participação operária em eventos políticos. Os ideais getulistas eram difundidos para os trabalhadores em assembléias, cursos e encontros promovidos pelas entidades sindicais, patrocinados e fiscalizados pelo Estado.

O Estado utilizou-se oficialmente dos sindicatos dos trabalhadores e determinou uma atuação ideológica a fim de promover a subordinação e o atrelamento dos trabalhadores para a manutenção do *status quo*. A defesa do Estado Novo pelos trabalhadores será evidenciada por meio das exposições iconográficas no decorrer da dissertação, assim como a demonstração iconográfica da gênese autoritária, que em Joinville mostra-se presente desde o início da década de 1930, com a adesão ao movimento integralista.

Esta dissertação foi organizada e dividida em dois capítulos centrais: O capítulo 1 – “Educação, tecnocracia e trabalho no Estado Novo (1937-1945)” – inicia-se com uma breve contextualização histórica dos conflitos operários e camponeses que antecederam a década de 1930, com o intuito de provocar o debate sobre as concessões trabalhistas de Vargas como produto da luta histórica dos trabalhadores desde os meados do século XIX. Também são abordadas as movimentações políticas, os arranjos e rearranjos das elites oligárquicas no início do século XX, o combate ao comunismo soviético e a ascensão do nazifascismo na Europa, fatos que determinaram as ações estruturantes de implementação do governo autoritário de Vargas. Pretende-se, no desenvolvimento dessa parte, discorrer conceitualmente sobre o sentido da educação para o governo getulista, assim como para seus principais ideólogos: Francisco Campos e Gustavo Capanema; analisar a relação intrínseca entre educação, tecnocracia e trabalho na perspectiva autoritária estadonovista; evidenciar a pedagogia da aquiescência social promovida no movimento sindical para a conformação e o disciplinamento dos trabalhadores ao Estado e entender como as lideranças operárias historicamente formaram intelectuais orgânicos, instalados dentro dos sindicatos, que, paradoxalmente, cumpriam desígnios e representavam os interesses patronais, na condição de vanguarda dos trabalhadores.

O capítulo 2 – “Legitimação e difusão do discurso de poder” – evidencia os mecanismos de cooptação ideológica e educativa relacionados ao papel da Igreja católica e aos círculos operários; também trata da utilização da imprensa pelo DNP e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP),

além de analisar os instrumentos legais de coação e intimidação para a difusão do discurso autoritário entre a classe operária. Finaliza-se a pesquisa demonstrando a participação determinante de Conrado de Mira – funcionário efetivo de todos os sindicatos existentes na cidade nesse contexto específico – e a participação de outros políticos regionais, intelectuais orgânicos, defensores do sistema capitalista no município de Joinville e representantes do poder local. Para aguçar as indagações teóricas e investigativas, no final do segundo capítulo, faz-se uma exposição de algumas reclamações e processos trabalhistas, do período estadonovista.

1. EDUCAÇÃO, TECNOCRACIA E TRABALHO NO ESTADO NOVO (1937-1945)

A educação tornou-se um instrumento ideológico de importância vital para o Estado Novo (1937-1945). O Estado defendia a educação para os trabalhadores como uma forma de garantir a harmonia e aquiescência social; para isso, precisava desativar e desmobilizar os movimentos oposicionistas. Na perspectiva do Estado centralizador, alguns deveriam comandar e outros serem comandados (CAMPOS, 1938). A pedagogia estadonovista anunciava ser o trabalho honesto, disciplinado e ordeiro a única forma de garantir o crescimento econômico para transformar o Brasil em uma potência.

Para entender o processo ideológico desencadeado com o golpe estadonovista, é imprescindível remeter-se ao início do século XX, para, enfim, entender que o Estado Novo veio cumprir uma etapa histórica para a consolidação do capitalismo no Brasil. O Estado varguista colocou-se a serviço do capital, e o Estado tornou-se o árbitro dos conflitos sociais e econômicos, legislando a favor do nacional-desenvolvimentismo e implantando a repressão e a coação ideológica em nome da extinção da luta de classes.

Uma breve historicização de alguns movimentos camponeses e operários no final do século XIX e início do XX pode contribuir para o esclarecimento das políticas autoritárias e repressivas implementadas no Estado varguista e da sua tentativa de desmobilizar a classe trabalhadora, inculcando a ideologia da cooperação entre as classes e a não-existência de conflitos sociais.

1.1. Resistência camponesa e operária antes de 1930

Para entender o processo desencadeador do golpe de 1930, chamado de revolucionário por alguns historiadores e questionado por outros⁵, é necessário remeter-se aos primeiros anos do século XX, período que caracteriza a inserção do capital monopolista no Brasil e a ruptura do modelo agrário-exportador, com o surgimento do modelo nacional desenvolvimentista industrial (ARAÚJO, 1998; BASBAUM, 1957; CARONE, 1979; DE DECCA, 1994; FAUSTO, 1986; FURTADO, 1971; GOMES et al., 1997; PINHEIRO et al., 1997; SKIDMORE, 1989; TRONCA, 1982).

A República Velha (1889-1930), popularizada como República do café-com-Leite, foi marcada pela corrupção oficializada e o revezamento no poder de Minas Gerais (maior criador de gado leiteiro e segundo produtor de café para exportação) e São Paulo (maior produtor de café do país). A política comandada pelos coronéis foi caracterizada pelas fraudes eleitorais e políticas de favorecimento econômico e político entre os governadores. Alguns historiadores defendem a tese de que, nesse período, “o povo assistia a tudo bestializado”, como afirmou o jornalista republicano Aristides Lobo (CARVALHO, 1998)⁶.

O sistema político republicano, dirigido pelas oligarquias latifundiárias, gerou as condições materiais de ruptura da própria estrutura oligárquica do coronelismo. A disputa pela hegemonia no interior da classe dominante, o surgimento da industrialização e o aparecimento da classe operária nesse contexto socioeconômico fizeram emergir no país os primeiros conflitos e resistências da classe trabalhadora. Os conflitos urbanos e camponeses evidenciaram as desigualdades e descontentamentos da população com a República, explicitados na luta de classes no final do século XIX.

Os trabalhadores enfrentavam o poder dominante, contrariando a tese de sua omissão e passividade, símbolos da *cordialidade* brasileira (CHAUI, 2000). A luta dos federalistas republicanos contra os fanáticos religiosos liderados por Antonio Conselheiro, em Canudos, é um exemplo relevante dessa constatação. Os nordestinos do Arraial do Bom Jesus foram os protagonistas dessa epopéia de Canudos, movimento característico do messianismo religioso e monarquista, formado por homens famintos, ignorantes, mas que não se renderam às imposições do governo republicano no Brasil.

⁵ É interessante contrapor as obras de Fausto (1986) e De Decca (1994).

Em abril de 1897 organizou-se a chamada 4ª expedição, sob o comando do general Arthur Oscar de Andrade Guimarães. Desde que essa tropa – uma poderosa máquina de guerra – foi posta em funcionamento, até outubro do mesmo ano, quando Canudos foi arrasada, oito mil homens lutaram contra os conselheiristas, usando o mais moderno equipamento. De 25 de junho – data dos primeiros tiros trocados com o inimigo – até 10 de agosto, mais de duas mil baixas foram registradas com esta expedição. (PINHEIRO et al., 1997, p. 61) ⁷.

Em meados de 1913 aconteceram disputas econômicas e políticas entre coronéis na zona de Curitiba, no planalto catarinense, desembocando em uma série de conflitos entre posseiros e as empresas Brazil Railway e Southern Brazil Lumber & Colonisation, de Percival Farquhar, que haviam obtido concessões territoriais de exploração na região. Esse território conflituoso foi contestado pelos estados de Santa Catarina e Paraná, originando a Revolta do Contestado. Alguns historiadores classificam o Contestado como um movimento messiânico-fanático como o ocorrido em Canudos, na Bahia, por conta da luta e defesa dos colonos catarinenses terem sido conduzidas por religiosos.

No Contestado, as tropas federais não economizaram arsenal bélico e soldados para o confronto, pois para a última batalha foram convocados cerca de seis mil soldados do Exército e da polícia. Essa revolta inaugurou o emprego de pequenos aviões de bombardeio e reconhecimento.

Pode-se afirmar que as revoltas de Canudos e do Contestado foram as duas primeiras grandes disputas por terras no Brasil contra o latifúndio capitalista na velha República (PINHEIRO et al., 1997) ⁸.

Em 1904, na capital da República, Rio de Janeiro, eclodiu uma revolta urbana, registrada na historiografia como Revolta da Vacina. Em virtude das condições miseráveis de vida – desnutrição, ausência de saneamento básico e hábitos de higiene –, a insatisfação com os governantes levaram os moradores da capital carioca a um grande levante popular de insubordinação e resistência ao novo método epidemiológico trazido por Oswaldo Cruz para o combate da febre bubônica.

⁶ Nessa obra, o autor critica a pseudoneutralidade e bestialidade a que foi submetido o povo brasileiro, desde os tempos da Proclamação da República, a partir deste comentário de Aristides Lobo, um jornalista republicano.

⁷ Para uma análise mais elucidativa ver a obra organizada por Boris Fausto (1986), sobre o período republicano no Brasil (1889-1930). O capítulo 2 dessa obra, elaborado por Duglas Teixeira Monteiro, certamente é uma leitura indispensável para aguçar as indagações sobre as chamadas revoltas populares na velha República.

⁸ Essas informações podem ser encontradas no artigo de Duglas Teixeira Monteiro – “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado” –, incluído na obra citada.

A desconfiança da população miserável dos morros e cortiços cariocas não ficava limitada aos métodos de sanitarismo realizados pelos profissionais da saúde, mas havia também um processo de violência desencadeado e coordenado pelo governo federal. A ordem era matar as pulgas, os ratos, desinfetar os lares, porém foi feito um verdadeiro massacre dirigido à população pobre, com demolição de casas e despejo de barracos e cortiços. O discurso oficial justificava que a população, majoritariamente analfabeta e miserável, não entendia os aspectos preventivos da vacina (CARVALHO, 1998)⁹.

Segundo Fausto (1977), os operários, representados pelo Sindicato dos Marítimos no Rio de Janeiro, e o Centro das Classes Operárias, sob o comando anarquista, apoiaram o movimento de revolta contra a obrigatoriedade da vacina. Os anarquistas aproveitaram a insubordinação e espontaneidade dos trabalhadores para debater as desigualdades sociais.

Seis anos após a Revolta da Vacina, os marinheiros, indignados pelo tratamento desumano e cruel que recebiam dentro da Marinha, liderados por João Cândido, revoltaram-se internamente e exigiram a extinção do castigo de 200 chibatadas que recebiam ao cometerem falta grave. Esse conflito ficou conhecido como a Revolta da Chibata (1910).

O cenário urbano já evidenciava uma ascensão da indústria em consolidação e da classe operária em formação. O movimento operário assumiu um caráter orgânico, combativo e reivindicatório desde sua gênese. Entre 1890 e 1929 entraram no país 3.523.591 imigrantes (PINHEIRO et al., 1997). Com a industrialização crescendo e admitindo muitos trabalhadores estrangeiros, que traziam experiências revolucionárias dos operários da Europa, começaram a surgir as primeiras organizações sindicais de trabalhadores no Brasil (ibidem)¹⁰.

Em 1902 foi registrada uma greve dos trabalhadores das indústrias de sapatos na capital paulista e em 1906 aconteceu um movimento grevista dos ferroviários. Em 1907, irrompeu uma

⁹ Carvalho faz um resgate interessante do ponto de vista histórico dos interesses refletidos nessa ação popular, encabeçada por pessoas do povo, que chega inclusive a dividir opinião dentro dos próprios sindicatos sobre qual postura tomar frente a esse confronto.

¹⁰ É importante lembrar que Pinheiro et al., nessa obra, não desmerecem a contribuição dos imigrantes europeus para as primeiras organizações dos trabalhadores, mas não as coloca como fator determinante nessa questão. No seu entendimento, já no final do século XIX, existiam iniciativas de organizações operárias que não contavam com a participação dos trabalhadores imigrantes, havendo, nesse sentido, uma iniciativa organizacional dos próprios operários brasileiros.

greve no dia 1º de maio, em São Paulo, pela jornada de trabalho de oito horas diárias, que atingiu Santos, Ribeirão Preto e Campinas.

Em 1906, aconteceu no Rio de Janeiro o I Congresso dos Sindicatos, reunindo trabalhadores da capital e de São Paulo, representando 28 entidades. Esse congresso encaminhou a criação da Confederação Operária Brasileira. Já em 1913, aconteceu também no Rio de Janeiro o II Congresso Operário, com a participação de 59 entidades sindicais.

Para coibir o trabalho dos *agitadores de profissão* – denominação da burguesia industrial para os operários imigrantes –, no ano de 1907 foi criada a Lei Adolfo Gordo, que deportava estrangeiros que possuíssem algum envolvimento político-ativista.

Em 1912 foram criados os Comitês contra a Carestia de Vida, organizados por anarquistas e socialistas, que reivindicavam melhoria na qualidade de vida do trabalhador.

Apesar de passar por um período conturbado após a Lei Adolfo Gordo, o movimento operário brasileiro resistiu às represálias e reorganizou-se. O ano de 1917 marcou a grande greve dos operários brasileiros. As reivindicações eram: jornada de oito horas diárias, semana de cinco dias e meio, fim do trabalho do menor, segurança no trabalho, pagamento pontual, aumento de salários e outras reivindicações. Somente no Rio de Janeiro a greve durou dez dias e mobilizou aproximadamente 60 mil operários. Essa greve teve repercussão nacional, com mobilização e paralisação dos trabalhadores em vários municípios brasileiros.

Segundo Fausto (1977), de 1917 a 1922 houve o apogeu e a crise do movimento operário anarquista no Brasil. Para o autor, os anarquistas oscilavam entre dois extremos: primeiro, a espontaneidade de mobilização dos trabalhadores (esta é uma explicação para a adesão massiva da greve de 1917); segundo, a possibilidade de insurreição para a destruição do Estado (a greve geral de 1917 apenas limitou-se a reivindicações de cunho corporativista).

Em 1922 foi criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), inspirado na revolução russa e fruto da inserção dos comunistas nas organizações sindicais.

Também foi criado o Bloco Operário Camponês (BOC), em 1928, para fortalecer o movimento operário e unificar a luta proletária com o campesinato. Essa organização assustou as elites nacionais, pois unificou nessa frente as diversas correntes do movimento sindical de esquerda.

Em contrapartida, a Coluna Prestes, de 1924 a 1927, percorreu cerca de 25 mil quilômetros no país, defendendo e reivindicando os interesses tenentistas. Entre as propostas encampadas pela coluna, os tenentes exigiam o fim do governo de Arthur Bernardes, a eleição de uma assembléia constituinte, o voto secreto, o fim da impunidade e corrupção da oligarquia coronelista e a instituição de leis trabalhistas.

Esse retrospecto histórico esclarece, pela ótica dos conflitos entre as classes sociais, que a consolidação do capitalismo no Brasil não só foi tardia, como evidenciou uma série de confrontos no seu processo de estabelecimento. Esse contexto conflituoso determinou historicamente a conjuntura *pré-revolucionária* do golpe de 1930. Isso explica o temor das elites cafeeiras, dos coronéis, da burguesia industrial e também das forças armadas de perder o controle da situação, vislumbrado na fala do presidente do estado de Minas Gerais, Antonio Carlos de Ribeiro Andrada: “Vamos fazer a revolução, antes que o povo faça”. A elite brasileira, representada pela burguesia agrária e industrial, temia uma insurreição das classes subalternas, ante uma dissidência política entre os partidos republicanos. Realizou, então, uma série de arranjos e rearranjos para a manutenção e conservação do poder. Essa estratégia golpista de manutenção política, representada por Vargas, convencionou-se chamar *Revolução de 1930*.

Mészáros (1999) esclarece que o conceito marxista de revolução reitera que todas as revoluções na história das sociedades até hoje tiveram um caráter eminentemente político, ou seja, trocou-se o comando do governo, sem praticamente interferir na estrutura social. Entretanto, o autor ratifica que a revolução, para Marx, deve ser social, real e abrangente.

1.2. O contexto histórico da década de 1930 até o final do Estado Novo

O capitalismo monopolista mundial sofreu rupturas no início do século XX, marcando sua existência com “crises cíclicas” (HOBSEBAWM, 1995). Em 1929, a bolsa de Nova Iorque quebrou, desestruturando o capitalismo pelo mundo afora. Com os conflitos bélicos da Primeira Guerra Mundial, a miséria e o desemprego aumentavam e permeavam o cotidiano de vários trabalhadores em todos os cantos do globo.

A economia brasileira possuía sua base econômica voltada para a agroexportação. Com os desmembramentos do *crash* de Nova Iorque, os Estados Unidos pararam de importar o café

brasileiro. A crise fez desabar, então, a estrutura política da burguesia agrária nacional, que se autodenominava inabalável e invencível.

A situação econômica desencadeada pela crise da exportação cafeeira abalou os acordos oligárquicos entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), pois ambos representavam os ideais das elites mineira e paulista. Cunha (1980) adverte que as medidas tomadas por Washington Luís para controlar a crise desagradaram a burguesia cafeeira e seus representantes políticos. O presidente havia abandonado as políticas de valorização do café em troca da garantia da estabilidade do câmbio, mantendo as taxas mais baixas para aumentar a exportação do produto.

Washington Luís era o quinto presidente eleito pelos paulistas, conforme os acordos da “política do café-com-leite” e, na condição de representante do PRP, lançou como candidato à Presidência da República outro candidato paulista, Júlio Prestes, na tentativa de manutenção das políticas econômicas. A tradição do revezamento na Presidência da República entre o PRP e PRM foi finalmente rompida (CUNHA, 1980).

Os capitalistas gaúchos estavam revoltados com a política de financiamento e favorecimento dos coronéis mineiros e paulistas. O Rio Grande do Sul, alijado desses acordos políticos coronelistas, era o terceiro estado em industrialização no país e o maior produtor de arroz e carne. Os gaúchos articularam uma frente oposicionista com a participação dos nortistas e nordestinos. Essa investida contra os coronéis mineiros e paulistas resultou no processo de ruptura oligárquica em 1930.

As eleições aconteceram, e Júlio Prestes, representante da oligarquia paulista, venceu a eleição, marcadamente fraudulenta de ambos os lados.

No dia 26 de julho de 1930 João Pessoa foi assassinado em Recife por um inimigo pessoal, mas logo sua morte adquiriu uma conotação política e conspiratória. Explodiram rebeliões na Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, seguindo em direção à capital da República: Rio de Janeiro.

Washington Luís foi substituído por uma junta de militares, formada por dois generais, Tasso Fragoso e Mena Barreto, mas, assim que as tropas gaúchas chegaram à capital, o coronel Góis Monteiro, chefe do Estado Maior das forças rebeldes, enviou um telegrama à junta militar declarando Getúlio Vargas presidente do governo provisório.

No dia 3 de novembro de 1930, Getúlio tomou posse como novo presidente da República, com inúmeras promessas, inclusive a de promover ensino público e gratuito.

Getúlio Vargas havia prometido ficar provisoriamente na presidência e logo conclamar eleições, mas seu governo provisório completou dois anos e, nesse meio tempo, ele nomeara tenentes para os estados como interventores.

No início da década de 1930, sofrendo os reflexos da crise econômica de 1929, que os Estados Unidos e a Europa haviam passado, o preço internacional do café caiu pela metade, e Vargas mostrou que era o *pai dos pobres* e também a *mãe dos ricos*. Com a superprodução de café e o mercado estrangeiro em queda, Vargas achou uma solução rápida para não desagradar às oligarquias cafeeiras. Comprou, com dinheiro público, toneladas de café e queimou todo o estoque do produto.

Em 1932, ocorreu um acordo entre a Aliança Liberal e o PRP, que formaram a Frente Única Paulista, conclamando uma Revolução Constitucionalista. Para Cunha (1980) houve em 1932 uma insurreição das classes dominantes paulistas em virtude da ausência de disputas eleitorais. Havia centralização da burocracia do Estado e monopólio do poder, o que excluía uma parcela da oligarquia paulista, que utilizou o movimento da Revolução Constitucionalista de 1932 como uma forma de resgatar sua posição política perdida.

Esse movimento encontrou nos estudantes de direito, engenharia e medicina de São Paulo o respaldo necessário para a organização do movimento e o enfrentamento com o governo central. O movimento da Revolução Constitucionalista ficou registrado na história como: MMDC, iniciais dos estudantes mortos em 24 de maio de 1932 – Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo – num confronto com a Legião Revolucionária – movimento dos tenentes paulistas contra as oligarquias paulistas.

Em 1933, Getúlio resolveu convocar uma Constituinte para atender a muitas reivindicações do movimento operário e de outros segmentos, acumuladas no processo histórico: voto secreto, voto feminino, criação da Justiça Eleitoral. Para assegurar essas prerrogativas, a Assembléia Constituinte resolveu manter Getúlio Vargas como presidente por mais quatro anos, e, depois desse período, estabeleceu que seriam convocadas novas eleições.

A esquerda brasileira, nesse período, organizava-se em diversas frentes e movimentos. Em 1932, o Cavaleiro da Esperança, líder da Coluna Prestes, filiou-se ao PCB, a convite de Leônicio Basbaum. Além disso, começava a organizar-se o movimento de inspiração fascista, a Aliança Integralista Brasileira (AIB), fundado em 1932. O movimento integralista teve a adesão das classes

conservadoras, principalmente no sul do país, em cidades colonizadas por alemães. Logo após a decretação do golpe do Estado Novo, a AIB foi fechada, acusada de manter uma organização política de caráter partidário, objetivando assumir o poder no país (CARONE, 1976).

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em 1935, tentava aglutinar todas as forças oposicionistas: sindicatos, estudantes, comunistas, militares descontentes e todos aqueles setores que vislumbassem entre suas metas a nacionalização da economia, as reformas sociais, a criação de um governo popular e democrático. Para o governo, a ANL representava uma grave ameaça; por isso, em abril do mesmo ano, Vargas criou a Lei de Segurança Nacional e em julho decretou o fechamento do movimento (ANTUNES, 1988).

Com uma guerra declarada à oposição, Vargas repensou o processo eleitoral previsto para 1938. No início de 1937, já se apresentavam três candidatos para a Presidência da República: Armando Salles de Oliveira – governador de São Paulo –, Plínio Salgado – líder integralista – e José Américo de Almeida, político paraibano (apoiado por Vargas, que estava impedido de candidatar-se) (CUNHA, 1980). Para manter-se no poder e eliminar seus opositores, em 10 de novembro de 1937 Vargas implantou o estado de sítio no Brasil e decretou o Estado Novo (1937-1945), alegando uma ameaça comunista (o Plano Cohen) e uma possível invasão soviética no país. Era um golpe de estado no seu próprio governo.

Com o Estado Novo, Getúlio criou uma nova Constituição, inspirada nos países nazifascistas, elaborada por Francisco Campos – ministro da Justiça de Vargas. Restringiu o direito ao voto, dissolveu partidos políticos, fechou as assembléias, câmaras municipais e estaduais (CARONE, 1976).

Getúlio anunciou o golpe denunciando o perigo comunista que se avistava. Dessa forma, as decisões autoritárias e perseguições políticas eram justificadas. Foi instaurada a censura aos jornais e revistas, e, além disso, os oposicionistas do governo deveriam ser denunciados: o Estado pagaria 50 mil réis ao delator por cada inimigo descoberto (ibidem).

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1939, para a implementação oficial da censura no país. O DIP era o órgão que fiscalizava todos os meios de comunicação e fornecia dados aos censores sobre o que poderia ferir os propósitos do governo. Jornais, peças de teatros, músicas, tudo passava pelos olhos atentos do DIP. O programa de rádio governamental, intitulado *Hora do Brasil*, criado em 1934, no Estado Novo, assumiu a frente ideológica, por ser o

principal veículo de comunicação e instrumento pedagógico do governo para a manipulação da população.

Para Skidmore (1989), o Estado Novo representou uma tentativa de implementação do nacionalismo econômico, porém financiado pelo capital estrangeiro. A substituição de importações foi um resultado do próprio colapso da capacidade econômica brasileira.

[...] Embora o modelo de substituição de importações tenha sido inspirado no modelo americano de industrialização, cuja base de sustentação estava dada pela indústria de bens duráveis e pelo consumo de massas, aqui a industrialização e o crescimento econômico assumiram um caráter fortemente excludente, isto porque incorporaram segmentos relativamente reduzidos ao mercado de trabalho organizado e criaram um mercado consumidor extremamente selecionado e restrito. Constitui-se, assim, um modelo essencialmente concentrador de renda, baseado quase exclusivamente na coerção – via Estado e via gestão de trabalho pelo capital – sem combinar a persuasão em termos salariais e de integração de amplas massas de trabalhadores a um novo padrão de vida proporcionado pelo desenvolvimento industrial. (LUCENA, 2004, p. 70).

Segundo Skidmore (1989), no ano de 1942 veio ao Brasil uma comissão técnica americana, chefiada por Moris Llewellyn Cooke, para realizar um levantamento dos recursos brasileiros. O resultado foi uma ajuda financeira do governo americano, que, sistematicamente, emprestou dinheiro inúmeras vezes para o governo brasileiro em longo prazo.

Apesar de toda a retórica de Vargas para implantar o capitalismo industrial-nacionalista no Brasil, a realidade econômica brasileira demonstrava que o país solidificava sua subserviência ao capitalismo estrangeiro, legado de sua gênese colonizadora do século XVI.

No Brasil, em 1946, 47 milhões de pessoas ainda viviam no campo, num total de 68% da população, comprovando a contradição entre o discurso homogeneizador da economia agroexportadora antes de 1930 e o nacional-desenvolvimentismo industrial após 1930. De 1939 a 1952, os capitalistas estrangeiros aplicaram cerca de 97 milhões de dólares no Brasil (SKIDMORE, 1989).

Os sindicatos foram obrigados a registrar-se no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 1930. A partir de 1940, instituiu-se o salário mínimo e foi estabelecida a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (em 1943), inspirada na *Carta Del Lavoro* do regime fascista italiano. Getúlio Vargas foi aclamado e consolidado pela historiografia oficial, positivista, como um grande benfeitor da classe trabalhadora.

Em 1941, o governo criou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), financiada com dinheiro e maquinários norte-americanos, e iniciou a construção da Usina de Volta Redonda. Para a exploração de minérios no território brasileiro, Vargas criou a Companhia Vale do Rio Doce. Com ímpeto nacionalista, mas com ajuda de dinheiro estrangeiro, Vargas implementou as diretrizes para a consolidação do capitalismo industrial no Brasil.

A figura do ditador como o *pai dos pobres* foi incutida no senso comum da população pelos órgãos de propaganda institucionalizados. Vargas legalizou as reivindicações dos trabalhadores por meio de uma legislação trabalhista e atrelou os sindicatos ao aparelho estatal, nivelando oficialmente a organização sindical da forma mais estratégica e ideológica possível. Ele apropriou-se de reivindicações históricas dos trabalhadores, incorporou-as nas suas políticas e manteve os sindicatos como entidades oficiais e legitimadoras do seu governo.

O Ministério do Trabalho foi o órgão que teve a função de promover a *harmonia entre as classes*, ou seja, de tratar de forma *imparcial* os interesses dos patrões e dos empregados. O governo também criou os Institutos de Previdência, diminuiu a jornada de trabalho para oito horas diárias, criou cláusulas que protegiam o trabalho feminino e restringiu o trabalho infantil. Todo trabalhador passou a contribuir com uma parte do seu salário para a manutenção dos institutos que beneficiariam o operariado, e para isso foi criado o imposto sindical.

Os sindicatos foram obrigados a incorporar-se ao governo, só podiam promover atividades recreativas e de assistência médica, além de terem que participar das comemorações cívicas que o governo promovia. As greves estavam estritamente proibidas.

Enquanto a ditadura agonizava, Getúlio tentava fazer de tudo para conseguir mais adeptos para seu governo. No final do Estado Novo, anistiou presos e opositores perseguidos na ditadura. Aos sindicatos, concedeu o direito de escolherem seus dirigentes sem a aprovação do Ministério do Trabalho.

Em 1945, a União Democrática Nacional (UDN) cercou o Palácio do Catete, tendo à frente o general Góis Monteiro, e obrigou Getúlio a renunciar. Ao todo foram 15 anos de governo ditatorial, que deixaram resquícios e legados históricos ainda atuais. Vargas chegou a ser o primeiro presidente do Brasil eleito pela Assembléia Constituinte sob a nova Carta Constitucional de 1934. Essa mesma assembléia prorrogou seu mandato por quatro anos. O Estado Novo foi o que se pode chamar de golpe no próprio golpe. Getúlio voltaria em 1951, pela via eleitoral, à Presidência da República, *nos*

braços do povo, como costumava referir-se ao seu retorno. Foram quase 19 anos de poder. Singularmente, Getúlio foi o presidente que mais tempo permaneceu na direção do país.

1.3. Educação e trabalho no regime autoritário

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, que ficou sob a responsabilidade de Francisco Campos. No período de 1927 a 1928, Campos havia participado da Reforma Estadual do Ensino no Estado de Minas Gerais. Em 1932, participou do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* (ROMANELLI, 1990).

Em abril de 1931 foi promulgada a Reforma do Ensino Superior elaborada por Campos pelo decreto n. 19.851, denominada Estatuto das Universidades Brasileiras. Foram criadas as reitorias para a coordenação das faculdades e exigiu-se a incorporação dos cursos de medicina, direito e engenharia, ou que, no lugar deles, fosse implementada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Para Cunha (1980, p. 263): “O modelo de universidade pretendente no Estatuto era mais uma medida da política educacional autoritária, contrapondo-se aos modelos empreendidos pelos liberais”.

Para Cunha (1980), o autoritarismo elitista empreendido por Campos estava explícito no estatuto, no item que se referia à administração, organização didática e até mesmo na estrutura arquitetônica das universidades. O pagamento de taxas para as universidades oficiais descaracterizava sua funcionalidade pública, e o gerenciamento do governo nos conselhos administrativos das universidades, nos conselhos universitários docentes, até mesmo no Diretório Central dos Estudantes (DCE) demonstrava que o Estado objetivava restringir e controlar a autonomia das universidades. Cunha (1980, p. 265) adverte que: “A universidade foi concebida para funcionar, também, como centro difusor de ideologia, não só pelo mecanismo da ‘extensão universitária’ [...] congregar elementos de informação e de propaganda [...]”.

A implementação de alguns cursos superiores era um meio de desenvolvimento econômico e científico para o país, contribuindo na formação superior da classe dominante. Em contrapartida, era necessário incentivar cursos de educação popular, criar políticas para a consolidação do ensino primário e secundário, pois a maioria da população ainda continuava analfabeta e miserável. “Entre 1920 e 1940, a taxa de alfabetização cresceu a 0,4% ao ano. Entre 1940 e 1950, o crescimento foi de 0,5% ao ano. Entre 1950 e 1960, foi de 1,2%, e, entre 1960 e 1970, a taxa cresceu a 0,6 % ao ano” (ROMANELLI, 1990, p. 63).

Em abril de 1931 foi empreendida a Reforma do Ensino Secundário pelo decreto n. 19.890; essa reforma visava organizar o ensino secundário e o ensino fundamental, o qual foi dividido em cinco anos, seguido de outra fase de dois anos. Seria uma adaptação às futuras especializações profissionais. Era necessária a preparação educacional do homem para a integração social por meio do trabalho.

Em 1932 foi lançado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, reivindicando que a educação deveria ser transferida do terreno administrativo para o das políticas econômicas e sociais, a fim de garantir que todos, sem exceção, fossem educados. Reitera o manifesto que a educação é produto da filosofia de sua época, desprendendo-se dos interesses de classe. Para Picheli (1997), o manifesto de 1932 era o ideário da burguesia industrial e sua concepção de educação, destinada à organização do trabalho e à sua racionalidade.

Assim sendo, o manifesto enfatiza:

[...] A Escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito da disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o estreito dos interesses de classe. (AZEVEDO et al., 1944, p. 411).

O trabalho é, para o manifesto, a melhor maneira de estudar a realidade, de restabelecer entre os homens o espírito de disciplina, ordem e cooperação, enfaticamente considerando a necessidade de ultrapassar a luta de classes para a criação do homem culto e útil para a sociedade:

[...] o trabalho, que foi sempre a maior escola de formação da personalidade moral, não é apenas o método que realiza o acréscimo da população social, é o único método susceptível de fazer homens cultivados e úteis sob todos os aspectos. O trabalho, a solidariedade social e cooperação, em que repousa a ampla utilidade das experiências; a consciência social que nos leva a compreender as necessidades do indivíduo através das da comunidade, e o espírito de justiça, de renúncia e de disciplina [...]. (ibidem, p. 412).

Para os autores do manifesto (1932), o Estado deveria considerar a educação em todas as suas manifestações sociais e promover a cooperação entre todas as instituições, sendo a educação uma função essencialmente pública. Também não deveria prescindir da família na formação moral e educacional, mas colaborar mutuamente com ela. A escola, portanto, deveria assegurar o acesso a todos os indivíduos, para o desenvolvimento de suas aptidões. Fazem a defesa da escola para todos e da escola única e pública, e pleiteiam que o Estado assegure o acesso a todas as classes, graus e faixas

etárias, garantindo o reconhecimento biológico de que todo ser necessita de educação. O Estado, segundo o manifesto, deveria assegurar a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação, porque a educação está subordinada à finalidade dos indivíduos e deveria tornar o ensino obrigatório, tornando-o público. O conceito de escola única, para os pioneiros, ultrapassa o de unicidade, o de uniformização; significa a ampliação e aplicação de uma política federativa e descentralizada que estimule a multiplicidade cultural das regiões.

O *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* (1932) defendia a necessidade de a escola estimular e evidenciar as aptidões de cada indivíduo. A noção da função biológica e social do cidadão e de preparação do indivíduo para a sociedade estava voltada para a noção de desenvolvimento nacional patrocinada pela burguesia industrial, dentro da perspectiva da racionalidade e organização da produtividade. Destarte, o manifesto contribuiu efetivamente para a consolidação e apologia da pedagogia do trabalho implementada pelo governo Vargas.

A pedagogia escolanovista entendia que:

[...] a doutrina da educação, que se apóia no respeito da personalidade humana, considerada não mais como meio, mas como fim em si mesmo, não poderia ser acusada de tentar, com a escola do trabalho, fazer do homem uma máquina, um instrumento exclusivamente apropriado a ganhar o salário e a produzir um resultado material num tempo dado. (AZEVEDO et al., 1944, p. 412).

No entanto, não havia homogeneidade de pensamento relacionado às propostas educacionais na década de 1930. De um lado estavam os católicos, que propunham uma educação subordinada à religião e diferenciada para o sexo masculino e feminino. Do outro lado estavam os educadores, influenciados pelas *idéias novas*, que defendiam a laicidade da educação, a gratuidade, a responsabilidade pública. Para Francisco Campos (1938, p. 25), a doutrina católica era uma doutrina de Estado, para combater o comunismo e o liberalismo. O ensino religioso deveria ser o substituto da educação moral.

A teoria do Estado Liberal reivindica para si a exclusividade do pensamento democrático, fazendo crer que, se um regime político não consagrar os princípios liberais, há de ser totalmente uma autocracia, uma ditadura, um regime absolutista. Mas isto é falso. Do molde feito pelo liberalismo saíram até hoje democracias deformadas. Para evitar-se a ditadura abriu-se as portas aos males muitos piores da demagogia, da luta, de partidos e da luta de classe. Se identificarmos a democracia com o Estado Liberal, chegaremos a conclusão absurda de que a democracia é um regime nocivo aos interesses sociais, porque do liberalismo nasceu a antítese marxista. O marxismo é inegavelmente um fruto espiritual do liberalismo, que para realizar uma pretensa democracia, bradou o “slogan” contra o Estado autoritário. Da guerra ao Estado

autoritário surgiu a democracia liberal, que deu origem ao comunismo, cujo desfecho necessário, do ponto de vista teórico, será a ditadura do proletariado, e do ponto de vista prático é a ditadura sangrenta de Stálin. Se a democracia fosse o liberalismo, teríamos de combatê-la, para, assim combater o comunismo, o stalinismo. A verdade é, porém, diversa. O Estado liberal não conseguiu instaurar um verdadeiro regime democrático, pois serviu apenas a uma classe, um partido, um reduzido grupo de indivíduos explorasse as vantagens do poder em prejuízo da coletividade.

Para o Estado Novo, a religião era uma grande aliada. A defesa do Estado totalitário rechaçava a perspectiva do liberalismo e do comunismo, enquanto regimes de importação. Somente os teóricos, pensadores e intelectuais brasileiros poderiam pensar o que seria bom para o Brasil. Vargas, nessa óptica nacionalista e tecnocrática, defendia abertamente a religião católica como um instrumento eficaz para a manutenção e promoção do desenvolvimento nacional. O Estado deixaria a Igreja católica cumprir sua missão espiritual; em contrapartida, a instituição religiosa deixaria o Estado cumprir sua missão política. Nesse sentido, a Igreja teria ampla liberdade de atuação, desde que viesse a cumprir as proposições estadonovistas.

Vargas reiterava a função e colaboração da Igreja em relação ao Estado: promover a educação do cidadão para o cultivo da obediência civil e seu disciplinamento moral e político:

Apesar de separados os campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca houve entre eles choques de maior importância; respeitam-se e auxiliam-se. O Estado deixando a igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários, colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes a lei civil, compreendendo que sem ela – sem ordem e sem disciplina, portanto – os costumes se corrompem, os sentidos da dignidade humana se apaga e toda vida espiritual se estanca. (VARGAS, 1939, p. 276).

A Igreja e o Exército interferiam nas decisões políticas e faziam incursões que afetavam diretamente as questões relacionadas à educação. A Associação Brasileira da Educação (ABE) (1938) propôs-se a realizar, em 1939, no Rio de Janeiro, a VIII Conferência Mundial de Educação. A ABE nomeou uma comissão organizadora para o evento, da qual faziam parte Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. O Exército, representado pelo ministro da Guerra, general Gaspar Dutra, encaminhou um documento ao presidente Getúlio Vargas opondo-se à realização dessa conferência, pois haveria disseminação de idéias internacionalistas e liberais dentro do país, que colocavam em risco a segurança nacional (BAÍÁ HORTA, 1994).

A intervenção preventiva e repressiva dos militares no Ministério da Educação ocasionou mudanças também relacionadas aos desígnios governamentais implementados pelo Estado. A partir

de 1937, a instrução pré-militar passou a ser considerada uma atividade relevante para a exaltação do espírito militar na juventude, e sua inclusão no currículo de ensino primário e secundário fazia parte do debate educacional desde 1930.

Para os militares, o Exército não só deveria participar do Plano Nacional de Educação como também deveria ser cauteloso na seleção dos seus docentes. Para Azevedo Amaral (apud BAÍA HORTA, 1994, p. 55), era necessário criar o *espírito heróico* nos estudantes, a educação militar deveria começar já no lar e a escola seria a extensão do ideário autoritário.

A educação, para os trabalhadores, no Estado Novo, deveria ser um “[...] levantamento do nível cultural e eugênico [...]” (VARGAS, 1938, p. 56). Destarte, os militares e o Exército eram reverenciados pelos operários, como demonstra a imagem a seguir:



Figura 1¹¹: Passeata dos sindicatos dos operários joinvilenses em comemoração ao segundo aniversário do Estado Novo. 10 nov. 1938.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Em 1939, a Universidade do Brasil criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, para a formação dos professores com licenciatura nessa área. Dutra, em 1931, propôs que fossem estendidas as prerrogativas da Escola Nacional de Educação Física aos oficiais do Exército, para fortalecer a educação eugênica.

¹¹ As imagens que serão apresentadas no decorrer dessa dissertação pertencem ao Acervo Iconográfico do Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Algumas fotografias pertenciam ao acervo pessoal de Conrado de Mira, outras, curiosamente, tinham a seguinte procedência: “Fotografias remetidas ao Sr. Alire Borges Carneiro – capitão ajudante do 13º Batalhão de Caçadores, em anexo à correspondência do ‘Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil. Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 30/09/1932’”.

O ministro da Educação, Gustavo Capanema, distinguia educação militar (obra da escola) de serviço militar (obra do Exército). Porém o certificado militar deveria ser exigido nas instituições de nível superior, ensino técnico e profissional. Em 1946, o ministro da Guerra, Góis Monteiro, deu como extinta a instrução militar nas escolas.

Baía Horta (1994) analisa de forma singular essa linha cruzada estabelecida entre o Ministério da Educação e Saúde e setores do Exército, particularmente o ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, que, de forma perspicaz, conseguiu ratificar suas idiossincrasias perante o ministério de Capanema.

As forças armadas eram um instrumento imprescindível para a formação educacional das massas. Eram consideradas pelo governo varguista como *educadoras do povo* – a ordem, a disciplina, a subordinação, a intrepidez, o culto ao civismo e o aperfeiçoamento físico, o treinamento militar e a educação sanitária seriam a garantia da paz social, da cooperação e harmonia entre as classes sociais. Para o Estado, existia “[...] a imperiosa necessidade de proteger a infância e a maternidade e de eugениzar as nossas populações” (VARGAS, 1938).

Para Baía Horta (1994), a educação estava intimamente ligada com a questão da segurança nacional. O projeto hegemônico autoritário precisava estreitar os laços da educação com o militarismo para o sucesso do governo ditatorial que se instalava.

O nacional-desenvolvimentismo defendido por Vargas durante o seu governo vai desencadear a abertura e a criação de cursos técnicos de preparação para o trabalho. A tecnocracia varguista defendia a dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual, a defesa da hierarquização como organização e divisão do trabalho. Ao Estado caberia exclusivamente determinar a ordem de comando: quem poderia dirigir, coordenar, e quem deveria executar, produzir.

O golpe do Estado Novo enfatizou o trabalho manual, estabelecendo regime de cooperação entre a indústria e o Estado. A orientação político-educacional ficou explícita por meio dos artigos constitucionais propostos, já que visavam uma preparação da mão-de-obra para o mercado capitalista.

A educação para o trabalho utilizava-se de todos os elementos que permeavam a vida do trabalhador para seu adestramento ideológico. Em 1936, um decreto de Vargas indicava que os blocos e as escolas de samba escolhessem temas históricos e patrióticos, ou então de exaltação ao trabalho para a ostentação de uma nação desenvolvida e patriótica.

Durante o Estado Novo, o samba, que tradicionalmente sustentava a apologia da boemia e do ócio malandro, dialoga ambigualmente com o poder, aquiescendo muitas vezes no elogio da ordem e do trabalho, ganhando nesta época o tom eloqüente do samba-exaltação, ele proclama o Brasil como usina do mundo, faiscante, forja de aço do futuro, segundo um ethos heróico pouco comum em sua história. (WISNIK apud BAÍA HORTA, 1994, p. 188).

A educação, para Vargas, não se resumia à institucionalização da escola. Era necessário criar uma educação cultural para as massas. O DIP, órgão de censura oficial do governo, tinha como função fiscalizar, censurar e prender aqueles que estivessem fazendo críticas ao governo. Para isso, o DIP era incumbido de convencer os compositores e artistas em geral a elaborarem uma cultura positiva do país. Vargas criou o Instituto de Cinema Educativo, para produzir filmes com um teor educativo sobre temas folclóricos, danças regionais, artesanato popular e cidades históricas.

Essa educação cultural a que Vargas se referia representava uma espécie de alfabetização contínua do povo, uma educação externa à sala de aula:

[...] é indispensável dar a máxima extensão à campanha de alfabetização do povo, não somente na infância, como em todas as idades. Com os instrumentos próprios da educação extra-escolar, hoje, tão diferentes – cinema, teatro, desportos, será possível levar-se a todas as populações do Brasil o culto da Pátria e das suas tradições mais gloriosas. (VARGAS, 1938, p. 108).

Para executar os propósitos educacionais e culturais do Estado varguista, artistas e intelectuais ocupavam lugar de destaque na burocracia do Ministério da Educação. Para exemplificar, o caso do maestro e compositor Villa-Lobos: era responsável pela regência das grandes concentrações artísticas para a exaltação nacional-patriótica. O canto orfeônico era obrigatório nos estabelecimentos de ensino, para a promoção do civismo e do espírito de patriotismo nos estudantes.

O registro pedagógico-autoritário [...] representado pelo programa do canto orfeônico no Estado Novo, quer imprimir disciplina e civismo ao povo deseducado (ou educando), partindo do tom patriótico e hínico. Pelos alto-falantes do Estado Novo, Villa-Lobos buscou a conversão do caos ruidoso do Brasil num cosmos coral, mito utópico que se traduziu, quando precisou transformar-se em plano pedagógico-político, na questão de autoridade e disciplina: a música contribuiria para reverter a rica e perigosa desordem do “país novo” em ordem produtiva calando a múltipla expressão das diferenças culturais numa cruzada monocórdica. (WISNIK apud BAÍA HORTA, 1994, p. 184).

O Estado, para aplicar suas prerrogativas autoritárias e nacionalistas, via a infância e a juventude como duas importantes categorias para a difusão dos ideais do civismo, autoritarismo e para a produção de uma futura força de trabalho cordial e disciplinada. A data natalícia de Getúlio Vargas, comemorada dia 19 de abril, foi declarada, no Estado Novo, Dia Nacional da Juventude. Nas

escolas, nos sindicatos, todos eram orientados para comemorar o aniversário do presidente e do Estado Novo: “A comemoração do segundo aniversário do novo regime encontra o país em perfeita ordem e entregue ao labor fecundo. Só isso representa para nós motivo de justo e natural regozijo” (DNP, 1939a).

Em 1940 foi criado o Departamento Nacional de Crianças e, em 1941, o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), para internar os adolescentes com idade inferior a 18 anos, abandonados ou infratores. Nessas escolas e instituições para menores eram distribuídas cartilhas que contavam a biografia do presidente Vargas para educar as crianças, incentivando-as a seguir seu exemplo de obstinação para o trabalho, seu patriotismo e seu *desprendimento* político em prol do crescimento econômico do país.

Em 1942 foi decretada a Reforma Capanema de Ensino, também denominada Leis Orgânicas do Ensino. Essas leis abrangiam desde o ensino primário até o secundário. Romanelli (1990) reitera que essa reforma empreendida por Capanema colocava todos os debates sobre a educação num processo de hibernação. Aquilo que fora efetivamente garantido pela Constituição de 1934, agora, no Estado Novo, ficava em segundo plano, ou seja, o papel do Estado perante a educação era considerado, a partir da Constituição de 1937, uma ação supletiva.

Para Ghiraldelli Jr. (2003) houve na Reforma Capanema um dualismo educacional: o ensino secundário público seria destinado às elites produtoras, e o ensino profissionalizante, à classe trabalhadora.

Segundo Romanelli (1990), as leis orgânicas estruturavam o ensino técnico-profissional de forma que engajassem as indústrias no processo de qualificação dos trabalhadores. Portanto, o Estado Novo perpetuava a *velha mentalidade misoneísta*. O decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, promulgou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que acentuava o papel da educação na formação da consciência patriótica, da disciplina e do espírito humanista de cunho fascista e autoritário.

A reforma de 1942 inaugurou uma legislação que abrangia o ensino secundário e o técnico-industrial, estabelecendo uma uniformidade de currículo e de organização. Os ciclos do ensino secundário, que eram de cinco e dois anos, respectivamente, passaram a ser de quatro e três anos, o primeiro representando o curso ginásial e o segundo, o colegial. O ensino industrial estabeleceu seus cursos em dois ciclos: o primeiro, com quatro anos – os cursos industriais básicos; e o segundo, com três anos – para a formação dos especialistas técnicos.

Romanelli (1990) explicita a importância do decreto-lei n. 4.048 de 1942, que instituía a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), sob a coordenação e a serviço da Confederação Nacional das Indústrias. Em 16 de julho de 1942, o governo baixava o decreto-lei n. 4.481, que obrigava os estabelecimentos industriais a empregarem menores aprendizes, num total de 8% do total de seus operários. Logo após o fim do Estado Novo, em 1946, o governo criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo decreto-lei n. 8.621.

O sistema S, como ficaram conhecidos os órgãos que visavam transformar a educação em capacitação técnica, mostrava que era necessário colocar o trabalhador no processo produtivo, mantendo a exploração do operário como forma de acumulação capitalista. Esse sistema de ensino deveria manter cursos de aprendizagem industrial e comercial, aperfeiçoamento e especialização técnica, para atingir os setores de produção e qualificação do trabalhador para o mercado de trabalho (ROMANELLI, 1990).

A visão tecnocrática inspirava a Reforma Capanema, pois havia a dicotomia ensino clássico/técnico, explicitando a clara divisão entre o trabalho intelectual e o braçal. A gerência deveria ser exercida por pessoas com capacidade intelectual de elaboração e planejamento técnico. A cada um cabia uma determinada função e contribuição para o nacional-desenvolvimentismo objetivado por Vargas e seus seguidores apologeticos. Ao trabalhador restava uma função instrumental no desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira: bastava sua especialização, porque o ensino secundário, como diria Capanema, “[...] se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, de homens que deverão assumir responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação” (CAPANEMA apud RIBEIRO, 1982).

Nesse sentido, Vargas, nos seus dezoito anos e meio de poder, conseguiu instituir no Brasil uma legislação que faz referência à sua noção de desenvolvimento, pautada no autoritarismo originado da Europa e nos seus ideais de patriotismo.

Vargas interagia com os capitalistas nacionais e estrangeiros sem corromper seu ímpeto ditatorial. A entrada do capital estrangeiro financiava o capitalismo nacional. Paralelamente, ele ressaltava a *harmonia nacional*, consciente do papel ideológico do Estado. Declarava que, em vez de “luta de classes, vamos fazer a harmonia entre as classes” (DNP, 1939b). O governo, sobretudo, desejava camuflar as contradições sociais.

Para o governo populista e autoritário de Vargas, a educação era sobretudo um problema nacional a ser dirigido e controlado pelo Estado. A intervenção estatal, inspirada nos países nazifascistas, deveria ser constante, para a garantia da ordem e a harmonia entre as classes sociais. O Estado era um verdadeiro árbitro das relações e conflitos sociais.

A escola deveria incutir na população o espírito de subordinação, disciplina e obediência. O hino nacional começou a fazer parte do cotidiano das escolas, para o desenvolvimento do culto ao civismo. Em 1942, foram implantados em todas as instituições escolares os Centros Cívicos, que tinham como objetivo a educação patriótica dos alunos e a formação da consciência dos direitos e deveres do cidadão.

A função predominante do Estado Novo era transformar a educação em aparelho do Estado. Educar o cidadão para a pátria, para o trabalho, norteado por princípios cristãos e de ordem cívica e patriótica. Para o país alcançar o nacional-desenvolvimento, a tecnologia e a industrialização, era necessária a criação de um Exército de trabalhadores que efetivamente fosse educado para as trincheiras fabris.

1.4. Sindicatos amarelos: educação para o trabalho

O histórico sobre as idéias pedagógicas e as políticas destinadas para a educação no Estado varguista demonstraram o pensamento autoritário tecnocrático, que visava separar os níveis de comando hierarquicamente, e em definir o grau e o nível de instrução que o operariado deveria atingir. Porém, a educação para o trabalhador não se restringia à formação escolar, mas, também, à política. O trabalhador deveria ser educado para o trabalho, para o adestramento, a submissão, conformação e adaptação ao regime ditatorial. Para isso, os sindicatos foram um elemento estratégico imprescindível, para a apropriação e adestramento ao trabalho disciplinado e aquiescente.

Perrot (1988) esclarece que os patrões preferem lidar com os *sindicatos da casa*, rechaçam as organizações independentes e autônomas. Então, os patrões criaram os sindicatos amarelos. São entidades sucedâneas do paternalismo patronal, para quem a prática social é pautada no corporativismo e na defesa das concessões trabalhistas e reformas capitalistas. O discurso geralmente era apaziguador e defensor da harmonia social, e os conflitos eram resolvidos por meio do diálogo e da negociação entre empregadores e empregados.

A relação entre os sindicatos joinvilenses e os patrões corroborava com os desígnios varguistas de cooperação e harmonização classista proposta pelo Estado Novo. Exemplo concreto dessa relação estreita foi o processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos.

O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos, na Fundação, na Siderurgia e na Indústria do Material Elétrico de Joinville, fundado em 17 de novembro de 1931, foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 12 de fevereiro de 1942, consoante carta assinada pelo ministro do Trabalho. É um dos sindicatos mais antigos de Joinville, legitimado como organização representativa dos trabalhadores no período do Estado Novo.

Para a construção da sede do sindicato, intitulada Casa do Trabalhador, os sindicalistas relatam nessa ata que procuraram todos os presidentes da República, a começar pelo *saudoso Getúlio Vargas*, governadores, prefeitos e de nenhum deles conseguiram uma resposta positiva para a construção da sede.

Foi somente quando procuraram os industriais da cidade que conseguiram um retorno positivo para a concretização desse sonho:

[...] com a compreensão cívica de três moços que se chamam Dieter Schmidt, Nilson Bender e Gert Schmidt, respectivamente diretor-presidente, diretores gerentes da Fundação Tupy S.A.; moços estes que entenderam que os ricos devem ser menos ricos e que os pobres devem ser menos pobres é que vamos concretizar nossas aspirações de verdadeiros sindicalistas democráticos [...]. (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS E MECÂNICOS..., 16 jun. 1964, p. 4).

A ata investigada, elaborada 33 anos após a fundação desse sindicato, apresenta a ideologia existente e a prática do movimento sindical ainda de acordo com os princípios de coesão e harmonia entre os trabalhadores e os patrões, como preconizava o Estado Novo.

Há mais de trinta e três anos passados, ou seja, no dia 17 de novembro de 1931, logo após o advento da Revolução de 30, nós, um punhado de marceneiros, pedreiros, mecânicos e várias outras profissões da nossa então pequena Joinville, fundávamos nos antigos salões da Liga de Sociedade, um dos sindicatos de trabalhadores [...]. (ibidem).

O que faz lideranças sindicais acreditarem que empresários de uma empresa de grande porte, como a Fundação Tupy S.A. (1938), estejam interessados em promover a distribuição de renda, tornando *ricos menos ricos e pobres menos pobres*? No final da ata elaborada por esses sindicalistas, que se autodenominavam democráticos, vem a resposta para essa indagação. Os sindicalistas

conclamavam os trabalhadores para votarem em Nilson Bender (um dos *moços bondosos*) para governador do estado de Santa Catarina.

Os trabalhadores aí apontaram Bender como *protetor e benfeitor* da classe trabalhadora e acrescentaram que esse apoio à sua candidatura não possuía nenhum interesse específico, tampouco era uma opção partidária.

Marx (1987) afirma que os sindicatos devem lutar para o fim da sociedade geradora das classes sociais. O sindicato deixa de cumprir seu papel transformador quando cumpre o papel exclusivo de reivindicador e reparador da sociedade que promove a divisão e exploração do trabalho. Nesse sentido, os sindicatos amarelos fazem parte desse contexto conciliador do capital na promoção da harmonia e da justiça social, conforme preconizam os donos do poder.

1.5. Discursos das lideranças operárias

Segundo Ternes (1986, p. 126), Joinville, cidade do norte de Santa Catarina, no final da década de 1920 possuía cerca de 46 mil habitantes; destes 10.320 habitavam a cidade e os demais estavam espalhados pelos distritos e no interior afastado do perímetro urbano. Nesse período o município de Joinville respondia pelos distritos de Jaraguá, Bananal (atual Araquari), Corveta e Hansa (atual Corupá).

A industrialização iniciava sua expansão em Joinville e na década de 1920 a cidade possuía 18 fundições e oficinas mecânica. Ternes (1986, p. 129) sinaliza que em 1926 “[...] Joinville apresentava uma natural tendência para acolher indústrias do setor metal-mecânico [...]”.

O capitalismo industrial em desenvolvimento determinou o surgimento das entidades sindicais. O operariado joinvilense foi representado por sindicatos nascidos pela ótica e pelos interesses do capital – os sindicatos amarelos.

Os sindicatos amarelos, no início de 1930, já defendiam a ideologia autoritária, da subordinação e aquiescência social junto aos trabalhadores. O histórico do I Congresso Operário demonstra o papel educativo-ideológico das lideranças operárias na defesa do capital, da indústria e do trabalho disciplinado.

Em janeiro de 1934 aconteceu a primeira sessão do Congresso Operário de Joinville. Os patrocinadores do evento conclamavam todos os presentes para a manutenção do espírito ordeiro e

patriótico que sempre caracterizou os trabalhadores da cidade, em busca de suas reivindicações dentro da “justiça, da paz e do trabalho” (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 15 jan. 1934).

Além dos trabalhadores das empresas e lideranças sindicais, estavam no congresso o prefeito municipal João Acácio Gomes de Oliveira, um representante do Ministério do Trabalho e o delegado de polícia da cidade. O presidente da Federação dos Trabalhadores, o senhor Nelson Machado, no seu discurso de abertura do congresso explicitava o objetivo do evento:

[...] Camaradas! Que as minhas primeiras palavras pronunciadas neste grandioso Congresso sejam de sincero agradecimento aos sindicatos trabalhistas da minha terra, pela honrosa situação que me conferiram, escolhendo o mais humilde dos membros, da Federação dos Trabalhadores para dirigir os trabalhos desta assembléia. Dentro da órbita das minhas atribuições não pouparei esforços em servir a coletividade proletária, tudo fazendo para que as aspirações do operariado joinvilense se tornem em luminosa realidade. (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 15 jan. 1934).

O discurso do presidente da federação, revestido de conceitos e apropriações da esquerda sindical, como *camaradas*, *proletariado*, *coletividade*, demonstra a manipulação ideológica objetivada junto aos congressistas. O senso comum da classe trabalhadora joinvilense deveria conceber essas denominações não no sentido esquerdista-soviético, mas no sentido nacionalista-autoritário. O posicionamento político e autoritário torna-se evidente nas palavras de Nelson Machado:

O operariado de hoje já não é aquele inculto, escravizado e espoliado de outrora. Existem leis que regulamentam suas horas de trabalho, que lhe garantem os estudos e que lhe permitem as férias. Têm o direito de reunir-se em sociedades e projeuar pelos interesses comuns. Facultam-se todos os meios de propaganda, desde que seja dentro da ordem e do respeito devido às autoridades. (ibidem).

O esforço em solidificar a passividade e o compromisso com a ordem vigente ficava explícito no decorrer das explanações e das atividades congressistas. As reivindicações por direitos somente dentro do permitido e legalizado pelas leis do Estado. O governo propunha melhorias nas condições de vida e trabalho da classe operária. Porém, as concretizações seriam alcançadas se houvesse uma parceria entre o “capital e trabalho”, entre o “patrão e o empregado”. O operário deveria ter o patrão como um grande amigo:

Um bom patrão e um bom operário devem ser como dois corações num peito só, porque da concórdia, da harmonia, da irmandade entre o capital honesto e o trabalho honrado só podem trazer benefícios tanto para um quanto para o outro. É essa concórdia, é essa

harmonia, é essa irmandade que desejo e prezo, relegando para a vala comum das coisas mortas o capitalismo explorador, nefasto sob todos os títulos, à marcha gloriosa dos povos. (ibidem).

Esse discurso pretendeu estabelecer duas conexões ideológicas com os trabalhadores: primeiro, a defesa da irmandade harmoniosa para tornar o ambiente fabril semelhante ao doméstico; do capital honesto, que somente se realiza com o trabalho honrado e da responsabilidade da fábrica, que está na relação compartilhada entre patrão e operário; segundo, pretende exaltar o espírito empreendedor e batalhador dos imigrantes alemães e do capitalista local, porque toda fortuna acumulada, todo negócio desenvolvido fora resultado do trabalho e, sendo fruto dele, tornava-se uma fonte de capital honesto. Somente se voltariam contra isso ou o criticariam aqueles que não queriam nada com o trabalho – os desordeiros, os preguiçosos e os invejosos da conquista alheia.

A partir do momento em que o movimento sindical de Joinville difundiu esse discurso perante a classe trabalhadora a educação dos operários passou a ser responsabilidade dos sindicatos patrocinados pelo Estado. O trabalho disciplinado dentro das fábricas e a aquiescência social seriam, na óptica da classe dominante e dos líderes sindicais, a possibilidade de ascensão social por meio do trabalho – bastava se adaptar ao modelo econômico e político que se forjava.

No Congresso dos Operários, o senhor Francisco Luiz reitera que o trabalhador não pode viver sem o patrão, nem o patrão sem o operário. A defesa da cooperação patronal e operária era conquista do “capitalismo honesto” e seus ideólogos:

Dentro das normas sadias da disciplina e da ordem, não há que temer embaraços, nem recear escolhas na marcha gloriosa dos destinos do operariado. [...] quero dizer ao operariado reunido neste importante conclave que não sou, nem jamais poderei ser contra o capitalismo produtor e honesto, porque sem o capital seria o trabalho letra morta, transformando a coletividade num cortejo sinistro de pavorosas misérias. Sou sim, contra o capitalismo explorador, ou contra o capitalismo negro, que olha o operariado como besta de carga, sugando-lhe a última gota de sangue, sem um gesto de generosidade e contemplação [...] sem o braço do operário, que tem nos calos de sua mão as veneras honrosas do seu labor, não pode existir trabalho, não pode haver capitalismo. (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 15 jan. 1934).

Francisco Campos, entre outros representantes do Estado varguista, defendia o Estado centralizador e nacionalista. Vê-se que em Joinville, no discurso citado, há uma consonância política com as idéias de Campos e outros apologetas do Estado Novo. O capitalismo produtor e honesto não poderia seguir os paradigmas comunistas e liberais, mas o nacionalista, que coloca a coletividade e a nação acima dos interesses individuais.

Como exemplo de obstinação, honestidade, interesses coletivos e nacionalistas, os sindicalistas homenageiam Lindolfo Collor:

Quero com isto prestar as minhas homenagens a um brasileiro ilustre, que, embora sofra as agruras duríssimas do exílio, longe da pátria e longe dos seus, foi incontestavelmente quem reergueu o proletariado brasileiro, colocando-o no lugar que lhe competia. Refiro-me ao senhor ministro Lindolfo Collor, nome que não pode ficar esquecido nesta hora solene. (ibidem).

O ícone do movimento operário, na perspectiva do líder sindical de Joinville, era Lindolfo Collor. Este era um capitalista, genuinamente conservador, representante da oligarquia gaúcha, que, em 1930, assumiu o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio por indicação de Vargas, já que esse correligionário compartilhava de suas aspirações nacionalistas e corporativistas (ARAÚJO, 1998). Collor viajou pelo Brasil com o intuito de discutir entre trabalhadores e patrões as questões relacionadas à legislação trabalhista. Encontrou resistência no encaminhamento das políticas e a oposição dos trabalhadores insatisfeitos. A duração de sua estadia no ministério foi bastante curta, apenas um ano e dois meses, e foi indicado para substituí-lo Salgado Filho. O fato de Collor ter atuado brevemente no ministério o transformou num dos líderes e heróis do golpe de 1930 e em ideólogo da junção capital-trabalho.

No decorrer dos debates e na efervescência dos discursos, o congresso definiu e defendeu a educação do trabalhador e seus filhos; a necessidade da higienização das casas e dos bairros; o combate aos vícios; o trabalho racional e honesto. Sobre o regime político vigente, os sindicalistas o consideravam ideal para o país e criticavam o comunismo e o liberalismo:

Mas, qual será então a melhor forma de governo, perguntaremos nós, se o anarquista visa destruir a autoridade, o imperialista a escravatura dos colonos e cafeeiros e o comunista a massacrar a honra de quem trabalha? É-nos indiferente o nome. Venha à nova forma de governo com o rótulo que vier. República socialista ou não. Cogite-se então, de fazer o governo do povo pelo povo. Todos iguais perante a lei, reconstituindo a família e sociedade sob bases nacionais. A reforma política social: Devemos cogitar da constituição de um governo único, estável, forte e responsável. É isto que se consegue com o justo equilíbrio e a concórdia dos poderes de autoridade e das forças da liberdade. Não é com a interferência desta ou daquela religião que havemos de resolver os problemas sérios da vida e sim com o trabalho obrigatório, metódico e racional, e em independência e educação de caráter e com a instrução do povo que serão dados os primeiros passos para a reconstrução nacional, digo, social. (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 16 jan. 1934).

Nesse discurso, nota-se uma questão complexa. Os sindicalistas criticam a concepção anarquista, que segundo eles visa destruir a autoridade e logo em seguida dizem que o

imperialista visa destruir a escravatura dos colonos e cafeeiros e o comunista destrói a honra do trabalhador. Na primeira situação, há uma coerência ideológica na crítica realizada. Porém, na segunda, há uma questão para problematizar: ora, se o imperialista objetiva destruir a escravatura dos colonos e cafeeiros, seriam então os sindicalistas a favor da escravidão dos colonos? Esse texto leva a uma inquietação histórica: havia escravidão dos cafeeiros no Brasil? Os comunistas historicamente foram classificados de arruaceiros de serem contra o trabalho ordeiro e disciplinado. São questões ideológicas pontuadas e sistematicamente instigadas no interior da classe operária, que fundamentavam e consolidavam a construção do senso comum.

O discurso após a implantação do Estado Novo foi incorporado pelo movimento sindical, parece definido e afinado já em 1934, em Joinville. As citações do congresso demonstram o viés autoritário e centralizador que se desenvolvia na cidade desde o início do século XX. A defesa do governo centralizado, com todos os olhos e braços voltados para o progresso nacional. Essa era a perspectiva tecnocrática proposta pelo Estado varguista, concebida por seus ideólogos e disseminada entre a classe trabalhadora por seus intelectuais orgânicos. Olhos, porque havia os que possuíam visão de futuro e comando, para garantir o progresso nacional, e braços, para garantir o crescimento econômico.

A educação como meio principal de formação ideológica para a difusão do nacionalismo popular, a vigilância social e o autocontrole da vida privada. O trabalho ordeiro seria o único meio para o engrandecimento de caráter e a ascensão econômica. Não foi por acaso que Joinville teve um governo integralista em 1936 sob o comando de Aristides Largura, admirador dos governos nazifascistas da Europa.

O pensamento único de buscar a conciliação das massas por meio da dignidade do trabalho, da honestidade e da pacificação das forças sociais era promovido pelos industriais em sintonia com os sindicatos, que tinham a missão de formar e educar o trabalhador para esse novo tempo que se instaurava: “É indispensável a educação do corpo e espírito, evitando-se desde o nascimento a tendência para a vida parasitária, pois, sendo a criatura um prego morto para a família, sê-lo-á conseqüentemente para a pátria” (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 16 jan. 1934).

A educação eugênica era defendida como necessária para tornar o cidadão um soldado apto para resguardar a segurança nacional, os símbolos patrióticos, o cultivo do espírito cívico; a massa, preparada pedagogicamente para a disciplina e a aquiescência social; o trabalhador, pronto a contribuir com seu trabalho para o desenvolvimento econômico do país (BAÍA HORTA, 1994).

O I Congresso de Operários joinvilenses concluiu suas atividades encaminhando estratégias para a promoção social e política do trabalhador. Todas as ações do sindicato deveriam estar concentradas na educação do operário, pois esta daria sustentação para a vida na sociedade fundada no trabalho. Assim, o congresso estabeleceu ações que deveriam ser concretizadas pelas lideranças sindicais, verdadeiros educadores dos trabalhadores.

Para termos um povo forte, instruído, educado e sadio, nada mais precisamos que:

1º Intensificar a construção de casas asseadas e higiênicas, desde as particulares até os edifícios públicos. Intensificar também a construção de casas para os operários;

2º Construir escolas onde se façam precisas, mas tendo-as obrigatórias desde o norte ao sul;

3º A criação da Escola Leiga, incumbindo que os professores levem para as crianças princípios de religiosidade;

4º Criar abrigos escolares para recolher as crianças pobres, dando-lhes uma sólida instrução profissional;

5º Criar penalidades para os pais que impedirem a freqüência dos seus filhos nas escolas e para os professores que infligirem os princípios regulares do ensino leigo;

6º Dar combate de morte ao luxo, a prostituição, ao álcool e ao jogo, por serem verdadeiros cancos corroedores da sociedade. (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 16 jan. 1934).

O trabalhador deveria ser orientado para seguir normas ordeiras, princípios do ensino religioso, instrução militar, métodos de higiene e combate aos vícios que impedem o crescimento profissional e comprometimento moral do cidadão. O sindicato deveria ser um instrumento pedagógico a serviço do Estado para desenvolver o controle social, eliminando todos os entraves para o estabelecimento da harmonia em benefício do trabalho.

As epidemias e endemias não eram somente causadoras de patologias físicas, mas eram tratadas no campo moral, sendo considerada urgente a intervenção do Estado. Para a educação sanitária dos trabalhadores, o Congresso dos Operários definiu ações visando o controle e a eliminação epidêmica moral que se alastrava por toda a sociedade. Os vícios, a prostituição, a promiscuidade, o álcool, os cabarés eram concretamente, para os sindicalistas, resultado da miséria do espírito, nunca da miséria social.

A fábrica jamais poderia ser vista como um lugar atemorizante, mas sim como um local seguro e imprescindível para o bom operário. O trabalhador deveria ser dócil e disciplinado para o cumprimento da paz e o desenvolvimento social. Para isso, ele deveria ter seu tempo e sua vida controlados dentro e fora do ambiente fabril. Dentro do perímetro fabril, a vigilância era exercida pelo

patrão e seus gerentes. A sociedade, a Igreja, o sindicato e a escola deveriam ter essa função fiscalizadora, vigilante e corretiva da conduta da classe operária.

O tempo do operário estava comprometido com o trabalho. O controle ideológico, para Vargas, tinha como escopo contribuir para a segurança e o desenvolvimento da nação. Todos os males externos deveriam ser combatidos e aliçados da vida do trabalhador. O capital desejava um homem de corpo e mente sadia – as doenças, os vícios e os lazeres perniciosos atravancariam o processo produtivo e, conseqüentemente, o progresso da nação.

Francisco Campos propôs uma campanha de saneamento moral para atingir preferencialmente a população sem instrução e analfabeta. Essa parcela da população precisaria ser educada para o bom resultado da nova política. O Estado deveria atingir os filhos dos trabalhadores com uma pedagogia popular para a formação da consciência do cidadão e para o desenvolvimento do espírito e da nação (BAÍA HORTA, 1994).

Para Ribeiro (1982) foi principalmente com a Constituição outorgada a partir da instalação do Estado Novo em 1937 que a política educacional foi ainda mais direcionada para um regime que incentivava a cooperação entre a indústria e o Estado. A educação dos trabalhadores tornou-se efetivamente um problema do Estado, que visava abastecer o mercado interno de mão-de-obra qualificada. O trabalho manual, nesse sentido, é referenciado pelos ideólogos do Estado para a consolidação econômica do nacional-desenvolvimentismo.

1.6. Intelectuais urbanos e o *pai dos pobres*

Gramsci (1989) relaciona o surgimento do intelectual urbano à criação da indústria. Ele faz uma análise materialista do ponto de vista ontológico da contradição, dos antagonismos entre as classes. Surgindo a indústria, os conflitos são inerentes ao processo capitalista industrial em formação. Quando o líder sindical, vanguarda intelectual na direção das lutas e reivindicações dos trabalhadores, assume o discurso patronal, com a legitimação do Estado, o que deveria ser uma ruptura acaba transformando-se numa conciliação, num ajustamento ideológico, respaldado pelas bandeiras governistas incorporadas pelos líderes; por isso, os líderes sindicais de Joinville enquadram-se perfeitamente nessa postura estandardizada a que Gramsci se refere.

Invariavelmente, os sindicatos no Estado Novo tornaram-se aparelhos do Estado, e suas lideranças intelectuais, formadoras educacionais da classe trabalhadora. Essas lideranças possuíam relações estreitas com a burguesia industrial, com os políticos da região, exatamente como o intelectual do tipo urbano a que se refere Gramsci:

Os intelectuais do tipo urbano cresceram juntamente com a indústria e são ligados às suas vicissitudes. À sua função pode ser comparada a dos oficiais subalternos do exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. [...] os intelectuais urbanos são bastante estandarizados [...]. (GRAMSCI, 1989, p. 12).

Portanto, havia uma ligação umbilical entre a entidade sindical e a indústria. O Sindicato dos Têxteis e Mecânicos e Metalúrgicos teve sua fundação e reconhecimento no Estado Novo; nasceu, portanto, para a manutenção e o disciplinamento do trabalhador ao Estado, ao capital, ao interesse condicional e irrestrito da indústria. Contudo, as outras entidades sindicais de Joinville também mantinham a pedagogia estadonovista – controle, corporativismo e aquiescência social – como norteadora da sua prática sindical.

O Sindicato dos Classificadores e Empilhadores de Madeira, o Sindicato da Aliança Operária da Construção Civil, o Sindicato das Olarias e o Sindicato dos Trabalhadores em Moinho garantiam o controle ideológico com práticas educativas, eventos festivos, concessão de benefícios e lazer aos trabalhadores. Porém, a atividade sindical era controlada pelos industriários e pelo próprio Ministério do Trabalho, cujo representante, inclusive, participava das reuniões sindicais:

[...] tomou a palavra o ilustre representante do Ministério do Trabalho, encarregado da 4ª Zona de Fiscalização, Sr. Cláudio Barbosa Lima, fazendo sentir a todos a necessidade de organização sindical, a união entre todos os empresários, deveres dos mesmos perante as leis do nosso país, e afinal encerrou suas brilhantes palavras a contento de todos, e ao findar foi o mesmo senhor agradecido com uma prolongada salva de palmas. (SINDICATO DOS CLASSIFICADORES E EMPILHADORES DE MADEIRA, 1939).

É evidente o controle ideológico quando o representante do ministério está presente nas reuniões sindicais, fiscalizando e direcionando as políticas dos trabalhadores. Se não houvesse uma aliança de compromisso entre lideranças e patrões, isso seria impossível. O acordo não fora feito pelos trabalhadores, e sim pelos intelectuais do movimento, que não só eram representantes patronais como, muitas vezes, os próprios patrões. Na imagem a seguir, vê-se a defesa e reverência dada ao

ministro do Trabalho. A participação das crianças – futura mão-de-obra operária – nas passeatas era uma constante:



Figura 2: Passeata dos Operários de Joinville. Dia 10 de novembro de 1939 em homenagem ao aniversário do Estado Novo.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Anualmente os sindicatos deveriam prestar contas ao Ministério do Trabalho de todas as suas atividades, desde as educativas (formação ideológica dos trabalhadores) até assembleias, reuniões, finanças, eventos etc. Esse era um dos meios de controle ideológicos do órgão governamental sobre os sindicatos. A entidade sindical que rompesse com essa estrutura de cooptação seria punida inclusive com o desmembramento perante o Ministério do Trabalho.

Carone (1976) advoga que o Ministério do Trabalho era um órgão que, além de regular a liberdade de ação trabalhista, justificava ideologicamente o papel a ser exercido pelo sindicato. Destarte, os sindicatos deveriam cumprir as determinações do ministério e a legislação:

E a prerrogativa do sindicato é representar o interesse dos associados perante as autoridades administrativas e judiciárias; “fundar e manter agências de colocação”; “firmar contratos coletivos de trabalho”; “impor contribuições a todos aqueles que participam das profissões e categorias representadas”. E são deveres dos sindicatos “colaborar com os poderes públicos” promover fundação de cooperativas de consumo, dar assistência judiciária a seus membros, fundar e manter escolas, “promover a conciliação dos dissídios de trabalho”. (CARONE, 1976, p. 134-135).

No mês de agosto de 1938, o Conselho Fiscal do Sindicato dos Metalúrgicos, formado pelos senhores Adolpho Hansen, Guido Yrellmann, Carlos Krüger e F. Comitti, analisou as finanças dos sindicatos e declarou: “Conferimos todas as entradas e saídas e achamos tudo em ordem”. Esses senhores eram donos de empresas na cidade, algumas até citadas nos processos trabalhistas, e eram eles que validavam as contas do sindicato.

Analisando o livro-caixa da categoria, encontra-se uma página intitulada *Socorro aos sócios* (grifo nosso), e logo abaixo uma listinha:

Pago a Caio Costa 18 \$ 000 (dezoito mil réis)
Pago a Germano Schulz 15 \$ 000 (quinze mil réis)
Pago a Adolpho Hansen 15 \$ 000 (quinze mil réis)
Pago a Germano Reeck 15 \$ 000 (quinze mil réis)
Pago a Pedro Vieira de França 75 \$ 000 (setenta e cinco mil réis)
Total – 192 \$ 000 (cento e noventa e dois mil réis)

O dinheiro do trabalhador era utilizado para a promoção de seu condicionamento ideológico e para a obtenção de benefícios de cunho corporativista, como assistência hospitalar, medicamentos, serviços clínicos, empréstimos pessoais, assessoria jurídica, assistência à maternidade e auxílio mortuário, legitimando a praticidade do sindicato corporativo, característico do governo Vargas:

O sindicato cobra taxa mortuária, ficando encarregado de pagar o enterro de todo sócio que vier a falecer e conseqüentemente de sua esposa. [...] O senhor presidente propôs que fosse criada uma caixa de beneficência aos associados, e a qual apoiada por todos, ficou estabelecida da seguinte forma. Que todo sócio que ficar doente, receba do sindicato uma diária de três mil réis, até o vigésimo quinto dia, perdurando a doença até tal data. (JUNTA GOVERNATIVA DO SINDICATO..., 9 abr. 1940).

Araújo (1998) analisa o corporativismo dos anos de 1930 como uma estratégia para obter o consentimento dos operários perante o governo:

O corporativismo inclusivo, como o regime de Vargas, caracteriza-se pela tentativa da elite estatal de incorporar política e economicamente segmentos significativos das classes trabalhadoras, empregando predominantemente políticas de bem estar, distributivas e simbólicas. Ele tenderia a ser implantado nas situações de crises do poder oligárquico, quando a industrialização se encontra em fase inicial e o nível de organização e mobilização política é incipiente e não institucionalizado. (ARAÚJO, 1998, p. 25).

Dentro desse sistema autoritário criado por Vargas, o *coletivo* colocava-se acima do individual. O trabalhador era um instrumento de construção da nação, a própria edificação dessa nação. Portanto, o operariado deveria curvar-se ante o governo, seguir suas orientações, suas determinações. O trabalhador não precisava pensar, apenas trabalhar. O presidente, junto com seus colaboradores, encarregava-se da difícil tarefa de planejar os rumos da nação, de trabalhar incansavelmente para que a sociedade brasileira se fortalecesse como um único povo, com as mesmas perspectivas, os mesmos direitos, o mesmo objetivo: trabalhar e trabalhar.

Essa concepção tecnocrática foi altamente difundida no governo Vargas, por meio de seus intelectuais, Francisco Campos, que no Estado Novo ocupou o cargo de ministro da Justiça, e Gustavo Capanema, ministro da Educação. Os dois, principalmente, encarregavam-se de fortalecer ideologicamente as bases para um novo tempo que se abria, pós-revolução de 1930 – a era da industrialização, da não-subordinação tecnológica, da cooperação e da harmonia entre as classes.

“O Estado Novo tem na forte cultura e na lúcida inteligência do Ministro Francisco Campos um considerável elemento de consolidação e de disciplina doutrinária” (DNP, 1939c, p. 17). Campos autodenominava-se um antiliberal, mas não admitia a hipótese da não-intervenção do Estado na economia. Para ele, a máquina estatal era composta por todos: alguns ficavam na engrenagem da maquinaria, com o suor do seu rosto, impulsionando o Brasil para o progresso, o desenvolvimento, e outros, no gerenciamento da máquina, conduzindo intelectualmente o funcionamento do Estado, que não deveria servir a todos, mas somente àqueles que trabalham e se submetem a esse mecanismo.

O Estado, para Campos, era o grande árbitro das relações sociais. Poderia intervir a qualquer hora, determinar e coibir ações, levantar e destruir bandeiras, organizar o mercado dentro dos interesses governamentais. A classe operária deveria submeter-se completamente às suas decisões:

O indivíduo soberano existe apenas no preconceito individualista; na realidade, o indivíduo é um membro da nação e só merece o apoio do Estado quando o seu interesse não colide com o da comunhão nacional, para a defesa de cujos interesses, honra e independência o Estado existe. (CAMPOS, 1938, p. 19).

Assim como Campos, Gustavo Capanema, ministro da Educação do Estado Novo, defendia os princípios da coletividade em detrimento ao individualismo, uma cultura geral, humanística e todos sem exceção deveriam respeitar as leis do novo Estado que se instalava. Este deveria coibir qualquer movimentação contrária, em nome da educação patriótica e da segurança nacional. Para atingir os objetivos finais do programa estadonovista, Capanema não hesitava em cogitar os alicerces do autoritarismo, desde a dimensão cívico-militar até à artístico-cultural, para a apropriação e exaltação do Estado varguista (BAÍA HORTA, 1994).

Para Capanema, era preciso desenvolver nos trabalhadores o patriotismo, a formação do caráter, o espírito de disciplina, a dedicação completa aos ideais estadonovistas, a plena consciência da responsabilidade para o trabalho e o engrandecimento da nação.

[...] a ditadura instaurada por Vargas, em 1937, correspondia a uma tentativa de realizar a revolução burguesa sem o proletariado. Sob a camada que lhe dava fisionomia, atrás da fachada policial, o Estado Novo, realmente, buscava compor as novas formas econômicas internas. (SODRÉ, 1971, p. 329).

O Estado Novo configurava seu autoritarismo baseado em princípios nazifascistas remanescentes em alguns países europeus, como Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. A carta constitucional de 1937, inspirada na da Polônia, era vulgarmente conhecida como *polaca*. Já a CLT foi uma reprodução da *Carta Del Lavoro*, do regime fascista italiano.

O Estado nazifascista, centralizador e mantenedor da ordem, tinha em seu *chefe* de governo a representação máxima de poder e atuação. Frequentemente, o totalitarismo acusava com discursos antiliberais a espoliação financeira dos países imperialistas e o livre mercado mundial (HOBSBAWM, 1995). Os países fascistas empenhavam-se no convencimento ideológico para a desmistificação dos propósitos do liberalismo, ao defenderem veementemente a intervenção estatal para controle, soberania e segurança da nação.

Não há nenhum argumento de ordem técnica, racional e mesmo doutrinária, que fulmine a nomeação e justifique a eletividade. A própria escolha diferente, a diversa origem de seus poderes, serve para separar ainda mais estas funções e estabelecer uma recíproca revisão, uma fiscalização mútua, e uma constante correção em prol do interesse público. (DUARTE, 1942, p. 225).

Muitos ideólogos varguistas esforçavam-se para explicar todas as medidas e atitudes tomadas pelo Estado ditatorial. Concursos de monografias eram realizados a cada aniversário do Estado Novo, organizados pelo DIP. Duarte (1942), citado, fora premiado pelo DIP em um concurso de monografias. Ele discorre sobre a não-legitimidade do pleito eleitoral e enfatiza a defesa do Estado autoritário e centralizador para salvaguardar os interesses coletivos nacionais.

Vargas forjava-se como líder e chefe de um Estado inabalável. Portanto, o Estado bonapartista a que Gomes et al. (1997) se refere pressupõe uma superioridade hierárquica e política, colocando-se acima de todas as classes existentes na estrutura social:

[...] A aparência de “pairar sobre as classes” do Estado Bonapartista decorre especialmente do tipo de vinculação que se estabelece entre o chefe do Estado e as classes populares. [...] Vargas aumentou o canal de comunicação dos trabalhadores urbanos com o sistema de poder e restringiu a autonomia de atuação da camada patronal face aos empregados, subordinando, empregados e empregadores, à autoridade suprema da burocracia estatal, que ampliou e fortaleceu. (GOMES et al., 1997, p. 533).

Esse *bonapartismo getulista* culmina com o advento do Estado Novo, no qual o Estado centralizador promove o discurso aquiescente do fim das classes sociais, governa e impera seu poder sobre toda a massa de trabalhadores e patrões, numa tentativa clara de homogeneização das relações sociais, resultado da repressão, cooptação e enquadramento ideológico estatal.

Para garantir a ação do Estado opressor, a utilização das Forças Armadas era constantemente acionada. No aspecto ideológico, a ausência de organismos de oposição ao governo, a imposição de partido único e o fechamento do Congresso Nacional elevavam a hegemonia varguista para uma concepção imperial de administração política (GOMES et al., 1997).

O pai dos pobres, como a ele referiam-se seus defensores, sedimentou sua liderança por meio de propagandas difundidas pelo DIP, criado em 1939, que tinha por finalidade censurar a imprensa, promover a *polícia ideológica* e manter o culto permanente à figura de Vargas.

Gomes (2005) explica que a *Hora do Brasil*, programa radiofônico criado por Vargas pelo decreto-lei n. 1.949/39, obrigava todos os veículos de comunicação a transmitirem em cadeia nacional os discursos de Getúlio e suas realizações políticas. Nas cidades onde não houvesse emissora de radiodifusão, seriam colocados autofalantes públicos para a comunicação com a população. Seguindo o exemplo do presidente, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, ocupava semanalmente dez minutos na *Hora do Brasil*. De 1942 a 1945 o ministro discursava no Programa *Falando aos Trabalhadores Brasileiros*.

Para estabelecer a comunicação com a população, o presidente autodenominava-se um grande *operário* na construção política do país, e sua condição em relação ao operariado proporcionava uma conversa ao *pé do ouvido* com o trabalhador. A mitificação ideológica do *pai dos pobres* estava fundamentada nos anseios e na preocupação que o governo possuía com o trabalhador, exemplificada nos direitos trabalhistas concedidos. Os sindicatos e os trabalhadores faziam reverências ao presidente Getúlio Vargas, como demonstra a imagem:



Figura 3: Passeata dos Operários de Joinville. Dia 10 de novembro de 1939 em homenagem ao aniversário do Estado Novo.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

As bases do populismo foram criadas sob uma condição coercitiva, controladora e oficializadora dos litígios, que deixavam o operariado à mercê do propósito ideológico defendido pelo Estado varguista. A educação dos trabalhadores, diariamente veiculada pelos meios de comunicação e pelos órgãos oficiais do governo, transformava Getúlio em grande *redentor da nação*.

Ao afirmar-se enquanto entendedor das condições em que vivia o trabalhador e legitimar-se como operário em defesa da nação, Vargas condicionou os sindicatos a manterem *idoneidade ideológica*, para protegê-los dos *agentes de Moscou* (DNP, 1938) no Brasil. Oficializou os sindicatos e enquadrou-os à estrutura governamental, transformando as entidades em aparelhos legalizados de educação ideológica em prol do governo autoritário.

O sindicato passa a ser o elemento fundamental da nova fase de construção social. O homem fora de seu sindicato não tem outra possibilidade de representação ou de influir sobre o curso dos acontecimentos. No sindicato está a base de sua organização [...] Os sindicatos se organizarão sob o controle do Estado. (DNP, 1939c, p. 86-87).

As bases do populismo foram criadas sob uma condição coercitiva, controladora e oficializadora dos litígios, que deixavam o operariado à mercê do propósito ideológico defendido pelo Estado varguista. A educação dos trabalhadores, diariamente veiculada pelos meios de comunicação e pelos órgãos oficiais do governo, transformava Getúlio em grande *redentor da nação*.

Para Araújo (1998), o governo Vargas divide-se em dois períodos principais: o primeiro, de 1930 a 1935 – o período da inclusão (políticas distributivas de incorporação política dos trabalhadores); o segundo, de 1942 a 1945 – a fase excludente, na qual aqueles que não se

enquadravam ao novo sistema eram excluídos dele, por meios repressivos, militares e ideológicos. O sindicato corporativo solidificou esse tipo de prática para garantir o movimento passivo à reestruturação econômica e política das elites no país. A legislação trabalhista representava a concessão de benefícios para objetivar o controle e o governo autoritário, e o trabalhador, nesse sentido, tornava-se cúmplice da sua própria exploração (BRAVERMANN, 1987).

Confiemos em “Vossa Excelência” – é sempre a frase pronunciada pelos operários que se aproximam do Presidente. Nesta espontânea e sincera expressão de confiança no chefe da nação resume-se o sentimento unânime das massas trabalhadoras do Brasil. O nosso operariado sabe que em toda nossa vida de nação independente nenhum homem de Estado fez pelos trabalhadores, nem mesmo remotamente, coisa que se aproximasse da obra do Presidente Getúlio Vargas. (DNP, 1939a, p. 126).

O Estado oficializava-se como interlocutor das massas trabalhadoras pela concessão de benefícios trabalhistas, que legalizou direitos reivindicados historicamente pelo movimento sindical em lutas que marcaram o final do século XIX e o início do século XX (GOMES et al., 1997; PINHEIRO et al., 1997). Algumas leis promulgadas por Getúlio e aprovadas pelo Congresso Nacional eram reivindicações exclusivas de alguns sindicatos, por exemplo, no caso dos ferroviários – a Lei Eloi Chaves instituiu Caixas de Aposentadorias e Pensões para a categoria, assim como a lei de amparo às vítimas de acidente de trabalho, em 1919 (GOMES et al., 1997).

A oficialização dos sindicatos e seu enquadramento ao Ministério do Trabalho foram realizados por meio das Cartas de Reconhecimento, que subordinavam as entidades representativas dos trabalhadores aos propósitos governamentais, instituídos pelo órgão oficial do governo.

[...] com a presença do Senhor João Vieira de Souza Neto, encarregado do 4º posto de fiscalização do Ministério do Trabalho [...] as razões de sua visita neste sindicato, que era para tratar dos festejos a serem realizados no dia 19 de abril em homenagem ao eminente Presidente Getúlio Vargas, pela passagem de sua data natalícia. [...] pelo muito que tem feito a classe operária. (JUNTA GOVERNATIVA DO SINDICATO..., 9 abr. 1940).

Os representantes do Ministério do Trabalho participavam constantemente das reuniões das entidades sindicais em Joinville. Faziam a fiscalização de suas ações, tinham poder de interdição institucional, dirigiam e acompanhavam negociações patronais e propunham atividades para os sindicatos que seguissem a orientação política nacional, contemplando os interesses do governo central.

Um fiscal do trabalho, numa reunião do Sindicato dos Metalúrgicos e Mecânicos, propõe para o dia do trabalhador:

Realizarmos em comemoração a próxima data de 1º de maio diversas atividades assim discriminadas, dia 30 de abril à noite cinema e baile na Liga de Sociedades, dia 1º de maio às 8 horas da manhã passeata operária, em seguida no campo de caseias futebol clube durante o resto do dia churrascada, bazar, tiro ao alvo, corrida de bicicletas e partidas de futebol. (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS E MECÂNICOS, 4 abr. 1940).

O 1º de maio historicamente sempre foi um dia dedicado ao movimento de luta dos trabalhadores. No I Congresso da Internacional em Paris (1889), Raymond Lavigne – um militante da esquerda guesdista¹² de Bordeaux – redigiu uma moção para os trabalhadores do mundo fixarem uma data para o dia do trabalhador, uma reivindicação internacional dos trabalhadores, juntamente com a luta pela diminuição da jornada de trabalho para oito horas. Os congressistas defendiam oito horas de descanso, oito horas de trabalho e oito horas de lazer.

O 1º de maio americano fora instaurado alguns anos antes, em 1886, pelos Cavaleiros do Trabalho. Nesse dia, um confronto com a polícia em Milwaukee resultou em nove mortos e seis em Chicago. Nesse local, um ano após esse conflito, quatro trabalhadores foram enforcados (PERROT, 1988).

O Estado incorporou as bandeiras históricas do movimento operário e oficializou o controle e a intervenção estatal nas relações de produção, colocando-se como árbitro nesse processo. A fábrica, como foi demonstrado na primeira parte deste trabalho, foi palco de conflitos sociais e resistências organizadas pelos trabalhadores. Esse ambiente fabril deveria sair do isolamento, antes que os antagonismos desembocassem na ruptura da ordem vigente. Para evitar o avanço do movimento operário e a explosão de uma desordem social mais radical, algumas reivindicações foram concedidas ao movimento operário, tal como a institucionalização da legislação trabalhista.

Vargas então assumiu o discurso da classe operária e seu histórico reivindicatório: as oito horas para o descanso, o trabalho e o lazer tornaram-se objeto de preocupação e vigilância do governo. Antes que a tradição do 1º de maio invocasse suas reivindicações e bandeiras operárias, era necessário transformá-lo num evento festivo, alegre, unitário, harmonioso e sobretudo desarmado politicamente.

[...] O Estado designado como interlocutor, não só para a assistência, mas para a reforma, e os desfiles operários ordenados em função dos lugares de poder, constituem certamente a principal novidade, que indicam a dimensão política do Primeiro de Maio, em princípio mais manifestação do que festa, mais meio de pressão do que modo de expressão. (PERROT, 1988, p. 133).

As lideranças operárias procuravam nos fiscais do ministério retaguarda para suas deliberações. Pelas estratégias ministeriais para cooptar os trabalhadores, quando as justificativas políticas não obtinham resultados positivos, apelava-se para as festividades. A antiga tática romana de coerção: pão e circo.

Para os sindicatos, o Ministério do Trabalho tinha um caráter consultivo: “[...] a situação do trabalho aos domingos que está causando desarmonia entre seus associados, ficando deliberado o Sr. Presidente tirar uma consulta com o fiscal do Ministério do Trabalho” (ASSEMBLÉIA GERAL DO SINDICATO DOS OPERÁRIOS EM MOINHOS, 19 mar. 1940). A educação do trabalhador realizada pelo sindicato tinha o intuito de ajustá-lo aos novos tempos de prosperidade e trabalho promovidos pelo governo Vargas. Essa educação era conduzida pelos intelectuais que formavam a equipe dos fiscais do ministério, que, sucessivamente, formavam as lideranças sindicais, que educavam os trabalhadores. A pedagogia sindical seguia um ordenamento hierárquico de poder e manipulação.

Completamente voltado para a questão nacional, o Estado Novo era a atitude exógena mais próspera do governo Vargas. Os trabalhadores necessitavam entender a lógica estadonovista como instrumento de proteção do Estado brasileiro: “O Estado Novo, nascido fora dos conciliábulos políticos, longe do interesse partidário, não atendeu ao artificialismo estrangeiro ou acadêmico [...]” (DNP, 1939a, p. 248).

O imposto sindical, criado em 1940 e regulado em 1943, aumentou a dependência financeira dos sindicatos corporativistas ao governo e acresceu a eles o caráter assistencialista, pois passaram a prestar serviços de ordem jurídica e médica.

Segundo Carone (1976, p. 135), Vargas, ao decretar o imposto sindical, “dispõe sobre o pagamento e arrecadação de contribuições devidas aos sindicatos pelos que participam das categorias econômicas e profissionais representadas pelas referidas entidades”. Esse imposto é devido por todos

¹² Corrente marxista francesa dirigida por Jules Guesde. Esse movimento chamava-se Parti Ouvrier Français.

aqueles que participam da categoria, “em favor da associação profissional legalmente reconhecida como sindicato representante da mesma categoria”.

O pagamento do imposto sindical era anual e feito integralmente, da seguinte forma: para o empregador, o valor variava segundo seu capital social; para o empregado, correspondia 1/30 avos do seu salário (CARONE, 1976). Essa legislação sindical abriu precedentes que atualmente ainda apresentam resquícios e determinam não só o atrelamento e enquadramento sindical ao aparelho do Estado, como efetivamente garantem a produção de inúmeros sindicatos representantes de inúmeras categorias, espalhados por todos os cantos do país. Desse problemático legado getulista – o imposto sindical – surgiram verdadeiras máquinas sindicais – empresas geradoras e administradoras do dinheiro público e da contribuição salarial do trabalhador. Os líderes sindicais ascendem social e economicamente, sem cumprir efetivamente com seu compromisso político com a classe dos trabalhadores.

Segundo Carone (1976), dentro da classe operária podem-se distinguir três tendências ideológicas: os operários mais conscientes, que possuem uma militância ativa nos sindicatos, aqueles com consciência social, mas sem atividade prática sindical, e os que não possuem consciência social, a maioria da população, subordinável às ditaduras e manipulável pelos interesses da classe dominante.

Para Vargas, a primeira vertente do sindicalismo de que fala Carone (1976) deveria ser abolida. A segunda deveria estar a serviço do Estado e a terceira deveria ser adestrada segundo a concepção do Estado autoritário, na qual a regulação dos conflitos sociais se dava no campo litigioso. A repressão política e ideológica fundamentava o pensamento ontológico do governo Vargas: “[...] o Estado que não dispõe de uma concepção de homem não pode dizer que homem as suas máquinas escolares devem produzir” (DNP, 1939c, p.103).

Para o Estado autoritário, o pensamento uniformizador era revestido pelo nacionalismo totalitário, incentivado em todas as datas comemorativas. As comemorações nacionais, como o aniversário do Estado Novo e do presidente, eram consideradas atividades cívicas para todos os trabalhadores. Os sindicatos eram responsáveis por organizar os eventos, mobilizar os operários e promover passeatas em prol da atividade idealizada. Para a oficialização e abrangência política, o Ministério do Trabalho encarregava-se de planejar e coordenar os acontecimentos:

O representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e os sindicatos e Associações Profissionais de Empregados desta cidade, convidam V. S. a comparecerem aos festejos a serem realizados em homenagem a S. Excia. O Sr. Presidente da República – Dr. Getúlio Vargas – pela passagem de sua data natalícia.[...] Os festejos que consistirão de grande concentração na Praça Dr. Nereu Ramos, às nove horas da manhã do dia dezenove do corrente (domingo) e de um desfile em ordem de formatura pela rua do Príncipe, serão precedidos de uma reunião na rua Princesa Isabel, às oito e meia. [...] Certos ficamos de sua presença de V. S. nessa parada que se impõe como gesto de respeitosa consideração ao eminente Chefe da Nação e, sobretudo, com fervorosa demonstração de gratidão das classes trabalhistas joinvilenses. (CÍRCULO OPERÁRIO DE JOINVILLE, 13 abr. 1942).

Esse convite foi emitido pelo Círculo Operário de Joinville, que, sob orientação cristã, foi criado em 1935. A igreja, junto com os sindicatos amarelos e o Ministério do Trabalho, defendia a harmonização das classes prometida pelos ideólogos varguistas. A supressão completa e irrestrita de todos os antagonismos entre trabalhadores e patrões, com o objetivo da unificação classista, era uma estratégia articulada a fim de uniformizar e desmobilizar os sindicatos.

Em Joinville percebe-se que a maioria dos sindicatos tinha sido cooptada pelo governo estadonovista. Não houve uma resistência contundente, tampouco conflitos ardorosos para que o ministério interviesse mais incisivamente. Tal fato leva a vislumbrar a posição ideológica traçada por alguns intelectuais orgânicos dos sindicatos e de outras instituições sociais.

O Ministério da Educação incentivava a educação moral e cívica por meio de associações, sindicatos, círculos operários, escolas e igrejas para o fortalecimento e engrandecimento dos símbolos nacionais e a geração de um *espírito nacionalista*. Alguns ícones desse patriotismo passaram a ser então homenageados pelos trabalhadores joinvilenses, coordenados pelo poder público municipal, que implementava politicamente atos de devoção patriótica, como a mudança de nomes de ruas, a inauguração de escolas etc. O Círculo Operário também fazia a sua reverência aos grandes nomes, líderes nacionais, para o reconhecimento histórico daqueles que *defenderam os trabalhadores*:

O Dr. Nabor baixou decreto, mudando o nome de diversas ruas da cidade – as quais deu o nome de Marechal Deodoro, Quintino Bocaiúva e Benjamim Constant; [...] Construiu várias obras importantes que formam o conjunto assistencial do operário joinvilense a “Creche Conde Modesto Leal”, o Pavilhão Filinto Muller, o Círculo Operário (JORNAL DE JOINVILLE, 1974, p. 3).

O doutor Nabor de Lima Monteiro foi prefeito da cidade de Joinville (1939-1940); era engenheiro civil e executou na cidade o Programa de Nacionalização empreendido pelo governo: “Considerando, finalmente que o problema da nacionalização requer leitura intensiva de livros

escritos em língua portuguesa, cuja aquisição deve ser facilitada por todos os meios” (**JORNAL DE JOINVILLE**, 1974, p. 3)¹³.

Sob a coordenação do prefeito, foi organizada a visita oficial do presidente Vargas à cidade, em ¹⁴10 de março de 1940. Para homenagear o chefe da nação foi alterado o nome de uma das principais vias urbanas da cidade: a Rua Santa Catarina passou a chamar-se Avenida Getúlio Vargas.



Figura 4: Getúlio Vargas visita Joinville dia 10 de março de 1940. Ao seu lado estão o interventor de Santa Catarina – Nereu Ramos – e o prefeito de Joinville – Nabor de Lima Monteiro.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Na ocasião, “S. Excia. foi recebido, festivamente, todas as sirenes das fábricas de Joinville, se fizeram ouvir simultaneamente, para comunicar ao ilustre visitante, ser Joinville a ‘cidade, onde se trabalha’” (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE JOINVILLE, 1939/1940).

Foi definitivamente tratado sobre a chegada a esta cidade do Exmo. Chefe da Nação, Dr Getúlio Vargas, que os membros da diretoria se farão representar e o sindicato, quanto aos associados deverão formar com os empregadores em desfile pelas ruas naquele dia. (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS E MECÂNICOS, 7 abr. 1940).

A reunião que determinou a participação dos operários nesse evento cívico de boas-vindas ao presidente Getúlio Vargas enfatizava que todos deveriam comparecer, pois o evento não era

¹³ Homenagem aos prefeitos de Joinville. Retrospectiva histórica.

¹⁴ O aniversário oficial da cidade é comemorado no dia 9 de março.

facultativo. As vitrines da cidade *ordeira* seriam as sirenes fabris, que fariam a sinfonia de boas-vindas ao presidente. O chefe de Estado, considerado pelos trabalhadores joinvilenses como o operário da nação, teria na cidade de Joinville uma saudação cívica a sua altura. O chefe de Estado confirmaria o vislumbamento de sua política nacional numa cidade onde todos trabalham e desfilam juntos – operários e patrão, pelo bem comum.

Observa-se na imagem a seguir a participação das mulheres nos eventos cívicos. A ida de Vargas à Joinville, além de ser uma atividade patriótica de saudação ao chefe do Estado brasileiro, era afinal a comemoração do aniversário de uma cidade onde todos trabalham – homens e mulheres.



Figura 5: Passeata dos sindicatos em homenagem a vinda de Getúlio Vargas à cidade de Joinville no seu octogésimo sétimo aniversário. 10 mar. 1940.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Segundo Araújo (1998), havia um consentimento dos trabalhadores a partir do emprego das políticas trabalhistas, que inseriam a massa operária no contexto corporativo do governo Vargas. O fato de os operários joinvilenses estarem desfilando ao lado dos empregadores numa manifestação de agradecimento e cordialidade, para homenagear o chefe de Estado, significava evidenciar que em Joinville as massas eram ordeiras e dispostas a seguir os comandos do grande líder nacional.

Aos empregados e empregadores o governo prometia administrar os anseios de todas as categorias, desde que se comportassem como uma única classe – sem discórdias, sem lutas, sem individualidades –, pois o interesse coletivo era o interesse patriótico, nacional, sobre todos os outros. Quem poderia discernir e decidir sobre essas questões era somente o presidente da República.

Fica extremamente claro que o trabalhador joinvilense se ajustou perfeitamente ao sistema imposto por Vargas. Adequou-se porque foi levado a acreditar que era a proposta mais condizente com a dignidade do trabalho. Essa concepção que o operário possuía do trabalho (COSTA, 1996) demonstra a influência da imigração européia na cidade. Os estrangeiros que se estabeleceram na cidade construíram a ideologia, que permeava o cotidiano do trabalhador, de que o trabalho realmente iria dignificar aqueles que trabalhassem. O fato de os donos das fábricas serem de origem teuto-germânica estimulava a concorrência subjetiva e objetiva declarada entre os *caboclos* e os *germânicos*.

O *pai dos pobres*, por intermédio de seus fiéis intelectuais, edificava a educação da classe trabalhadora segundo suas diretrizes. Disciplinada e subserviente aos interesses do capital, os mesmos intelectuais, por intermédio dos sindicatos, eram incumbidos de realizar ações práticas que fortalecessem o Estado de Vargas. Os exemplos citados acusam a polarização ideológica, o caráter coercitivo do governo Vargas e a tentativa de dissimulação dos antagonismos de classes.

Ternes (1986, p. 90), um defensor do *capital honesto* e legítimo representante da historiografia oficial de Joinville, explica que o desenvolvimento econômico da cidade e o nascimento das indústrias devem-se ao trabalho incansável, à disciplina e à organização de sua população. “Esta visão para os negócios, a disciplina para o trabalho e o forte senso de organização, formam o tripé em que se fundamenta o êxito destas iniciativas empresariais, a partir do ano de 1880”.

Esse desenvolvimento econômico, o autor chama de *A acumulação do capital em Joinville – a gênese da industrialização*.

[...] a progressiva relação entre o crescimento populacional/urbano e a acumulação de capital, sempre reinvestido em benefício direto do empreendimento, moldando uma característica do empresário desta região, que é a riqueza de sua empresa, que passará às gerações futuras, e não o aumento do patrimônio pessoal e sua possível dilapidação em ostentações mundanas. (TERNES, 1986, p. 91).

Esse historiador afirma que: “[...] a vontade de vencer, o querer afirmativa e decididamente o sucesso – isto os primeiros homens de negócios de Joinville tinham em quantidade generosas” (ibidem, p. 91). A prosperidade era garantida por meio de muito trabalho, “talento e inteligência”. Para os ideólogos varguistas, a grande massa de trabalhadores deveria seguir esses exemplos de sucesso e persistência. Trabalhar honestamente, para futuramente receber concessões e benefícios em

troca do trabalho realizado. Os sindicatos amarelos, a partir das práticas e discursos ilustrados, demonstram corroborar com essa perspectiva de Ternes (1986).

A função dos sindicatos amarelos e seus intelectuais era difundir a ideologia do trabalho e capital honesto entre os trabalhadores joinvilenses. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, há de se considerar alguns aspectos do movimento operário de Joinville, que explicitam uma resistência contra esse discurso de subserviência e aquiescência operária.

Costa (1996) adverte que em 1917 houve a “primeira greve do operariado joinvilense, inserindo-se no contexto das mobilizações nacionais”. Algumas categorias de trabalhadores em Joinville aderiram à greve de 1917, entre elas os cervejeiros, carpinteiros, sapateiros, pedreiros, ferroviários e mecânicos. A reivindicação estava pautada no aumento salarial de 1\$000 diários no vencimento salarial dos operários. O empresariado, receoso de manifestações violentas impulsionadas pelos comunistas, chamava à responsabilidade os teuto-germânicos para a manutenção da ordem e o estabelecimento da paz.

Costa (1996) também se refere, historicamente, sobre outras manifestações operárias em Joinville.

Esse capítulo demonstrou, a partir do eixo Rio-São Paulo, que os centros industriais brasileiros registraram o engajamento do movimento operário, desde o final do século XIX até o final da década de 1920. A classe operária brasileira, organizada e reivindicatória, por intermédio de seus sindicatos, associações, ligas e outras entidades, combateram o sistema capitalista e seu poder hegemônico. Pensar na não-existência de luta de classes e de movimentos oposicionistas nesse período é no mínimo uma tentativa de anular a história de luta da classe operária (PINHEIRO et al., 1997).

Contrariando outras cidades industrializadas, Joinville não registrou uma sequência de mobilizações operárias organizadas a partir de uma concepção sindical de esquerda. Porém, é relevante para a história regional resgatar esses movimentos contestatórios que Costa (1996) menciona. Os congressos operários de 1934 já vislumbravam a cooperação institucionalizada entre os sindicatos, os patrões e o Estado. Essa relação no Estado Novo ficará mais estreita e adquirirá um caráter educativo-ideológico. Na prática sindical, os trabalhadores joinvilenses, majoritariamente, omitiram-se e deixaram-se cooptar pelo Estado.

Assim, o Estado Novo, por intermédio de seus fiéis intelectuais, edificava a educação da classe trabalhadora segundo suas diretrizes conciliatórias. Os trabalhadores deveriam ser educados para a disciplina e subserviência aos interesses do capital. Desse modo, os intelectuais urbanos, por intermédio dos sindicatos, eram incumbidos de realizar ações pedagógicas que fortalecessem o Estado de Vargas. O DNP (1938) foi um dos organismos pedagógicos que instrumentalizou os sindicatos e seus intelectuais para a educação da classe trabalhadora para o trabalho.

A pedagogia estadonovista de aquiescência social – e a ideologia do trabalho ordeiro e disciplinado – só teve sentido ao ser implementada aos trabalhadores joinvilenses por dois motivos: primeiro, porque não haveria necessidade de cooptação se não houvesse o risco de insurreições; segundo, porque havia a necessidade de expansão capitalista, e esta precisava de mão-de-obra disciplinada e resignada para o trabalho.

2. LEGITIMAÇÃO E DIFUSÃO DO DISCURSO DO PODER

2.1. O papel da imprensa

A Constituição de 1937, art. 122, determinava: “Todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento oralmente, por escrito, por impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei”. Esse artigo explicita como o Estado varguista controlava a imprensa e centralizava os meios de comunicação para legitimar a ordem vigente. Dentro das normas e da legalidade, a liberdade de expressão e de organização era limitadamente concedida, sendo supervisionada e monitorada pelos órgãos governamentais.

Vargas, desde a instalação de seu governo provisório, em 1930, viu a importância da imprensa como instrumento político de divulgação de seus ideais e justificador das ações governamentais.

Em 1931, criou o Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Sob a direção do jornalista Salles Filho, esse órgão objetivava esclarecer a população sobre a situação econômico-administrativa do governo. Também tinha a responsabilidade de orientar e fiscalizar a imprensa, no sentido de estabelecer com ela uma mútua colaboração. Aos diretores dos jornais era incumbida a função de censurar seu próprio conteúdo, sob a fiscalização direta dos chefes de polícia.

O DOP sofreu uma reorganização em 1934, originando-se dela o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), instituição que atuava oficialmente junto à imprensa. Iniciou-se sob a direção de Salles Filho, mas logo ficou sob o comando de Lourival Fontes. Esse órgão era responsável pelo rádio, cinema e pelas atividades de cultura em geral.

Em 1938 o DPDC sofreu mais uma reorganização, surgindo então o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que funcionava como uma espécie de departamento de *marketing* político do governo estadonovista, personalizando a propaganda nacional em torno do presidente da República. O DNP era encarregado de diversas atividades cívicas: seção de rádio – edição do *Hora do Brasil*; seção de cinema – divulgação de aspectos positivos do Brasil para o exterior e para o interior do país; seção de turismo – recepção de visitantes estrangeiros, edição de cartazes e folhetos de propaganda sobre o país.

O trabalho do DNP seguia paralelo ao da imprensa, sem corromper seus propósitos de educar para a civilidade e a nacionalidade. Em 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) por meio do decreto-lei n. 1.915. Esse órgão não reorganizou nem substituiu o DNP, mas sim se constituiu como um novo instrumento oficial que visava garantir efetivamente o controle e a intervenção estatal nos meios de comunicação privados.

O DIP criado no Estado Novo era a continuação do serviço controlador desenvolvido pelo Estado populista e suas instituições oficiais. O DIP era o responsável por fiscalizar e avaliar se os propósitos do governo eram obedecidos e seguidos nos diversos veículos de comunicação. Todos os órgãos de imprensa – rádios, jornais, revistas – passavam pelos censores do DIP, e a comunicação tornou-se um instrumento pedagógico de aliciamento ideológico (GOULART, 1990).

O DIP herdava a estrutura institucional e totalitária criada a partir de 1930. A informação formatada pela imprensa era amplamente utilizada pelo governo populista e autoritário de Getúlio Vargas para a manipulação ideológica, a legitimação do controle e a difusão do poder.

O papel educativo exercido pelos rádios e jornais mostra como foi desenvolvida a cooptação ideológica e a massificação política do Estado Novo. Engrandecendo e reverenciando a figura do presidente Getúlio Vargas, a imprensa garantia seu funcionamento. A ideologização era realizada por meio da justificação e fundamentação das políticas *apaziguadoras* dos conflitos classistas para o estabelecimento da ordem e segurança nacional.

Para Vargas, não haveria mais luta de classes; em consequência, patrão e trabalhadores deveriam viver harmoniosamente, sem intrigas e ressentimentos, tudo em prol da unidade nacional. O governo posicionava-se como árbitro das relações sociais: onde houvesse desentendimentos, o Estado interviria, mediando negociações e acertos e faria justiça, pela sua óptica. Nem os trabalhadores e tampouco os patrões deveriam ficar descontentes. O Brasil, para crescer, precisava dos dois lados.

Quando é feita por Vargas a referência à necessidade de um convívio harmonioso entre trabalhadores e patrões, depara-se frontalmente com aquilo que Marx e Engels (1989) afirmam em seus manuscritos. Para os autores, a sociedade é construída historicamente pelo antagonismo entre as classes, por isso, eles vêem em suas análises, os distintos interesses entre as classes sociais jamais poderão tornar-se comuns, são irreconciliáveis.

Daí advém o importante papel que assumiu a imprensa no governo Vargas, no sentido de camuflar o antagonismo entre as classes, criando uma noção ilusória de que os interesses eram comuns às partes. Nesse caso específico, cabe e é possível trazer a contribuição do pensador húngaro István Mészáros (2004). O autor classifica três posições ideológicas distintas no interior da sociedade burguesa: 1) ideologia estabelecida em atitude acrítica, que exalta o sistema dominante, ignorando e camuflando suas contradições e problemas; 2) ideologia analista das irracionalidades, das formas específicas de uma sociedade de classes anacrônicas, não suscetível de transformações; 3) ideologia que rejeita a sociedade de classes, objetivando uma prática social consciente para a superação dos antagonismos sociais.

Pode-se incluir o período estadonovista na primeira classificação de Mészáros (2004). Para esse autor, os discursos ideológicos acontecem muitas vezes de forma autônoma, porém não são independentes e exercem influência sobre os processos históricos que condicionam o metabolismo social.

A função ideológica da imprensa ratificou o poder dominante no regime estadonovista. Ao educar as massas, Vargas reforçou, legalizou e integrou o governo no seio da sociedade trabalhadora. Do povo, Vargas autodenominava-se seu protetor, e dos patrões seu representante legítimo. O Estado Novo, por meio da imprensa, justificou o autoritarismo intransigente do Estado getulista. Nos meios de comunicação, o Estado Novo era um sistema político estabilizador do crescimento econômico e promotor da harmonia nacional.

A propaganda ideológica efetiva-se mais intensamente pela reiteração das normas sociais vigentes, pela efetivação do conformismo, pela omissão e pela ocultação, e provoca também um distanciamento das questões básicas e contraditórias da estrutura social. (GOULART, 1990, p. 11).

Em Joinville, a imprensa manifestava-se diariamente por um dos mais importantes jornais locais – o **Jornal de Joinville**. Em cada edição, eram impressos os discursos do presidente Getúlio Vargas dirigidos aos trabalhadores. O *pai dos pobres* era reverenciado por esse órgão de imprensa,

que seguia as determinações emanadas do governo e difundia as teses políticas, sociais e econômicas do governo varguista.

O **Jornal de Joinville** conclamava todos os operários a viverem num clima de tranqüilidade e prosperidade nacional. Essa versão positivista do trabalho era defendida na imprensa a serviço dos donos das fábricas e do poder local institucionalizado. Para Vargas, o trabalho deveria ser disciplinado e ordeiro para alcançar o progresso da nação:

Operários! O que o Brasil precisa, antes e acima de tudo, é de paz e de ordem para que, num ambiente tranqüilo, todos possamos trabalhar com proveito. Reivindicai os vossos direitos dentro da lei, pelos processos regulamentares que as vossas justas reivindicações serão atendidas. Vede bem o que é hoje a situação do trabalhador brasileiro e o que era antes de 1930. O poder público em nosso país tem sido o primeiro a ir ao encontro de nossas aspirações. (**JORNAL DE JOINVILLE**, 1937, p. 5).

Como se pode observar, a imprensa de Joinville, ao adotar um posicionamento acrítico, e orientar os trabalhadores para uma prática conciliadora aos interesses getulistas acaba por adotar a função ideológica a serviço da classe dominante como solução para atenuar os conflitos entre trabalhadores e patrões.

Getúlio Vargas referia-se às reivindicações dos trabalhadores, defendendo a política de que somente o governo conseguiria distinguir o que é justo do que não é. Não haveria então a necessidade de perturbar a ordem vigente com greves e manifestações operárias. Os sindicatos, contudo, deveriam ter uma nova *performance* no contexto social. Somente o presidente, com seu poder incontestável, atenderia sempre que possível a toda e qualquer reivindicação dos trabalhadores. A visão tecnocrática de Vargas dividia os trabalhadores em dois tipos, os que dirigem e conduzem a nação e a empresa e os que devem ser dirigidos e governados.

Aos trabalhadores que não se submetiam aos condicionantes do Estado autoritário, Vargas emitia uma advertência:

Trabalhadores do Brasil: Os insatisfeitos de todas as tempos, os espíritos inquietos, aqueles que foram contaminados pelas doutrinas deformadoras, sem raízes na vida brasileira, os remanescentes da política retrógrada das pantominas eleitorais, ainda poderão vociferar, criticar, intrigar e fazer conspiratas, os maus profissionais, os inadaptados ao progresso das atividades que escolheram, podem clamar no deserto; os maus brasileiros, que, infelizmente, os há, poderão semear boatos e infileirar-se entre os derrotistas e sabotadores. (VARGAS, 1938, p. 158).

Os direitos garantidos à classe operária seriam concedidos, desde que essa classe estivesse inserida por um processo legal de conformação político-ideológica ao Estado. As entidades sindicais deveriam estar subordinadas ao Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio. Essa conjuntura favorecia a cooptação ideológica, organizada pelo aparelho estatal. “Reivindicação dentro da lei”, porque as greves haviam sido proibidas, assim como qualquer manifestação ou ação contra o governo.

A análise do texto de Vargas é imprescindível para a compreensão do novo período histórico que se estabeleceu a partir de 1937. Suas palavras ratificam os mecanismos autoritários que fundamentaram a estrutura do Estado Novo e a utilização das instituições e órgãos de comunicação enquanto aparelhos difusores da ideologia dominante.

A divisão a que Vargas se referiu em seu discurso, a dicotomia entre a vida do trabalhador antes e após da *revolução* de 1930, foi bastante difundida pela historiografia oficial, o que legalizou o discurso opressor e colocou Vargas como redentor e protetor da classe operária. De Decca (1994, p. 74) confirma essa tendência historiográfica ao dividir a história do Brasil em duas etapas: República Velha e República Nova:

A revolução é apresentada com unitária e monolítica e eis a lógica do exercício de dominação, divide a história, memorizando-a, e a historiografia, através de enfoques diversos, assume de ponta-a-ponta as oposições constituídas no interior deste campo simbólico. A memória histórica da revolução de 30 pesa na produção historiográfica já que ela se torna o eixo, por excelência, das oposições entre: Nação – objeto x Nação – sujeito, economia agroexportadora x industrialização, mercado interno, inorganicidade das classes sociais x Estado criador das classes, liberalismo x autoritarismo, etc.

A legitimação do poder foi ideologicamente difundida e impregnou nos veículos de comunicação o discurso oficial. A imprensa historicamente serviu aos interesses e representações da classe dominante no Brasil (CAPELATO, 1988). Desde os tempos imperiais, no século XIX, jornais eram fechados e notícias censuradas. Os profissionais da comunicação e os intelectuais que ousassem efetuar críticas oposicionistas ao governo eram expurgados e mortos. Então, tradicionalmente, a imprensa cumpriu uma função ideológica a serviço dos donos do capital.

Nas citações anteriores, fica evidente que a imprensa ratificou o poder dominante no regime estadonovista. Não houve um posicionamento mais ousado e crítico dos jornais de Joinville. As organizações da classe operária praticamente tinham pouco espaço na imprensa municipal. Sua prática sindical, homogênea, conciliava-se com os interesses getulistas e as insubordinações

individualizadas não resistiam às pressões da polícia ideológica, tampouco à repressão instalada nos meios de comunicação por meio do DIP.

A imprensa colaborava para a difusão e propagação da aquiescência social: os meios de comunicação faziam apologia ao trabalho, à disciplina e à ordem. Os sindicatos deveriam aceitar passivamente todas as imposições e arbitrariedades do governo. A ausência de notificações de resistência e as tentativas da oposição organizadas contra o governo demonstram a tentativa de dissimular os conflitos sociais.

Em Joinville, a imprensa propagou o ideal da passividade, da cordialidade e da ordem. Uma cidade onde se trabalha, diziam os porta-vozes da imprensa local. O operariado foi forjado para servir, de forma resignada, às forças produtivas capitalistas. Essas eram as características valorosas de um povo trabalhador, honesto e harmonioso:

Em Joinville patrões e operários sempre viveram na mesma comunhão de vida e de interesses. A história da nossa indústria registra apenas umas duas manifestações grevistas, promovidas mais por pirataria de politicagem que por amor aos operários. Gente ordeira, vivendo na sua casa, cultivando a sua pequena horta, em seu próprio terreno, o operário Joinvilense é feliz e não se prestará nunca a promover desordens grevistas e a reclamar concessões descabidas por amor a ideologias de sectarismos que se quer implantar no Brasil [...]. (**JORNAL DE JOINVILLE**, 1931, p. 1).

A ideologia do Estado Novo foi altamente difundida para o operariado joinvilense e os sindicatos eram os instrumentos pedagógicos fundamentais na formação dos trabalhadores para a estruturação da sociedade proposta por Vargas.

A disciplina e o trabalho eram valores essenciais e característicos dos trabalhadores joinvilenses – aquele antigo provérbio de que “o trabalho enobrece o homem” era levado até as últimas conseqüências pelos patrões. O ego dos trabalhadores era exaltado para o cumprimento disciplinador do trabalho. A cada dia, novos argumentos eram veiculados pela imprensa para a formação da consciência voltada para o trabalho e o exercício da dominação por meio da cooptação:

[...] a disciplina e a obediência são apontados como pedra angular de qualquer edifício, industrial ou comercial [...] onde o operário [...] tem um grande dever: obedecer [...], mas de forma dignificante. [...] a desobediência tem sido causa de grandes infelicidades. O soldado, defendendo a integridade da terra, é um abnegado e revela profundo amor pela pátria; o operário é um soldado da grandeza econômica da nação e um abnegado do trabalho. O soldado progride obedecendo; o bom operário olhando para o dístico nacional – Ordem e Progresso – deve e pode progredir para a elevada missão que lhe cabe nos destinos da pátria [...]. Trabalhando honestamente, efetivamente e longe de se deixar levar pelas miragens que destroem a boa ordem e o ritmo natural das coisas. O

operário verá sempre respeitadas as suas prerrogativas e terá assegurado o futuro de sua família [...]. (**JORNAL DE JOINVILLE**, 1938, p. 7).

Nesse artigo, a função repressora do Estado varguista está explícita na determinação de que o operário deveria ser educado para curvar-se aos desígnios do capital. O progresso é entendido pelo viés da conquista *natural*: o desenvolvimento econômico se concretizaria se o operário trabalhasse honestamente – dentro da ordem e da disciplina. Os merecimentos, os direitos concedidos e os reconhecimentos viriam de forma natural, porque o trabalhador estaria ajudando a edificar o progresso social e, conseqüentemente, também o seu.

Nesse sentido, a imprensa deveria estimular educação do trabalhador divulgando os preceitos do Estado Novo: a obediência, a ordem e o trabalho são exemplos de amor à pátria e as atitudes contrárias significam um perigo para a segurança e o crescimento econômico nacional.

A união de todos os trabalhadores organizados nos sindicatos era um instrumento legal do Estado para a difusão educativa do conjunto das políticas varguistas. Objetivava o governo, por intermédio das organizações classistas, inserir na consciência dos trabalhadores o espírito de lealdade e o espírito nacionalista. Também os operários precisavam entender que toda legislação trabalhista promulgada era mérito do governo Vargas, portanto, a classe trabalhadora devia obediência e agradecimento ao presidente. “A massificação ideológica era uma constante e as palavras de ordem martelavam o cérebro dos trabalhadores, dia e noite” (COSTA, 1996, p. 39).

Segundo Costa, a imposição ideológica evidenciava as contradições do discurso dominante da cidade ordeira e laboriosa e mostrava:

Outra Joinville que, diferentemente proporcional ao seu encantamento e desenvolvimento, descobria-se que além da falta de lazer, tinha-se problemas muitos sérios a serem contornados como a mendicância, higiene e saúde, policiamento, habitação, água, instrução, transportes, jogos, etc... (ibidem, p. 51).

Joinville não diferia economicamente do restante do país. O Brasil passava por um processo de ruptura do modelo agrícola subserviente às oligarquias coronelistas e transformava-se em um modelo industrial dependente, fragilizado, sob as rédeas do imperialismo americano (RIBEIRO, 1982). O capitalismo consolidava-se na cidade e trazia no seu bojo todos os antagonismos.

No país, as contradições materiais afloravam, ocasionando as lutas de classe no campo e na cidade. Aconteciam revoltas e manifestações opositoras, que o golpe de 10 de novembro, capitaneado por Vargas, queria definitivamente abafar. A crise nos grandes centros urbanos demonstrava

nitidamente que o capitalismo tentava camuflar os antagonismos sociais. De um lado, uma classe soberba e opulenta, mantendo o poder e a concentração dos meios de produção, e, de outro, uma classe desprovida e explorada, à mercê da caridade e dos litígios patronais e governamentais.

Para explicitar a lógica de cooperação entre a imprensa e o Estado Novo, basta, expor a parceria constituída entre ambos para a subordinação dos indivíduos aos ditames do Estado. Houve no Estado Novo uma indissolúvel cooperação entre a imprensa, o poder público e as empresas privadas. Essa parceria, constituída para a valorização da educação voltada para o trabalho, encaminhou as diretrizes das políticas estadonovistas.

Os órgãos de imprensa, seguindo as orientações autoritárias, delatavam aqueles que julgavam estar trabalhando contra o desenvolvimento nacional e sugeriam ações para sua concretização. Baía Horta (1994) cita uma carta de Roberto Marinho, diretor de **O Globo**, em 1941, para o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, na qual escreve:

[...] incutir no espírito das gerações que surgem a necessidade de se prepararem não só para as atividades de ordem civil, como para todas as de emergência militar [...] [que] à mobilização das armas correspondesse a mobilização dos espíritos, não só das gerações adultas, como da infância e da adolescência do país [...] a propaganda interna de alistamento nas fileiras do exército, o gosto dos exercícios e manobras, o culto das imagens mais sugestivas da Pátria. (MARINHO apud BAÍA HORTA, 1994, p. 57).

Para Goulart (1990), a informação estava sob o controle ideológico de Vargas para a promoção da cultura nacional. A imprensa, portanto, assumiu uma função educativa de promover a coesão e adesão nacional ao projeto hegemônico de poder. O Estado evidenciou seu poder ideológico e pedagógico de coerção para a manutenção da ordem política e econômica burguesa. O discurso sobre segurança nacional justificava as ações repressivas e repressoras do governo autoritário de Vargas. A criação de instrumentos educativos de vigilância e adestramento dos trabalhadores foi uma estratégia getulista bastante eficaz. Além do DIP (1938) e do DNP (1939), Vargas, no decorrer do Estado Novo, criou um aparato coercitivo, comandado pelo então ministro da Justiça e Negócios Interiores, Francisco Campos: os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda nos Estados (DEIPS) em 1939 e o Departamento Nacional de Informações (DNI) em 1945.

Nas questões apresentadas nos parágrafos anteriores sobre o papel desempenhado pelos meios de comunicação, pode-se constatar que a imprensa serviu como instrumento educativo do Estado varguista para o controle e a coerção dos trabalhadores. Em primeiro lugar porque estimulava a

educação para o trabalho subserviente; em segundo, porque passou a ser uma divulgadora dos preceitos do Estado.

Portanto, o que até aqui se revela é que:

- a) a educação e o trabalho no contexto referido assumem um posicionamento ideológico a serviço das políticas varguistas;
- b) a produção do conhecimento, intencional ou não, assume as multideterminações do trabalho e suas configurações históricas;
- c) Vargas utiliza a propaganda oficial e determina uma abordagem ideológica de subordinação e atrelamento dos trabalhadores para a manutenção do *status quo*.

E mais:

É possível partilhar o pensamento de Mészáros (2004), para quem o Estado assegura ao poder econômico hegemônico garantias e proteção para a produção e reprodução do capital:

[...] as exigências normativas que o Estado é chamado a cumprir por meio de sua estrutura hierárquica de comando são geradas espontaneamente, como determinações objetivas, pelos próprios processos produtivos materiais fundamentais. A adequação do Estado para enfrentar tais exigências, em virtude de sua natureza intrínseca de estrutura hierárquica de comando político da sociedade, só é compreensível em vista da correspondência dialética da articulação institucional do estado com a estrutura hierárquica de comando material da própria ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2004, p. 494).

Outra forma que o Estado varguista encontra para assegurar o enquadramento dos trabalhadores ocorre no âmbito da educação dos filhos dos operários. A educação para os operários e sua família é outro mecanismo de enquadramento ideológico promovido pela pedagogia estadonovista.

2.2. DNP – a pedagogia estadonovista

A educação no Estado Novo (1937-1945) enfatizou o adestramento do homem ao trabalho como símbolo de desenvolvimento e harmonia nacional. Explícita e implicitamente, a ideologia do Estado Novo utilizou-se de mecanismos de cooptação e subordinação dos trabalhadores para garantir o fluxo de exploração capitalista, principalmente nas cidades industriais em emergência.

O DNP era destinado à formação escolar-educativa dos operários. “Esse livrinho vai te contar nos seus capítulos sem retórica, – com a simplicidade de linguagem que usas no teu lar...” (DNP, 1938). Essencialmente era uma espécie de manual pedagógico, elaborado pelos intelectuais do governo Vargas e para ser utilizado pelos líderes do movimento sindical dos trabalhadores conformados com a política estadonovista. O operário deveria ser instruído, dentro e fora de seu local de trabalho, para viver incondicionalmente para o trabalho.

O DNP objetivava educar as massas para o nacional-desenvolvimentismo. Para atingir tais objetivos, era necessário para o governo penetrar ideologicamente no ambiente fabril, nas escolas, na casa do trabalhador. A educação do trabalhador na óptica da propaganda governista deveria ser ministrada com a mesma simplicidade que o operário concebia sua vida: de casa para o trabalho, do trabalho para casa.

Kuenzer (2002) considera que é no meio do processo produtivo dos trabalhadores que se cria a pedagogia do trabalho. Essa pedagogia apropria-se do senso comum dos operários para, por meio do seu entendimento, manipular sua concepção de mundo a serviço da reprodução das forças produtivas hegemônicas do capital.

Todas as determinações e configurações históricas do trabalho assumiram então um caráter ideológico de encobrimento ilusório da realidade do mundo do trabalho. Os sindicatos e círculos operários foram utilizados concretamente como centros de formação pedagógica dos trabalhadores, exercendo uma função educativo-escolar, no sentido de manter os desígnios do capital e a divisão do trabalho.

Para Nosella (1992), o trabalho é considerado, de acordo com Gramsci, uma oficina-escola, concretizando diversos tipos de cultura para a adaptação do homem no processo produtivo em determinado contexto histórico. Destarte, o homem, no capitalismo, deve-se preocupar com seu trabalho antes e depois da sua jornada fabril. Assim, cabe aos sindicatos, aos círculos de culturas, às associações, às escolas politécnicas, profissionais e tecnológicas, cumprir com essa função educativo-escolar apregoada por Gramsci.

2.3. Círculo operário: ambiente para estudo.

A Liga Eleitoral Católica (LEC) foi criada em 1932 por dom Leme e Alceu Amoroso Lima. A LEC encaminhava reivindicações da Igreja para o governo, indicava candidatos comprometidos com a doutrina católica, promovia a educação política dos católicos, entre outras atividades. Dom Leme, em 1931, entregou para Vargas uma listagem contendo reivindicações da Igreja, porém advertia: “O nome de Deus está cristalizado na alma do povo brasileiro. Ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado” (BAÍA HORTA, 1994).

A Igreja manteve com o Estado uma relação de reciprocidade. Para alcançar a *paz social* a Igreja católica empenhou-se na luta contra os comunistas. A Ação Católica Brasileira (fundada em 1934) havia sido criada nos moldes da Ação Católica Italiana. Em 1935, ela posicionou-se oficialmente contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e Alceu Amoroso Lima e apoiou a criação da Lei de Segurança Nacional, no mesmo ano (BAÍA HORTA, 1994).

Gomes (2005) considera que os ministros Gustavo Capanema¹⁵ – Educação – e Waldemar Falcão – Trabalho – foram os grandes baluartes da relação estreita da Igreja com o Estado Novo. O ministro Waldemar Falcão, ligado à LEC, contribuiu efetivamente para a criação e estruturação dos Círculos Operários Católicos em 1932.

O Círculo Operário foi fundado em Joinville, em 1935, pelo padre Carlos Alberto Kolb, com a ajuda de políticos e sindicalistas da região. Sob a orientação social-cristã da *Rerum Novarum* de Leão XIII, o padre Kolb propunha aliviar as dores promovidas pela exploração capitalista, num ambiente onde o trabalhador tivesse oportunidade de capacitar-se, qualificando-se para o trabalho. As reuniões de entretenimento, lazer e encontro dos operários eram promovidas pela direção do círculo, em parceria com os sindicatos.

¹⁵ Gustavo Capanema e Francisco Campos em 1931 participaram da criação da Legião de Outubro em Minas Gerais. Objetivava consolidar o apoio da Igreja católica para o fortalecimento da política. Campos defendia o ensino religioso como substituto da educação moral (BAÍA HORTA, 1994).



Figura 6: Jantar dos sindicatos e patrões nas dependências do Círculo Operário. Conrado de Mira havia anotado de próprio punho quais os representantes das empresas e dos sindicatos junto à fotografia.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

O estatuto do Círculo Operário (CÍRCULO OPERÁRIO DE JOINVILLE, 1935, art. 1º) preconizava nos seus artigos: “Restaurar a paz no mundo do trabalho, pelo respeito aos direitos recíprocos e pelo restabelecimento de relações harmoniosas entre operários e patrões”. Além disso também objetivava: “Repúdio à luta sistemática e violenta entre as classes” (ibidem). Um dos seus princípios mais importantes, destacado no próprio estatuto em negrito, era: “O Trabalho cada vez mais dominante, a Natureza cada vez mais dominada, o Capital cada vez mais proporcionado” (ibidem, p.4).

A ideologia do capital justo, distribuído conforme os méritos de cada trabalhador, como se vê, era constantemente difundido entre a classe trabalhadora pelo Círculo Operário, cujo estatuto previa que os sócios seriam admitidos se possuísem sua sindicalização em dia. A regularidade com a entidade sindical evidenciava a regularidade com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do qual o círculo era colaborador efetivo.

O operário precisava aprender, por intermédio dos eventos que o círculo promovia, quem havia concedido seus direitos trabalhistas, pois o presidente Vargas, “ao mesmo tempo em que satisfazia o interesse dos patrões, defendia o dos operários” (DNP, 1939b, p. 10). O trabalhador precisava entender o processo anterior à década de 1930 e perceber os benefícios que o novo regime institucionalizara no país. “[...] Oprimido, sob um férreo regime, o nosso operário, trabalhava dez e doze horas, sujeito aos caprichos e desmandos do patrão, sem consciência que dele procuravam

arrancar tudo, sem nada lhe darem em troca, [...] [mas] o grande Chefe compreendeu que precisava amparar o nosso operário” (DNP, 1939c, p. 11). Getúlio tornava-se o grande líder, o grande benfeitor e protetor das causas operárias, com a anuência dos sindicatos. Acima de qualquer político e, principalmente, de qualquer patrão, Vargas deveria ser venerado, respeitado. Getúlio era o grande *chefe da nação*, o mito personificado, desencadeador do desenvolvimento econômico e social do país. Para Carone (1976, p. 167): “Mito e comemoração se conjugam. O primeiro acentua as qualidades, o segundo torna-os público. É assim que o Estado Novo marca a ação e o sentido do presidente Getúlio Vargas, que [...] só começa a ser sistematicamente comemorado a partir de 1940”.

O operário joinvilense recebia uma cartilha do DNP, fornecida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para estimular seu espírito patriótico e o nacionalismo propagado pelo governo autoritário.

Estudavam sobre diversos assuntos: a nova legislação trabalhista, a função dos sindicatos, os discursos do presidente, economia do país, o perigo do comunismo, do imperialismo e do liberalismo. O tema predileto dos apologetas do Estado Novo era o trabalho disciplinado e como os trabalhadores poderiam contribuir para o progresso e a segurança nacional no exercício da sua profissão.

A educação dos trabalhadores acontecia nas assembléias do sindicato, nas associações de classe, sindicatos, igrejas e, principalmente, nas fábricas. O Círculo Operário era o local escolhido para as manifestações e encontros políticos, festas, cursos e reuniões operárias. O espaço era utilizado para a concretização pedagógica do ideal varguista.

A direção do Círculo Operário de Joinville, numa tentativa de homenagear o novo regime político que se instalava no país, batizou o *hall* do edifício-sede com o nome do chefe da polícia do Estado varguista: Filinto Muller. As características do Estado autoritário eram propagadas e defendidas no espaço destinado para o lazer dos operários. A ordem, a disciplina e a religião eram sinônimos de segurança nacional. A denominação dada ao *hall* demonstra qual ideologia era hegemonicamente difundida aos trabalhadores nas atividades circulares.

A influência e o poder ideológico dos círculos operários demonstram que além da cooperação política-institucional entre a Igreja e o Estado; a igreja desenvolvia na educação dos trabalhadores um poder paralelo. A Igreja católica “aceitava” que fosse ministrado o ensino leigo nas escolas profissionais e públicas. Porém, nas atividades circulares ela desenvolvia a educação católica para os trabalhadores e seus filhos. A doutrina da *Rerum Novarum* advogava contra a exploração capitalista,

mas defendia o trabalho e o capital honesto. A base da educação passou a ser então a habituação, a obediência e as formas de integração das futuras gerações aos interesses da classe dominante. Dessa maneira, a crescente cooperação e harmonia dos trabalhadores e familiares conferem à Igreja uma importância e uma maior participação para a educação dos trabalhadores e seus filhos no período estadonovista.

2.4. A educação para os operários e sua família

O DIP e o DNP freqüentemente realizavam concursos para a elaboração de monografias e artigos sobre o Estado Novo e seus princípios norteadores. E aqui é necessário ter em conta a ação do Estado na manutenção dos interesses da classe dominante. O enquadramento social para o trabalho não se esgotava no ambiente das fábricas, no âmbito de algumas instituições como os sindicatos e a Igreja; esse enquadramento ocorria, sobretudo, para as famílias dos trabalhadores.

Para entender como os documentos oriundos do DNP eram utilizados pedagogicamente nos sindicatos e círculos operários, é necessário analisar o que o Estado Novo concebia como educação. Para isso, Grande (1941) fornece uma contribuição indispensável para a compreensão dessa pedagogia estadonovista:

O Brasil, mais do que qualquer outra nação do mundo, porém, precisa modernizar a sua educação e torná-la mais econômica e política. Educação econômica, quer dizer rural, industrial e profissional, que forme técnicos em eletricidade, mecânica e demais especialidades; educação política, que prepare bons administradores, capazes de dirigir a nossa complicada máquina governamental com eficiência e rendimentos. Carecemos, enfim, de políticos e economistas verdadeiros, pessoas práticas e industriais habilitados. Estes transformarão a nossa nacionalidade em poderosa potência mundial. É verdade que tal educação formará menos poetas e literatos, menos bacharéis e doutores, mas preparará homens úteis e prestimosos, técnicos e especialistas de primeira ordem de que tanto o país necessita, com a sua vasta extensão territorial, com solo fertilíssimo e subsolo dos mais ricos, com possibilidades agrícolas e industriais enormes. Não nutramos dúvidas. Esta é a única educação, educação para o trabalho, que garantirá risonho futuro à nossa querida Pátria, e a colocará à altura dos seus altos destinos. Ela constitui a coluna vertebral da cultura brasileira. (GRANDE, 1941, p. 81).

Os imperativos defendidos por Grande (1941) caracterizam o Estado tecnocrático de Vargas e sua deliberação autoritária antiliberal. O Brasil, para o autor, é um país com uma extensão territorial densa, com condições naturais de proporcionar trabalho em diversas frentes: no campo e na cidade. A educação para ele deveria corresponder a essa determinação econômico-geográfica do país.

O trabalhador deveria, no entendimento de Grande (1941), preparar profissionalmente o cidadão para cumprir seu papel no desenvolvimento econômico nacional. O contexto exigia a preparação pedagógica do operário para a transformação do Brasil em uma potência, mesmo correndo riscos de a produção artística e intelectual ficar relegada ao segundo plano. Para o ideólogo do Estado Novo, a educação política deveria ser ministrada somente para aqueles que estivessem à frente desse processo evolutivo de transformação social e econômica: os administradores da nação.

Para Grande (1941), a era getuliana concretizada no Estado Novo representava um “Estado *sui generis*, um estado nosso, não se revestindo, por isso, de cunho fascista, bolchevista, nem nacional-socialista”. A propaganda ideológica e educativa do Estado autoritário desenvolvia nos operários e suas crianças a defesa do Estado Novo. O Estado brasileiro, para esse autor, tinha sua singularidade e especificidade ante os outros regimes políticos existentes no estrangeiro, o comunismo soviético ou os regimes europeus adeptos do nazifascismo.

A pedagogia estadonovista precisava promover a educação para servir aos interesses do Estado. Especialmente para os trabalhadores e seus familiares eram elaborados manuais de formação escolar para o trabalho. O trabalho devia ser entendido como a engrenagem central da máquina estatal.

A educação estava destinada principalmente para os pais, mas também para seus filhos. As crianças representavam, para o Estado varguista, o futuro exército de mão-de-obra capitalista. Então o filho do operário deveria ser educado para, posteriormente, ocupar o lugar dos seus progenitores dentro das fábricas.

As crianças também eram encorajadas a serem instrumentos da polícia ideológica dentro do lar. A delação e a vigilância das ações familiares eram estimuladas para a defesa do governo e demonstração de patriotismo e civismo. Com esse propósito, o DNP preparava cartilhas instrutivas, que, *didaticamente*, ensinavam para as crianças o quanto o governo de Vargas era bom para o Brasil:

O Brasil é bom. O menino já ficou sabendo isso na lição anterior. O menino já pode se considerar um bom brasileiro. Um bom brasileiro ama o seu país. Trabalha pela grandeza do Brasil. Conhece o Brasil e conhece as suas leis. Defende a ordem e a justiça. Um operário é um bom brasileiro? Sim, menino, porque é um brasileiro que trabalha. Um soldado é um bom brasileiro? Sim, menino, porque é um brasileiro que defende a ordem, a lei e a justiça. O pai do menino é um operário. O pai do pai do menino também foi um operário. Quem é o pai do pai do menino? É avô do menino. O menino sabe que o avô foi pobre e se queixou das injustiças. Mas o pai do menino já não é tão pobre. Por que? Porque os pais do menino já têm DIREITOS. O direito é a riqueza do homem

honesto e trabalhador. Hoje, todos os brasileiros são iguais. O patrão e o operário são do mesmo tamanho. O Estado, isto é, o Brasil, é que é maior que ambos. E por isso tem a autoridade necessária para resolver as divergências dos dois. O menino sabe o que é uma divergência? Não, o menino não sabe. Já viu uma briga entre irmãos? Pois isso é uma divergência. Todos os brasileiros são irmãos. O Brasil não quer que os seus filhos, irmãos brasileiros, briguem uns com os outros. O Brasil não quer coisas feias. O Brasil não quer divergências. Aí, está mais uma razão pela qual o Brasil é bom. (DNP, 1938, p. 2).

A indução do pensamento uniformizador cerceava o trabalhador. Para um Estado populista, a garantia de adesão e conformismo não deveria ser dada apenas por aqueles que no presente trabalhavam, mas também por aqueles que seriam o futuro do trabalho no Brasil.

As crianças deveriam ter o entendimento de que a briga provocada entre irmãos da mesma nação – pois o presidente Vargas considerava a todos, sem exceção, filhos da mesma mãe pátria – não deveria jamais acontecer. Isso era considerado pelo DNP “uma coisa feia”, usando uma linguagem infantil.

Os elementos estruturantes do discurso do DNP demonstram a ideologia do Estado Novo através das vertentes autoritárias: O Estado, representado na personificação (CARONE, 1976) de Getúlio Vargas, era o único capaz de mediar e apaziguar os ânimos exaltados dos trabalhadores no Brasil. O filho do operário deveria aprender desde pequenino o quão forte e inabalável é a força daquele que comanda os destinos da nação, aprender a identificar os que são contra os propósitos nacionalistas do governo e enquadrá-los como inimigos da nação.

A fala onipresente de Vargas era dirigida para os meninos, porque o país se construía com braços fortes e másculos. O governo, definitivamente, ignorava a exploração da força de trabalho feminina e sua contribuição para a edificação da sociedade capitalista industrial que se firmava no Brasil.

Os meninos do Brasil deveriam ter o menino Getúlio como exemplo. Nas escolas, as crianças aprendiam como viveu Vargas na infância. Sua vivência nos campos do Sul, sua liberdade, sua vocação para a liderança, sua obstinação e seu comprometimento patriótico. Portanto, os meninos do Brasil deveriam seguir os exemplos da trajetória do presidente: “Quem é o chefe do governo? O menino sabe que é Getúlio Vargas. Getúlio Vargas é um homem que sorri. Sorri porque tem confiança no Brasil. Getúlio Vargas é o chefe nacional pela vontade do povo brasileiro” (DNP, 1938, p. 3).

O exemplo referido deixa presumir que, em princípio, para o regime autoritário era imprescindível confundir Vargas com o povo brasileiro. O Estado seria o único que claramente defendia os interesses dos trabalhadores. Por isso, o acontecimento de 10 de novembro de 1937 não poderia passar como golpe para os trabalhadores, mas como um ato outorgado pela vontade do povo brasileiro. Para os operários, Getúlio deveria ser um abrigo paterno, porque era o maior operário de todos e, concretamente, o que mais trabalhava:

O chefe da nação é um amigo do trabalhador. Ele é também um homem que trabalha. E trabalha mais que todos, porque trabalha pelo Brasil. [...] O presidente é um homem modesto, de vida simples sem ostentações. Ele não exerce o governo por vaidade ou prazer. [...] Ele também é um operário da grandeza nacional. (ibidem, p. 10).

Getúlio era defendido pelo DNP como homem desprovido de sentimentos mesquinhos. Assim deveria ser o trabalhador, ordeiro e honesto. O operário deveria comportar-se como seu presidente, manter sua vida humilde, dedicada ao trabalho e ao progresso da nação.

A concepção autoritária do governo, nacionalista e antiliberal, era coordenada por Vargas. A condenação veemente de alguns modelos liberais, modernos demais como o americano, provocariam confusão ideológica na formação cívica do povo brasileiro (BAÍIA HORTA, 1994). Porém, seu alvo principal era o regime comunista, perigo iminente, que deveria ser combatido pelas forças *democráticas* e militares, para a garantia da segurança nacional.

Os males do comunismo eram constantemente realçados pela propaganda varguista, e os trabalhadores deveriam estar cientes do que realmente representava esse sistema *importado*. O comunismo traria a infelicidade para aqueles que trabalham. Para *educar* o trabalhador contra o comunismo, o DNP fazia, insistentemente, propaganda anti-soviética:

O comunismo é um mal. No Brasil não há lugar para o comunismo. Que é comunismo? É o regime de escravidão que reduziu a Rússia em miséria. A Rússia é um país infeliz. [...] O comunismo foi a divisão da miséria por todos. E o Estado passou, na Rússia, a ser o patrão odioso e cruel de todos os homens, quando o fracasso do comunismo se patenteou. (DNP, 1938, p. 7).

Os famigerados *agentes de Moscou*, segundo o DNP, haviam se infiltrado na classe operária brasileira que *ingenuamente*, segundo o governo, se estavam deixando cooptar pelos operários com idéias nefastas de atraso e defensoras da escravidão e da miséria.

Justificava-se o golpe do Estado Novo como necessário ante a descoberta do Plano Cohen:

Já conhece a nação o plano de ação comunista desvendado pelo Estado Maior do Exército. É um documento cuidadosamente arquitetado, cujo desenvolvimento meticuloso vem da preparação psicológica das massas, ao desencadear do terrorismo sem peia. Preparação inteligente e multiforme, maneirosa e solerte; execução violenta e segura, para garantir o êxito, é o que nele se revela. (SOUZA, 1939, p. 82).

O movimento operário organizado, anterior à década de 1930, constituía-se em um perigo eminente de sublevação das massas. A atitude de criar o Ministério da Indústria e Comércio era uma tentativa concreta de isolar as organizações que faziam oposição ao governo nacionalista e progressista de Vargas. Portanto, uma forma de anular a atuação dos adeptos do *credo soviético*.

[...] sob o disfarce do “Bloco Operário e Camponês” que a atividade comunista iniciou seu trabalho no Brasil [...] Perante o incremento que vinha tomando o movimento grevista e a propaganda comunista no nosso país, impunha ao governo tomar sérias medidas de precaução, para evitar que, acobertados pela liberdade de nossa Constituição e das nossas leis, se aproveitasse o inimigo da ordem, para implantar no Brasil o regime soviético. (ibidem, p. 38).

O operário deveria estar educado e atento para não se deixar encantar pelas propostas comunistas. A necessidade da articulação ofensiva de 10 de novembro, promovida pelo governo, precisava ser esclarecida, dever-se-ia compreender que o objetivo final dos comunistas era “utilizar com astúcia os desentendimentos entre o chefe da nação e seus antigos amigos, esforçar-se por introduzir-se e consolidar-se, até mesmo no seio do integralismo [...] são as instruções dadas por Moscou a seus agentes no Brasil” (ibidem, p. 82).

Os *agentes de Moscou* ou *amigos da URSS*, como referiam os textos do DNP, estavam infiltrados no interior do país e combatê-los era uma questão de segurança nacional. Porém, o famigerado Plano Cohen, que foi utilizado como argumento principal para a implantação do golpe do Estado Novo, foi depois desmentido literalmente pelo governo brasileiro.

Vargas, em um pronunciamento realizado no estádio do Vasco da Gama em comemoração ao 1º de maio de 1943, discorre sobre os inimigos da pátria e sobre a importância da delação dos criminosos para salvaguardar a segurança pública nacional:

[...] O governo não vos esquecerá, vigilante pela situação vossa e das vossas famílias. E, principalmente, vigilante para impedir que os espiões, sabotadores e quintacolonistas de várias espécies abalem a nossa mútua confiança e perturbem o nosso trabalho com as suas manobras e expedientes criminosos. O boato, a intriga, a calúnia e a maledicência, em épocas como a que atravessamos, são as máscaras freqüentemente usadas pelos traidores. Ficai alerta e auxiliai a ação das autoridades policiais, que no seu zelo pela segurança pública encontram, na presente emergência, cooperação espontânea de todos

os bons brasileiros empenhados na difícil tarefa de descobrir e reprimir as atividades dos inimigos da Pátria. (VARGAS, 1943, p. 36).

O comunismo era refutado como uma ação internacionalista, uma clara tentativa soviética de implementação do regime comunista no Brasil. Souza (1939, p. 33), vencedor do concurso de monografias do DNP, denunciava que “[...] a III Internacional era o alter ego do governo soviético”. Para coibir o propósito soviético, o movimento operário e sindical precisava ser educado para não aderir a esses movimentos que propagavam a discórdia nacional. A luta contra o Plano Cohen fora então uma ação necessária e justificada na ótica governamental. A intervenção militar e o estado de sítio, sobretudo, tinham sido uma política de segurança nacional extremamente emergencial na situação pela qual o Brasil passava.

Aos operários restava a certeza dos direitos concedidos, pois não havia necessidade de organizarem-se em sindicatos que não fossem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio. Eles estavam legalizados sob a égide do governo Vargas, portanto, ao seu pleno dispor:

Em verdade, jamais se promoveu entre nós uma prática tão útil, em que se pusessem em tão estreito contato, através de um poderoso e moderno meio de propaganda, governantes e governados, para a escolha dos processos mais adequados a conquista do bem estar coletivo. (DNP, 1942, p. 19).

O sindicato tornou-se o centro administrador dos problemas dos trabalhadores. A entidade não seria mais aquela em que se evidencia a luta de classes, que promove a inquietação e incentiva a luta ideológica organizada. “O sindicato é considerado um órgão de colaboração de classes entre si, e destas com o governo” (DNP, 1939c, p. 11). Então, era necessário que o sindicato tivesse a “abstenção em seu seio, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias e de caráter político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos à natureza dos fins sindicais” (ibidem, p. 17). A Constituição de 10 de novembro de 1937, no art. 139, declarava: “A greve e o *lockout* são declarados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional” (ibidem, p. 24).

O Estado defendia a subserviência total e irrestrita dos operários ao capitalismo. Ao operário que trabalha tudo é concedido. Para Vargas, as greves, mobilizações sociais, partidarizações e indisciplina eram condicionantes da desordem e do atraso econômico.

Todas as leis trabalhistas – os contratos coletivos de trabalho, a jornada de oito horas, a nacionalização do trabalho, a lei de férias, a criação dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, as carteiras profissionais, as Juntas de Conciliação e Julgamento, as Comissões Mistas de Conciliação – tinham sido concedidas por meio do empenho político e do compromisso patriótico de Vargas.

A concessão de direitos era tratada como dádiva, fruto da generosidade do chefe de governo. Porque o presidente entendia que patrão e operário eram membros de uma mesma família, portanto, tinham interesses afins.

A legislação trabalhista estava concretizada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1º de maio de 1943, conquista daqueles que trabalhavam dentro da ordem e harmonia e não dos adeptos de revoltas e intrigas:

Do mesmo modo que a distribuição da justiça se tornará acessível, pronta e real, nos dissídios de trabalho a representação dos trabalhadores e a sua participação nos negócios do Estado far-se-á de forma efetiva com a lei de sindicalização... Essa lei é basilar, servindo de alicerce e fundamento à representação profissional adotada pela Constituição de 10 de novembro de 1937. De acordo com os seus preceitos, a todo o profissional é lícito filiar-se ao sindicato representativo de sua profissão, assegurando-lhe essa simples filiação a possibilidade de participar dos órgãos representativos do Estado e dos Conselhos dirigentes das instituições de previdência social. Essa forma de participação no aparelho administrativo é considerada hoje como a mais legítima expressão dos regimes democráticos. (DNP, 1939c, p. 67).

Estava permitida a participação e a organização sindical, desde que legalizadas e amparadas pelo Ministério do Trabalho e comprometida com a segurança nacional, como previam os desígnios governamentais, de forma *ampla e democrática*. A Justiça do Trabalho, instituída em 1º de maio de 1939,

[...] virá proporcionar a quantos trabalham a garantia efetiva dos direitos reconhecidos nas várias leis de proteção [...] Dentro de pouco, poremos em funcionamento esse órgão paritário distribuidor da justiça social, dotado de meios próprios de execução e que representa criação puramente brasileira, pois a sua estrutura se afasta dos moldes correntes, adaptados à judicatura comum ou constituídos como simples conselhos de arbitragem. (DNP, 1939c, p. 66-67).

A ideologização messiânica e onipresente do governo Vargas como benemérito social aos trabalhadores era ressaltada na distribuição eminente da justiça social. A nova ordem que se instalava, a nova participação sindical e a nova pedagogia do trabalho inauguravam com a era Vargas uma nova configuração no mundo do trabalho (KUENZER, 2002).

Os direitos e a legislação trabalhista eram incorporados no saber operário como concessões getulistas, não como fruto de um tensionamento social e de uma luta de classes emergente, que envolvia organizadamente segmentos das classes urbanas e camponesas contra o capitalismo em consolidação e o poder político hegemônico.

O bem-estar do operário era veiculado como uma das principais metas getulistas. A alimentação dos operários, sua moradia e a concessão de seus direitos não se restringiam ao parque fabril, o controle e a vigilância estendiam-se para fora dos muros das fábricas. O trabalhador precisava ser educado para a jornada de trabalho e, após seu término, deveria aprender a viver em sociedade.

A pedagogia para o trabalho e o saneamento moral eram incutidos nos trabalhadores e estrategicamente compactuados com o empresário capitalista. O operário na fábrica deveria sentir-se em casa, tendo o patrão como um grande amigo, disposto a ajudá-los sempre que necessário:

[...] é de esperar que os industriais ofereçam assistência apropriada aos seus operários, não apenas nos casos comuns de moléstias infecto-contagiosas, mas de modo especial, promovendo meios para alimentá-los, ensinando-lhes princípios de higiene e combatendo a desnutrição, o que redundará benefício da produtividade geral. (VARGAS, 1939, p. 99).

Eis o papel assistencialista do empregador, a função social do sindicato. A resolução dos problemas e conflitos sociais era responsabilidade paritária de patrão e empregado. Não era exclusividade do governo o estabelecimento da assistência social. A legislação trabalhista, o governo estava cumprindo; cabia aos empregadores fechar o grande pacto para a harmonização das classes.

Cogita o governo, também de permitir, pelo Instituto dos Industriários, o financiamento de casas a serem construídas nos terrenos das próprias fábricas, mediante condições vantajosas para os industriais, com a condição de só as alugarem aos operários e por preços módicos. (VARGAS, 1939, p. 100).

A relação intrínseca entre o capital e o trabalho estava alicerçada na cooptação e subordinação completa do trabalhador ao capitalista. As ações do governo, autoritário e centralizador, dirigiam-se para a formação de verdadeiros campos de concentração fabris. O governo chegava a ponto de propor que se construíssem casas nas próprias fábricas para o operário viver com sua família, sob o domínio e os olhos do patrão, vigiado dia e noite, cercado pelos muros fabris.

Dentro dos muros fabris, o governo pensava solucionar mais um problema pertinente: a alimentação do trabalhador. Para essa questão, nada mais *natural*: se a moradia estivesse na área lindeira das fábricas, os filhos dos trabalhadores estivessem nas escolas, as esposas dos operários colaborando com seu esforço para o desenvolvimento nacional... Vargas, então, já havia achado uma solução para o problema da alimentação dos operários: almoçar e jantar dentro das fábricas:

[...] nas grandes cidades como o Rio de Janeiro, o operário, não pode almoçar em casa, de onde sai, ordinariamente, com o nascer do sol a fim de alcançar o início de trabalho nos centros industriais. A hora do almoço, ou recorre às casas chamadas de pasto, onde tudo é desagradável, a começar pelo ambiente, ou come frio, e às vezes de pé, um simulacro de almoço, preparado às pressas, na véspera à noite, em casa. (VARGAS, 1939, p. 100).

Segundo Carone (1976), a partir de 1939 o governo obriga as fábricas com número superior a 500 empregados a instalarem refeitórios em sua estrutura física. No mesmo ano, o Ministério do Trabalho decreta uma série de medidas para promover a racionalização dos hábitos alimentares e educar o trabalhador brasileiro.

[...] na construção de restaurantes populares, higiênicos e confortáveis, dotados de câmaras frigoríficas, em pontos da cidade onde haja maior concentração operária. Cada unidade comportará 5.000 refeições diárias, 2.000 servidas no próprio local e 3.000 nas fábricas, por meio de caminhões térmicos. A refeição será servida a preço de custo, acrescido de cerca de 150 réis para a remuneração do capital de instalação. Em cada restaurante fabricar-se-á pão necessário ao consumo diário, de forma a ser consumido fresco e barato, juntamente com o almoço. Nas fábricas, serão preparados refeitórios, com instalações desmontáveis ou permanentes, conforme o espaço de que dispuser cada uma. Os empregadores que desejarem fazer instalações completas poderão dispor do capital necessário, a juro baixo e prazo longo. (VARGAS, 1939, p. 100-101).

A criação de restaurantes populares dentro das fábricas é uma proposta defendida pelo Estado para facilitar esse empreendimento. O governo criou então mecanismos para disponibilizar capital “[...] a juro baixo e prazo longo” (ibidem, p. 101) aos industriários que investirem na alimentação do trabalhador. Afinal, o trabalhador desnutrido causaria prejuízos para o processo produtivo e atrapalharia o desenvolvimento nacional. Em 1940 foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), com a finalidade de facilitar o acesso dos trabalhadores a comida barata e balanceada.

A tese de Bravermann (1987), de que o capitalismo institucionaliza inclusive as relações entre os seres humanos, é salutar no entendimento desse caso. Pela ótica patronal, para os membros de uma família que trabalha distante do lar a fábrica torna-se, evidentemente, sua segunda casa.

Permanecendo mais tempo que sua jornada permite ou almoçando em seu horário de refeição dentro da fábrica, o operário encontra-se sob os cuidados do patrão, põe-se sob vigilância deste e dos próprios colegas de trabalho.

A dependência forçosamente criada desempenha um papel ideológico-educativo. A repressão aos vícios, aos maus hábitos, às intrigas e desarmonias significa que o patrão apenas deseja que o trabalhador permaneça física e moralmente sadio. Para Bravermann (1987), o capital cria mecanismos de aliciamento e adestração para, enfim, criar e ter sob seu domínio o trabalhador produtivo.

Getúlio, sobretudo, mirava a formação do trabalhador produtivo:

Quanto ao ensino profissional, manteremos firmemente o plano iniciado de organização de uma rede nacional de estabelecimentos do 1º e 2º graus, em condições de prepararem, bons técnicos, insistindo-se, ao mesmo tempo, junto às empresas industriais, pela criação de escolas de ofício, onde os filhos dos operários e os próprios trabalhadores adquiram habilitação conveniente e proveitosa. (VARGAS, 1939, p. 106).

Esse poder ubíquo, imposto pelo autoritarismo governamental, transformava Vargas em uma espécie de ouvidor dos trabalhadores. O presidente parecia advogar sempre em favor da classe trabalhadora, pois entendia as agruras e vicissitudes dos trabalhadores, porque era um trabalhador. Vargas se auto-intitulava o grande operário da nação! Portanto, hierarquicamente, sua posição de vanguarda dos trabalhadores o tornava apto a propor alternativas perante os patrões para romper com as adversidades enfrentadas cotidianamente pelo trabalhador, pois o país só seria construído se todas as forças opostas se unissem para perseguir o objetivo maior: o desenvolvimento nacional.

O operário era diariamente educado para perceber nas condições materiais e objetivas da sua existência a mão invisível, porém presente e pesada, do governo varguista. Sobretudo, o presidente considerava “a educação como um meio de dar à vida um sentido, um fim útil, preparando os cidadãos para melhor desempenhar sua missão social” (DNP, 1938, p. 27). O *fim útil* proposto pelo governo para os trabalhadores era a total e incondicional entrega aos desígnios e interesses do Estado autoritário, a política aquiescente do fim das classes sociais para o desenvolvimento nacional. A pátria, para Vargas, estava acima de todo e qualquer interesse de classe.

Pode-se analisar todo o aparato legislativo do governo Vargas (concessão de direitos trabalhistas, educação profissional, educação sanitária e moral, salário mínimo, diminuição da jornada

de trabalho, proibição do trabalho infantil, promoção da escola pública, entre outros benefícios) como uma grande estratégia do capital para sua reprodução e consolidação dentro da sociedade brasileira.

O capital e suas consoantes condicionam e determinam o Estado. Nesse sentido, Vargas nada mais foi do que um legítimo representante do sistema capitalista, dentro de um Estado organizado e criado sob a égide desse sistema. A relação entre capital e trabalho só pode ser compreendida, dentro do sistema capitalista, pela ótica de seus apologetas. Todas essas prerrogativas, imbuídas no sistema e sugeridas pelo Estado como *concessões de direitos*, são apenas paliativos à vida do trabalhador. Entretanto, as políticas trabalhistas, sociais e educacionais do governo Vargas não diminuiram os resultados da divisão social do trabalho, como a alienação e a exploração da mais-valia; ao contrário, solidificaram essas condições da classe operária.

Manacorda (1990) reitera que quando a educação da classe operária começa a ser controlada e coordenada pelo Estado, há uma relação intrínseca de dominação e poder para assegurar os interesses da propriedade privada. Portanto, se o Estado foi criado dentro de uma perspectiva ideológica burguesa, a educação não poderia ser diferente.

Para a compreensão do Estado Novo, pode-se considerar a conceituação de Gramsci (1995) sobre: a) infra-estrutura da sociedade – instituições organizadas socialmente, como os sindicatos, as escolas, os partidos, a Igreja, o governo e o Exército, entre outros; b) superestrutura – a ideologia que fundamenta essas instituições no processo histórico-social.

Para a manutenção da estrutura capitalista criou-se, no Estado Novo, uma superestrutura condicionada pelas instituições edificantes da ideologia capitalista, que Gramsci identificou como blocos históricos (GRAMSCI, 1995). As instituições ideológicas que legitimam e concebem a superestrutura para a manutenção da sociedade capitalista (estrutura), como os sindicatos, são as que devem criar as condições ideológicas, ou seja, ilusórias, que irão legitimar o poder do Estado para garantir a hegemonia da classe dominante na condução do capitalismo.

2.5. A classe dominante e os sindicatos

Em Joinville, especificamente, havia um acordo entre as elites e o movimento sindical, com incorporação da política governamental pela estrutura sindical e um esforço mútuo das lideranças dos trabalhadores para difundir as estratégias estatais e os desígnios do Estado Novo.



Figura 7: Passeata dos Operários de Joinville. Dia 10 de novembro de 1939 em homenagem ao aniversário do Estado Novo.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Como nos regimes fascistas europeus (HOBBSAWM, 1995), os ideólogos do totalitarismo pretendiam multiplicar suas *performances* autoritárias nas instituições sociais consideradas imprescindíveis para a organização da sociedade capitalista. Desse modo, hierarquicamente, o sentido e a importância do chefe de Estado segue, em relação direta, para o chefe de fábrica e de família (PERROT, 1988).

Segundo Perrot (1988), a palavra patrão remete etimologicamente a várias significações: proteção, patrocínio, paternalismo. Para a autora, no termo paternalismo estão presentes três elementos edificadores de dominação: a) presença física do patrão nos locais de trabalho e na moradia patronal; b) linguagem e prática do tipo familiar entre patrões e operários; c) adesão dos trabalhadores a esse tipo de sistema de organização.

O patrão é visto como pai que proporciona trabalho aos seus filhos, protege-os, associa-os à história de sua família (festas de casamentos ou outros acontecimentos familiares). O “nós” substitui o “eles” da indiferença ou da hostilidade. E acontece que os operários se identifiquem com sua “casa” onde trabalham, vangloriando-se de sua estabilidade, do recrutamento hereditário que une sua linhagem à empresa: casos frequentes na vidraçaria, nas forjas e mesmos nos têxteis – nasce-se como alguém, e aí se morre. Os conflitos são raros nessas condições, e assumem um significado mais dramático: dilaceramento do tecido familiar, revolta contra o pai, mais difícil do que a coalizão contra um empregado comum. A ausência de greves, que merece a mesma atenção que a existência delas, pode se explicar pela densidade de tais relações, que sob certos aspectos assemelham-se à condição doméstica. (PERROT, 1988, p. 83).

A tentativa de caracterizar a vida dentro das fábricas como o segundo lar dos operários e os conflitos entre eles como brigas entre irmãos, de cunho doméstico, portanto, familiar, já referida nos

capítulos anteriores, foi uma das estratégias populistas de Getúlio Vargas para o adestramento dos trabalhadores no sistema. Vargas colocava-se como árbitro das relações antagônicas entre patrões e operários. A difusão dessa política aquiescente era realizada por todos os órgãos oficiais de propaganda e imprensa. O papel desempenhado pelos intelectuais ao longo da história do Brasil demonstrou que há um posicionamento político e uma intermediação dos intelectuais da classe dominante e da classe trabalhadora como porta-vozes dos governos autoritários.

O chefe de Estado não se poderia contrapor às leis da física e estar em todos os lugares de forma ubíqua. Porém, seu mito faz-se presente naqueles que o seguem. Todos aqueles que, em idéias e ações, cumpriam as determinações estadonovistas eram representantes legítimos do presidente Vargas. Segundo Carone (1976) o mito estava personificado em cada cidadão. Os intelectuais tinham a missão de difundir pedagogicamente a ideologia estadonovista e corroborar o Estado e seu governante.

A personificação do mito é um dos traços que marcam o fenômeno. Ele pode acentuar as qualidades do Chefe, mas, em escala menor, há uma repetição das mesmas características em personagens menores. Em cadeia tenta-se mostrar como todos os líderes que se identificam com o Estado Novo apresentam traços e personalidades ímpares, que os distinguem dos outros, apesar de não atingirem o nível e qualidades do Chefe da Nação. (CARONE, 1976, p. 166).

Pode-se analisar os conceitos gramscianos de intelectual orgânico, representados pelos ideólogos do Estado Novo, assim como pela direção do movimento operário. O mito, como diz Carone (1976), repete-se, personaliza-se, seguindo hierarquicamente sua função ideológica dentro da sociedade de classes para sua manutenção e reprodução.

As classes subalternas evidenciavam o descontentamento e a divisão de classes por meio das resistências e lutas explícitas, assunto já referido nesta dissertação. A ideologia varguista tentou educar e submeter sua consciência de classe por meio de manipulação ou prerrogativas autoritárias. Destinadas àqueles que tinham uma posição política de vanguarda, eram detentores do capital econômico ou pretendiam tornar-se legítimos representantes do Estado por meio de legislaturas. Para não desfazer os acordos e arranjos da classe hegemônica ou de seus próprios interesses, muitos intelectuais da classe dominante dissimulavam suas verdadeiras impressões sobre o governo Vargas e passavam a legitimá-lo a fim de obter benefícios do autoritarismo estadonovista.

2.5.1 Aristides Largura

Aristides Largura foi o prefeito mais jovem da história de Joinville, governou a cidade aos 28 anos de idade. Seu mandato durou um ano (1936-1937), sendo deposto logo após a decretação do golpe do Estado Novo.

Foi um dos líderes do Movimento Integralista, de cunho fascista, dirigido por Plínio Salgado. O integralismo propagara-se pelo sul do país. Em Santa Catarina, algumas cidades que foram colonizadas por alemães, como Jaraguá do Sul, Blumenau e Joinville, chegaram a ter um integralista no comando do poder público municipal.



Figura 8: Plínio Salgado em 1935 visita Joinville com comitiva integralista.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Vargas via os integralistas como aliados desde a Revolução de 1930. Quando o Estado Novo foi estabelecido, no advento do novo regime, Getúlio proibiu todos os movimentos de esquerda e baniou todos aqueles que tinham conotação partidária. Mas, no caso particular do integralismo, seus líderes sofreram aliciamento político para assumir cargos no governo de Vargas. Baía Horta (1994) relata que houve uma conspiração, arquitetada por Francisco Campos, para retirar Gustavo Capanema do Ministério da Educação e colocar em seu lugar Plínio Salgado, chefe do integralismo. Sem acordos e adesões, o movimento diluiu-se com a campanha da nacionalização, que atacava o fascismo e seus adeptos (CARONE, 1976).

Aristides Largura foi perseguido pela polícia ideológica do governo Vargas durante anos. Foi obrigado a depor todos os meses na Delegacia Regional de Joinville e não podia viajar sem autorização da polícia. Sobre o Estado Novo, ele considera que:

De 1937 a 1945 tivemos o período do Estado Novo, ditadura sem partidos. E a própria constituição que foi então outorgada 1937. Nunca chegou a ser cumprida. Nunca chegou a organizar o ramo no legislativo do governo, que não seria mais feito através de partidos, e sim seria construído através dos sindicatos, federações e confederações. (LARGURA, 1982).

Aristides Largura, em entrevista, ratificou a cooptação dos trabalhadores por meio dos sindicatos e indicou que o Legislativo (entendido como a institucionalização política e partidária) seria realizado no Estado Novo por meio dos sindicatos, federações etc. Apesar de sua apologia inicial do governo Vargas, após a decretação do Estado Novo e sua deposição suas palavras já demonstravam contrariedade em relação ao seu destino político.

Em Joinville, o integralismo teve muitos adeptos. O fato de a cidade ter sido etnicamente colonizada por alemães facilitou a expansão do autoritarismo. A ascensão do nazifascismo na Europa, segundo Largura, fez aflorar na cidade o sentimento pangermanista. Sobre o integralismo, Largura adverte: “Antes de se tornar um partido político o integralismo não era hostilizado. Do momento em que ele começou a tomar caráter político-partidário começaram a surgir os problemas” (LARGURA, 1982). Aristides Largura assumiu a prefeitura de Joinville defendendo as idéias integralistas, porque acreditava na possibilidade de inserção do alemão na vida política e social da cidade e do país. Ratifica na entrevista: “Fui um semeador do integralismo no Norte do Estado” (ibidem).



Figura 9: Passeata Integralista em 1935 na Rua do Príncipe em Joinville.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.



Figura 10: Comemoração Catarinense Integralista em 1936. Centenário Carlos Gomes. Blumenau – SC.

Fonte: Arquivo Pessoal Conrado de Mira.



**Figura 11: Comemoração Catarinense Integralista em 1936.
Centenário Carlos Gomes. Blumenau – SC.**

Fonte: Arquivo Pessoal Conrado de Mira.



**Figura 12: Comemoração Catarinense Integralista em 1936.
Churrascada. Blumenau – SC.**

Fonte: Arquivo Pessoal Conrado de Mira.

Após a instalação do Estado Novo, o governo Vargas passou a denunciar o integralismo como uma ideologia de importação: “Uns homens ambiciosos quiseram conquistar o poder, dizendo que só o integralismo podia vingar no Brasil. Que era o integralismo? Regime de importação. Um regime de tirania e de violência” (DNP, 1938, p. 7).

Carone (1976) reitera que, quando a Ação Integralista Brasileira (AIB) era legalizada, os fascistas recebiam dinheiro da Alemanha para a manutenção de suas milícias e organizações por meio do Banco Alemão Transatlântico. Os textos para a educação das massas integralistas eram redigidos e

publicados, em Santa Catarina, pelo jornal **Blumenau Zeitung** de Blumenau e pelo **Kolonie Zeitung** de Joinville.

Em seus discursos, Vargas ratificava a importância das colônias alemãs do Sul do Brasil para o progresso nacional, citando-as como exemplo de ordem e trabalho, porém alertava para os perigos do integralismo e sua intenção de tornar-se partido político para a instauração de um regime autoritário.

[...] todas as colônias de imigração existentes no país são elementos de ordem e de colaboração valiosa, não existindo o perigo de formarem-se quistos de influência estrangeira, graças ao admirável poder de assimilação da nossa gente e da nossa índole, que, em pouco tempo, incorpora ao sentido brasileiro todos os alienígenas. Pelo que toca à colônia alemã, localizada no sul do Brasil, é composta de homens ordeiros, industriais, trabalhadores e que muito têm contribuído para a prosperidade da Pátria adotiva. (VARGAS, 1938, p. 158).

Largura foi inspetor municipal escolar a convite do doutor Plácido de Oliveira, que era secretário do Interior e pôde acompanhar a política nacionalista para impedir o crescimento da cultura teuto-germânica no município. De acordo com Largura (1982), “O imigrante se fez pelo seu mérito, pelo seu esforço. Vieram aqui, desbravaram. Logo que abriram clareira três coisas surgiram: a igreja, a escola e o clube (a sociedade)”.

Largura tinha consciência do papel educador-ideológico de algumas instituições na sociedade e o governo Vargas via a importância histórica e cultural dessas instituições para os alemães. O Estado iniciou então a política de desarticulação dos organismos promotores e difusores dos costumes germânicos. Em 1942, a nacionalização objetivava reprimir toda e qualquer atividade cultural alemã no país.

Às vésperas da Campanha de Nacionalização predominava em Joinville o idioma alemão nas relações cotidianas, na imprensa e outras publicações. A vida social era marcada pela existência de uma rede de sociedades e associações de moldes germânicos e na preponderância de padrões alemães no campo educacional. Tudo isso imprimia uma “paisagem germânica” na cidade. O plano de ação da Campanha de Nacionalização teve como alvo à supressão dessa paisagem. Neste sentido tornou-se o desabafo “verde-amarelo” numa conjuntura em que o termo teuto-brasileiro equivalia aos termos nazistas e traidor. Para isso, atacou-se as principais instituições ligadas a identidade étnica – escola, língua e sociedades. (COELHO, 1993).

A cooptação ideológica está explícita no texto citado de Coelho (1993): a escola, a língua nacional e as sociedades (subtendem-se aqui os sindicatos, as escolas, as fábricas, a Igreja etc.) deveriam convergir para a coletividade nacional.

Para Vargas havia uma única nacionalidade:

O Brasil não é inglês nem alemão. É um país soberano, que faz respeitar as suas leis e defende os seus interesses. O Brasil é brasileiro. Agora, esta população, de origem colonial, que há tantos anos exerce a sua atividade no seio da nossa terra, constituída de filhos e netos dos primitivos povoadores, é brasileiro. Aqui todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque no Brasil receberam educação. (VARGAS, 1940, p. 198).

Largura, quando afirma que o imigrante chegou em Joinville e logo abriu clareira e três instituições surgiram – a escola, a Igreja e o clube –, entende aí a tentativa ideológica que, na fixação de território em lugar do desconhecido, procurava, sobretudo, resgatar a identidade alemã recriando suas instituições mais tradicionais. Vargas, em sua campanha de nacionalização, atacou justamente as estruturas mantenedoras da ideologia pangermânica. Os operários alemães ou brasileiros deveriam entender o Brasil como país de uma nacionalidade única.

A repressão ideológica pretendeu, ao longo do Estado Novo, garantir o trabalho como sinônimo de progresso e o civismo, para a eficácia do Estado autoritário.

A perseguição dos integralistas em Joinville objetivava, sobretudo, eliminar os partidos de oposição; o discurso do patriotismo deveria prevalecer pela ótica do Estado Novo para a uniformização do idioma e a garantia do culto ao trabalho.

A reprodução da submissão do trabalhador ao aparelho ideológico do Estado garantiria a propagação do domínio do capital e dos seus intelectuais sobre a classe trabalhadora. O culto ao trabalho e à pátria para o capital deveria ter as mesmas dimensões: a promoção da aquiescência social. Nesse sentido, a preocupação do Estado com a educação da classe trabalhadora era posta em prática por meio dos mecanismos de coerção e pelo aliciamento patriótico dos trabalhadores. A análise de Althusser (1985)¹⁶ sobre o ensino dos operários franceses corrobora o papel educativo-ideológico da imposição de uma consciência coletiva cívica e profissional:

¹⁶ Althusser (1985) é contestado dentro da historiografia marxista como aistórico (ALVES, 2001; SAVIANI, 2005; THOMPSON, 1981). Seu texto citado foi apropriado para realizar uma interlocução teórica sobre a educação dos trabalhadores franceses da década de 1960 com os trabalhadores brasileiros no período estadonovista. Sobre as críticas contra o pensamento althusseriano, observar as obras citadas. Thompson (1981) dedicou essa obra em que discute e contesta Althusser e considera que ele exclui da concepção materialista da história o processo histórico e agência humana sobre ele. Thompson adverte que Althusser coloca a estrutura em detrimento ao processo histórico, equivocando-se, porque os homens realizam antagonicamente o processo, portanto, determinam as estruturas, agem sobre elas de forma política, cultural e econômica de forma sincrônica.

[...] as regras de moral e de consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras de ordem estabelecida pela dominação de classe. Aprende-se também a falar “bem o idioma”, a “redigir bem”, o que significa (para os futuros capitalistas e seus servidores) saber “dar ordens”, isto é, (solução ideal) dirigir-se adequadamente aos operários etc... (ALTHUSSER, 1985, p. 58).

O culto à pátria estava intrinsecamente ligado ao trabalho ordeiro. Vargas, em 1940, visitou Blumenau, cidade localizada no alto-vale do Itajaí, e, em seu discurso de visita, declarou que o fato de os colonos ainda falarem alemão era responsabilidade dos próprios governantes, porque os colonos somente pediam duas coisas: “escolas e estradas, estradas e escolas” (VARGAS, 1940, p. 196).

Vargas registrou suas impressões sobre a visita em *A nova política do Brasil*, no discurso intitulado *O sentimento de brasilidade em Blumenau*:

[...] testemunhei por toda a parte, demonstrada quer nos homens adultos e válidos, quer nos moços e nas crianças, sobretudo, nas crianças que me rodeavam em bandos álares e que tinham, na profundidade dos olhos azuis e nos oceanos cheios de carinho, a efusão inequívoca do sentimento que lhes ia n’alma, enquanto suas cabecinhas douradas ao sol pareciam um trival maduro. (VARGAS, 1940, p. 195).

2.5.2 Carlos Gomes de Oliveira

Carlos Gomes de Oliveira acompanhou desde o início o governo de Getúlio e participou ativamente do processo político de 1945 a 1964. Foi ativista dos movimentos presidenciais e, após a era Vargas, pleiteou cargos em nível local, estadual e nacional. Em 1951 elegeu-se senador da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (TERNES, 1994).

Gomes de Oliveira, após o golpe do Estado Novo, foi nomeado por Getúlio diretor do Instituto do Mate¹⁷. No período anterior à década de 1930, havia sido relator de um projeto para a defesa das instituições democráticas contra o comunismo. Assim como muitos, o senador acreditava na existência do Plano Cohen como uma estratégia de instituir o comunismo no Brasil.

¹⁷ “[...] Joinville, cuja riqueza inicial foi a erva mate e a madeira, foi se transformando no maior centro industrial catarinense, e antes de 1920 já possuía mais de 43 postos estabelecimentos, o maior número de réis e mão de obra aplicado no setor” (COSTA, 1996, p. 23).

Carlos Gomes ratifica o autoritarismo de Getúlio e do Estado Novo: “Getúlio deu aquele golpe criando o que se chamava de Estado Novo. Então aí, desapareceu propriamente a atividade política” (OLIVEIRA, 1978).

Gomes de Oliveira declarou em entrevista que Getúlio ajudava os trabalhadores, “característica da sua política trabalhista no sentido de amparar os pequenos” (ibidem). Ressaltou o mérito de Getúlio em relação à legislação trabalhista, mas criticou a atuação dos sindicatos: “O trabalhador não sabe o que é sindicato, impunha-se de cima para baixo para educar a população” (ibidem).

A educação tecnocrática que o senador defendia era voltada para a divisão dualista do trabalho: alguns comandam, outros efetuam o comando. Fazia a separação do trabalho intelectual do trabalho braçal. Oliveira considerava Vargas um “presidente de mãos firmes e engajado nas causas trabalhistas”, que poderia fornecer aos trabalhadores benefícios, porque, para ele, Vargas possuía uma “consciência política que a maior parte do povo não tem” (OLIVEIRA, 1978). Carlos Gomes também foi bastante categórico na defesa do autoritarismo, e mostrou como o trabalhador era visto no governo getulista. O operário, para ele, era alguém que precisava o tempo todo ser comandado, ser dirigido por um governo centralizador, firme, que entendesse seus problemas e apresentasse soluções.

O senador posicionou-se sobre o fundo sindical, demonstrando que via o trabalhador alheio, aistórico e ignorante a todo o processo político que se instaurou após a década de 1930: “fundo sindical num país, onde no mínimo o trabalhador não sabe ainda o que é um sindicato” (ibidem). Sua carreira política foi caracterizada pela defesa dos interesses capitalistas industriais. Com seus aforismos eloqüentes, era um defensor das oligarquias e do conservadorismo político catarinense.

Para Carone (1976) no Estado de Vargas havia o equilíbrio entre o patronato e o trabalho. Para ele, o alicerce no ideal burguês de enquadrar os sindicatos junto ao Ministério do Trabalho impedia efetivamente a ruína do país, o caos da guerra e do comunismo. Para a burguesia industrial, a desigualdade social era considerada uma das grandes leis da natureza. Portanto, não seria a política trabalhista de Vargas que inibiria essa adversidade social. Fazia a defesa da burguesia industrial e, sobretudo, a defesa da propriedade privada.

Engels (1987) elucida o papel do Estado na sociedade capitalista:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; [...] É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1987, p. 191).

Engels reitera a formação do Estado sobre as bases da propriedade privada. O Estado colocou-se a serviço do governo Vargas – defensor da conciliação entre as classes – para representar a hegemonia do capital sobre todas as instituições políticas e classistas. O antagonismo explícito e materialmente dado no modo de produção capitalista evidenciou-se desde a gênese do governo Vargas. O Estado propõe-se a fazer a reconciliação entre as classes, a dissimular, encobrir o processo conflituoso entre os que detêm o capital e os que vendem sua força de trabalho.

É indispensável e pertinente que se faça uma incursão sobre a configuração política do Estado brasileiro e da propriedade privada no momento em que se explicitam os posicionamentos do senador Carlos Gomes de Oliveira sobre o Estado Novo. O senador era um legítimo representante do poder econômico na cidade de Joinville, portanto, da propriedade privada. Ao ser nomeado diretor do Instituto do Mate, foi incumbido oficialmente pelo Estado de defender os interesses dos produtores e comerciantes do mate na região norte do Estado.

O menosprezo pelos trabalhadores, suas organizações de classe e seus conhecimentos percebido em suas opiniões espelham o caráter repressivo e autoritário do governo Vargas, que em Joinville era por ele defendido. A contradição do capitalismo nessa cidade deveria ser refreada por meio da autoridade e da repressão, para a manutenção da ordem econômica da propriedade privada. Conseqüentemente, seria mantida a ordem social. O Estado não só estava representando os donos do capital, mas também elegia seus legítimos representantes para travar a disputa pela hegemonia da sociedade civil e política. O Estado historicamente havia nascido sob a égide do capitalismo, sua regulamentação e consolidação foram garantidas por meio da defesa da classe detentora dos meios de produção, e não poderia servir a dois senhores. Joinville não diferia, no âmbito do direito, do que foi e para que serviu um sistema criado para manter a ordem e a aquiescência social.

2.5.3 Adolfo B. Schneider

Adolfo B. Schneider iniciou seu trabalho, em 1937, no Comércio e Indústria Germano Stein S.A. Trabalhou nessa empresa durante 32 anos, no cargo de chefe dos setores de cadastro, crédito e cobranças. Após sua aposentadoria, dedicou-se à profissão de escritor e historiador de Joinville. O arquivo histórico de Joinville contém muitas de suas obras e artigos, de cunho teórico inegavelmente positivista.

Schneider defendia a outorga da legislação trabalhista como mérito de Getúlio Vargas, e não como um processo de conquista, produto do acúmulo das lutas históricas dos trabalhadores: “Então nós devemos ao pai dos pobres esta legislação trabalhista” (SCHNEIDER, 1993). Afirmou que não houve greves em Joinville nesse período, e, conseqüentemente, nenhuma história de mobilização ou oposição ao governo – o joinvilense era ordeiro e pacífico, segundo Schneider. Explicou por que os trabalhadores, ganhando pouco e estando descontentes, não realizaram greves:

Eles eram induzidos, sempre haviam elementos que tinham vindo de fora. Digamos, vindos de São Paulo, porque atraía também gente vinda de São Paulo, então essa gente vinha já com a cabeça diferente. Então eles conversavam, falavam e conseguiam convencer seus companheiros de trabalho a fazer greves. Toda greve tinha um chefe [...] e o chefe quem era? Não era daqui, era de São Paulo. O teuto não era chefe de greve. Nunca foi chefe de greve. Eu garanto, eu aposto que nunca houve um teuto chefe de greve. (SCHNEIDER, 1993).

Nota-se uma determinada contradição em sua fala: num primeiro momento ele reitera enfaticamente que em Joinville nunca houve greves, tampouco paralisações, e numa fala posterior afirma que vinham pessoas de São Paulo organizar as greves em Joinville.

Para Costa (1996), esse discurso da ordem e da disciplina não foi aceito de forma pacífica, nem assumido majoritariamente pelos trabalhadores de Joinville. Certamente Adolfo B. Schneider ignorava os focos de resistência dos trabalhadores joinvilenses que, no período anterior à Revolução de 1930, organizaram greves e mobilizações para reivindicar melhores condições de vida e salário.

O operariado de Joinville era composto principalmente por brasileiros descendentes de europeus (germânicos, suíços e italianos) e também por *caboclos* mestiços, ou seja, *descendentes de ibéricos* e brasileiros (COSTA, 1996). O poder dominante propunha enquadrar etnicamente a disciplina e a ordem na história do colonizador – desbravador, trabalhador e ordeiro.

Para efetuar essa *adaptação à cultura nacional*, Vargas demonstrava como fazer:

Não se dirigem povos contrariando-lhes as tradições, tentando prendê-los a regimes políticos que lhes neguem a história. Foi vão todo o esforço para impor ao Brasil camisas importadas, talhadas para outras gentes; ideologias e sistemas formulados pela experiência de outras raças. O nosso profundo sentido nacional soube distinguir e soube agir para repudiar tudo o que não fosse nosso, tudo o que não brotasse das fontes vivas da nacionalidade. Permaneceremos brasileiros diante das agitações que lavra por fora e cinde a opinião internacional. Toda a tentativa de influir na nossa organização fracassou. E, quando vimos pressurosos agitadores apresentaram-se como arautos da democracia e da liberdade, precisamos observar se, sob disfarces de raposa, não são eles ursos moscovitas, procurando destruir o que temos de mais sagrado, as bases das nossas instituições: a Pátria, a Religião, a Família. (VARGAS, 1938, p. 199).

Segundo Pinheiro et al. (1997), há uma tentativa deliberada de superestimar a participação e organização dos brasileiros no movimento sindical a partir da entrada dos estrangeiros no país. Havia também um número substancial de estrangeiros desinteressados das lutas sindicais, e em algumas localidades havia um esvaziamento por conta dos litígios implementados.

Desde 1907, a Lei Adolfo Gordo preconizava que, se algum estrangeiro comprometesse a segurança nacional, seria imediatamente deportado para seu país de origem. A imposição de que os sindicatos registrassem seus estatutos e diretorias já data desse período (PINHEIRO et al., 1997).

Já no Estado Novo, o governo Vargas sentenciava o estrangeiro e encarregava-se de construir paradigmas sobre sua colaboração para o desenvolvimento nacional:

O imigrante é um mal para o Brasil? Não, o imigrante que trabalha no campo, que exerce atividade agrícola, é um colaborador da riqueza nacional. O imigrante que ensina seu filho a falar a nossa língua e a ser um bom brasileiro merece o nosso respeito e a nossa estima. Só não merece o nosso respeito e a nossa estima os que se convertem em elemento de perturbação da vida nacional, exercendo atividades políticas proibidas pela Constituição do Brasil. (DNP, 1938, p. 11).

Essa aceitação do papel do imigrante teuto-alemão que contribui para o desenvolvimento econômico nacional foi difundido, apesar da repressão ideológica sistematizada do governo contra os trabalhadores, principalmente os imigrantes europeus de posições esquerdistas, como os anarco-sindicalistas e os socialistas. Em Joinville, intitulada *cidade da ordem e do trabalho*, a ideologia propagada soube educar o trabalhador para o conformismo e a passividade, pois estava em jogo a permanência dos imigrantes, tendo em vista que mais de 60% dos munícipes eram de origem estrangeira (COELHO, 1993).

A educação para o trabalho condicionava o operário como mercadoria de valor de troca, aculturada e adestrada. Joinville representava os interesses do Estado Novo. A cidade ordeira, onde todos trabalhavam – a *Manchester catarinense*. O município possuía um parque industrial em

ascensão e uma classe operária em formação. Destarte, a política ideológico-educativa estadonovista se fazia necessária, pois o desenvolvimento nacional capitalista pretendia uma união harmoniosa entre patrões e operários. Getúlio Vargas insistia que: “O patrão também era operário. Ele trabalhava junto com o operário. E se havia algum problema, ele assistia porque eles eram colegas” (SCHNEIDER, 1993).

2.5.4 Conrado de Mira

Conrado de Mira foi funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos, do Sindicato da Construção Civil, do Sindicato dos Têxteis, da Fiação e Tecelagem, do Sindicato das Oficinas de Olaria e Cerâmica para a Construção Civil e do Sindicato dos Classificadores e Empilhadores de Madeiras. O funcionário de todos os sindicatos constantemente “levava trabalho para casa”, dirigindo e administrando a burocracia sindical no seu escritório domiciliar (VIEIRA, 2000).

A elaboração burocrática das atas, livros-caixa, boletins e até mesmo dos processos trabalhistas eram encaminhados ao profissional dos sindicatos, o qual se encarregava também da organização dos fichários, arquivos e, inclusive, de “resolver em seu nome todos os conflitos trabalhistas, lavrar termos, pagar acordos coletivos de trabalho e tudo o a mais que se relacionar com a vida de progresso e o bom nome do Sindicato Classificadores e Empilhadores de Madeira” (SINDICATO DOS CLASSIFICADORES E EMPILHADORES DE MADEIRA, 16 jun. 1939).

Conrado de Mira mostrou-se um intelectual defensor dos interesses da classe hegemônica no trabalho prestado aos sindicatos. Sua atuação era dirigida para o controle ideológico dos trabalhadores, intermediado pelo monopólio da burocracia sindical, condicionando os trabalhadores a legitimar sua hegemonia nas instituições.

Com a anuência dos trabalhadores joinvilenses, Mira exercia o papel de ideólogo e líder sindical. Com o decorrer dos anos, Mira posicionou-se contra os sindicatos, impetrou reclamações trabalhistas reivindicando direitos sobre o trabalho prestado. Muitos dos sindicatos reclamados o acusaram veementemente de ter feito “injuriosas assertivas”, “acordos beneficiando os empresários”, chamaram-no de “conde do sindicalismo joinvilense”, de manter monopólio acerca da documentação dos sindicatos e sobre a dinâmica da burocracia sindical. Alguns o acusavam mais ofensivamente:

“[a] velha raposa do sindicalismo joinvilense estava se preparando para dar mais um dos seus traiçoeiros golpes” e “locupletar ilícitas pretensões”, cobrando serviços e angariando finanças de diversas entidades pelo seu trabalho (MIRA, 1976).

Conrado de Mira foi vereador em 1955 e candidatou-se a prefeito municipal de Joinville. Nos seus discursos, dirigia-se ao “distinto e nobre povo”, relembrando sua história e salvaguardando sua trajetória perante os trabalhadores:

Venho, como ex-operário marceneiro, desde a minha trabalhosa juventude, me dedicando aos estudos dos problemas sociais, procurando, à medida das minhas modestas possibilidades, estudar e compreender as aspirações da coletividade nacional, estadual e, em destaque, as aspirações desta comuna, motivo porque, já desde os idos de 1929 e 1930, acompanhei com toda a atenção a campanha de redenção nacional, empreendida pela Aliança Liberal, movimento cívico que alcançou a vitória a três de outubro de 1930 e a ascensão ao governo federal como seu chefe supremo, do inolvidável brasileiro, o saudoso Getúlio Vargas. (MIRA, 1955).

A organicidade de Conrado de Mira com os trabalhadores justificava-se por sua história política. Para ele, sua vida sempre foi dedicada às causas sociais e ao estudo dos problemas da coletividade. Sua candidatura, portanto, era uma ação legítima, resguardada pelo seu histórico. Na declaração citada, explicitamente ele se coloca ao lado do poder dominante e em defesa do processo *revolucionário* de 1930 como uma *redenção nacional*. Somente após muito trabalho e estudo ele pôde finalmente compreender a *grandiosidade* do projeto nacional que se estabelecia após a década de 1930. Conrado mostrou-se adepto e defensor da concepção do *capital honesto*, que foi pedagogicamente assimilado por uma parcela da classe operária joinvilense no Estado Novo.

A ideologia difundida entre a classe trabalhadora era patrocinada pelo Estado Novo: os trabalhadores deveriam comparar e analisar a economia agroexportadora antes de 1930, com a nacional-industrialização iniciada após a *revolução* chefiada por Vargas (DE DECCA, 1994). Mira assinalava a importância da criação do Ministério do Trabalho em 1931 e advogava em prol dos desígnios varguistas:

Desde a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pouco tempo após 1930, mais me interessei pela solução de questões de interesse imediato da massa trabalhadora nacional, tendo sido eu o impulsionador das campanhas de esclarecimentos, da sindicalização, da divulgação de benefícios, inovações no setor de amparo efetivo oficial aos assalariados na cidade e na zona rural; De 1930 a 1945 quando foi deposto do cargo o Dr. Getúlio Vargas, fui fiel e incondicional seguidor deste incomparável estadista, a cujo apelo atendi, fazendo a propaganda, também de seu candidato à Presidência da República, o candidato, que foi recomendado por vossa excelência e candidato vitorioso em 02 de dezembro de 1945, tendo eu, no início deste ano, (1945),

ao lado de denodados companheiros fundado o Partido Trabalhista Brasileiro, de cujo diretório municipal em Joinville, tive a honra de ser o presidente, e em 1947, candidato à Prefeito Municipal. (MIRA, 1955).

Como um intelectual e político afinado com os propósitos autoritários de Vargas, Conrado pôs-se a organizar as atividades sindicais e a formar dirigentes qualificados do ponto de vista da classe dominante para organizar a inserção do controle e domínio dos trabalhadores. Tornou-se efetivamente um instrumento do Estado para a formação educativa do operariado e a conformação institucional do sindicato ao aparelho estatal.

Em abril de 1964, Mira foi indiciado pelo 64º Batalhão de Joinville como “suspeito ao credo comunista” (MIRA, 1964). O fato de Conrado de Mira ter sido preso sob tal acusação “reforçava mais ainda sua convicção de estar ao lado dos que propõem uma mudança progressiva para o Brasil” e que jamais “exerce ou tenha exercido alguma atividade contra as instituições político-sociais vigente no país” (ibidem).

Os seus discursos exteriorizavam publicamente o seu posicionamento político de apoio ao governo. Esteve sempre do lado de quem estava à frente do Estado, portanto, era indubitavelmente para ele uma ofensa prendê-lo sob a acusação de comunista. Mira autodenominava-se um combatente fervoroso dos “credos de Moscou”. Em uma carta aberta ao povo de Joinville (MIRA, 196?) declarou:

[...] Em 1930, ao lado do saudoso Getúlio Vargas, ergui bem alto minha voz para a libertação dos trabalhadores de nossa pátria, que até então viviam oprimidos, dando-lhes dias melhores e mais felizes.

Em 1931, eu, e outros companheiros, lutando por um só ideal fundamos em Joinville os primeiros sindicatos de trabalhadores do Brasil e que hoje, de um a um, se revestem de uma potência, para a felicidade geral da classe trabalhadora da nação.

Em 1932 organizamos e vencemos em Joinville, a primeira e única geral dos trabalhadores a fim de dar cumprimento à lei de oito horas de trabalho e à concessão das férias que continuam em vigor.

Em 1933 ao lado do saudoso e inesquecível Padre Alberto Kolb, fundamos o Círculo Operário de Joinville. Ainda ao lado do mesmo Padre, construímos a creche Conde Modesto Leal e todo o seu grande patrimônio que pertence hoje ao Círculo Operário.

Em 1934 conseguimos perante o saudoso Dr. Getúlio Vargas a implantação de novas leis e novos direitos aos trabalhadores do Brasil.

Em 1935 representei os trabalhadores joinvilenses no primeiro Congresso Eucarístico do Brasil, realizado em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

Em 1936, junto com os meus companheiros conseguimos levar a bom termo o início da vida de Instituto dos Comerciantes e diversas Caixas de Aposentadorias e Pensões, ainda existentes.

Em 1937, com a implantação do Estado Novo, dei o meu apoio em prol deste ideal de Getúlio Vargas.

Em 1938, já tendo anteriormente conseguido a fundação dos institutos e caixa de aposentadorias e pensões, com ingentes esforços e lutas sem tréguas conseguimos a criação do I.A.P.I., que vem a ser um dos maiores institutos da América do Sul.

Em 1939, conseguimos a decretação da lei 1402, modificando as leis anteriores, dando nova vida aos sindicatos das classes trabalhadoras da Nação e conseqüentemente mais amparo aos empregados de todas as categorias profissionais.

Em 1940, iniciamos a nossa campanha, sem tréguas, para decretação de uma lei que viesse consolidar os interesses gerais dos empregados e dos patrões.

Em 1941 iniciamos nossa campanha par União Sindical e para organizar o Sindicato da Terrestre, já uma potência.

Em 1942, conseguimos instalar em diversos sindicatos de trabalhadores, o serviço médico-hospitalar, farmacêutico etc.

Em 1943, obtivemos a decretação da Consolidação das Leis do Trabalho, resultado da campanha iniciada em 1940, cuja consolidação em vigor, passados 15 anos, é a que garante os direitos dos trabalhadores no dia de hoje.

E ainda, em 1943 fundamos o sindicato da Terrestre, resultado dos nossos esforços iniciados em 1941.

Em 1944, nós e grande parte dos sindicatos do Brasil, iniciamos a campanha para funcionamento dos Partidos Políticos e para que houvesse eleições gerais em nossa querida Pátria.

Em 1945, eu, Conrado de Mira, Padre Alberto Kolb, Otacílio Nascimento e Waldemiro Palhares, com a ajuda do saudoso Dr. João Colin, contribuímos para que fosse fundado no Rio de Janeiro o Partido Trabalhista Brasileiro e elegemos, logo após, o general Gaspar Dutra à Presidência da República.

Conrado faz um retrospecto histórico de sua trajetória política desde 1930, seu posicionamento e defesa do governo Vargas, passando pelo processo de implantação do Estado Novo, pela criação da CLT em 1943 até a fundação do PTB em 1945, sempre corroborando os interesses definidos pelo governo Vargas.

O sindicalista demonstrou, nessa carta aberta, que não era meramente um funcionário dos sindicatos, mas, sobretudo, foi um líder sindical. Sua participação na fundação de alguns sindicatos foi, na sua ótica, de valor incalculável para os trabalhadores de Joinville. No seu texto, ele faz referência ao ano de 1932, e sugere sua participação numa *geral*, que foi decisiva para o cumprimento legal da jornada de trabalho de oito horas e do pagamento de férias. Contraditoriamente, àquele que sempre esteve ao lado dos patrões e empregados, referiu-se a uma greve ocorrida em Joinville. De forma prudente, Conrado não utilizou a expressão greve.

A participação da Igreja católica nos movimentos políticos foi instituída por meio de aliança com os trabalhadores, sob orientação da *Rerum Novarum*. Desse modo, em 1933¹⁸, a criação do

¹⁸ Conrado refere a data de 1933, em desacordo com aquela que consta do estatuto do círculo, art. 1º: “O Circulo Operario de Joinville, fundado nesta cidade de Joinville aos 19 de março de 1935, pelo Reverendo Pe. Alberto Kolb [...]” (CÍRCULO OPERÁRIO DE JOINVILLE, 1935, p. 3).

Círculo Operário foi uma iniciativa de Conrado com o padre Alberto Kolb, para tentar diminuir as tensões sociais dos operários com a divulgação da moral cristã.

Conrado afirma ter estado com o *saudoso Getúlio Vargas* em todas as suas grandes realizações: legislação trabalhista e Estado Novo. O discurso da unicidade cívica deveria na prática coincidir com os interesses comuns entre patrões e empregados, seguindo para um destino só, o bem nacional. A participação da Igreja católica foi crucial para fazer essa interlocução.

O texto de Conrado demonstra explicitamente seu posicionamento de classe. Estava consciente do seu papel na sociedade capitalista: mostrava-se útil aos interesses patronais, coordenava ações coletivas e disponibilizava esforços para viabilizar a implementação da política autoritária do governo Vargas. A sua incursão política nos sindicatos estava respaldada no seu histórico de defensor do operariado e da sociedade civil e, fundamentalmente, na defesa do Estado, do capital honesto e do governo autoritário de Getúlio.

Gramsci, ao analisar o papel de alguns intelectuais na correlação de forças que se estabelecia pela disputa de hegemonia na sociedade civil, explica que, no sistema capitalista, alguns intelectuais incorporam o Estado nas suas ações e as justificam de forma tão auspiciosa, porque pensam ser o próprio Estado:

[...] Aliás, ocorre que muitos intelectuais pensem ser o Estado; crença esta que, dado o imenso número de componentes da categoria, tem por vezes notáveis conseqüências e leva a desagradáveis complicações para o grupo fundamental econômico que é realmente o Estado. (GRAMSCI, 1989, p. 15).

Em 1955, Conrado de Mira escreveu mais uma vez para os trabalhadores joinvilenses, elaborando uma análise política da conjuntura nacional, em mais uma tentativa de ufanizar sua história na cidade. E, como sempre, sua trajetória está ligada com a de Getúlio Vargas e suas causas nacionais:

Antecipando aos resultados das eleições que se realizam em todo o Brasil, agora em 03 de outubro de 1955, à direção local do “Partido Trabalhista Brasileiro”, já encaminhei meu pedido de demissão daquela agremiação política, porque, fui um dos que também ajudou a fundar aquele partido, porém, uma vez que ele foi fundado, sob a orientação máxima, e maior do grande Estadista, Sr. Getulio Vargas, para ser a agremiação política dos operários e trabalhadores nacionais, faltando o Chefe Supremo, que há notado que, infelizmente, o estarem desviando para que se voltasse contra os trabalhadores e operários de Joinville e também de todo o Brasil, eu que hei lutado com todas as forças possíveis, decentes e honestas contra o desvirtuamento que aproveitadores de última hora estavam e estão conduzindo aquele baluarte dos trabalhadores que era e foi o PTB,

eu Conrado de Mira, o abandono, definitivamente às mãos de uma meia dúzia de políticos profissionais, os quais promotores de uma Aliança tão malfadada, concordam e consentem que o Partido de Getúlio Vargas, desgraçadamente ponha-se a serviço de uma meia dúzia de interesseiros, de um grupo econômico, que é o PSD, passe a explorar em benefício apenas duma meia dúzia, a memória sagrada do Chefe e Amigo Nº 1 das massas trabalhistas nacionais, porque aquele grupo econômico sabe que pretendo destruir – em benefício do PSD ao formidável PTB e o seu programa de amparo e honra aos operários brasileiros, quase que não destruídos as benéficas leis trabalhistas, as leis sociais, o direito sagrado do ser humano, justamente daqueles que movem a riqueza pública para engrandecimento sempre crescente do Brasil e não para a riqueza dos trabalhadores na exploração do trabalho honrado em geral. (MIRA, 1955).

Conrado, nesse manifesto aos trabalhadores de Joinville, justificava sua saída do PTB. Segundo ele, o partido havia sido tomado por um grupo de políticos interesseiros, que estavam destruindo a sigla criada por Getúlio Vargas, numa tentativa de destruir as leis que Vargas havia outorgado em benefício da classe trabalhadora.



Figura 13: Boletim – Deixa o trabalhador passar. Conrado de Mira.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

A capacidade de elaboração intelectual e de intervenção junto à *massa de trabalhadores* fazia com que Conrado de Mira se tornasse o próprio símbolo de luta e resistência dos operários ante os desmandos politiqueiros de *meia dúzia de profissionais*, como ele classificava os integrantes do partido. Apesar de ter sido um prestador de serviços para a maior parte dos sindicatos de Joinville, recebendo salários de todas as entidades trabalhadas, foi acusado de *pelego* e *aproveitador* (VIEIRA, 2000) por diversas entidades. Porém, Mira não deixou as acusações afetarem sua trajetória política: *interesseiros* eram os outros – diz ele. Todos aqueles que não estavam articulados com seus planos políticos.

A força e a persuasão de Mira estavam no fato de ele processar pedagogicamente a inserção de conceitos ideológicos no seio da classe trabalhadora. Essa função educativa, privilegiada por Conrado, desenvolvia sistematicamente, no senso comum da massa operária, o espírito para a conformação e o entendimento coletivo do desprendimento em prol da nação. Para a construção de um consenso espontâneo, a função do intelectual era fundamental (GRAMSCI, 1995).

Vargas, para Mira, era a própria consagração do mito, do idealismo governista. Para Chauí (2000), há de se analisar essa questão do poder e prestígio varguista por meio da categorização dos semióforos:

[...] de celebrar a unidade indivisa dos que compartilham uma crença comum ou um passado comum, ele é também posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhe permita dominar o seu meio social. (CHAUI, 2000, p.13).

Para consolidar o Estado autoritário, o governo incentivava a ideologia do verdeamarelismo, do culto à pátria para marcar o nacional-desenvolvimentismo como um marco na história do país. A burguesia industrial fortalecia, por meio das políticas nacionalistas, uma identidade nacional que vislumbrava o progresso tecnológico e o crescimento econômico.



Figura 14: Passeata dos Operários de Joinville. Dia 10 de novembro de 1939 em homenagem ao aniversário do Estado Novo.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Para Chauí (2000), o verdeamarelismo do Estado Novo incluiu no cenário brasileiro, além do ufanismo do início do século XX e do nativismo romântico do século XIX, um outro elemento edificante para a formação da cultura nacional, segundo os princípios do Estado Novo – o brasileiro:

[...] De fato, não se tratava apenas de manter a celebração da Natureza e sim de introduzir na cena política uma nova personagem: o povo brasileiro. Dada a inspiração fascista da ditadura Vargas, afirmava-se que o verdadeiro Brasil não estava em modelos europeus ou norte-americanos, mas no nacionalismo erguido sobre as tradições nacionais e sobre o nosso povo. Dessas tradições, duas eram sublinhadas: a unidade nacional, conquistada no período imperial – o que levou o Estado Novo a transformar Caxias, soldado do Império, em herói nacional da República -, e a ação civilizatória dos portugueses, que introduziram a unidade religiosa e de língua, a tolerância racial e a mestiçagem, segundo a interpretação paternalista oferecida pela obra de Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala. (CHAUI, 2000, p. 38).

O nacionalismo visava realizar a integração social, responsabilizar os cidadãos sobre o futuro do país, criar mitos e heróis, que, com suas obras duradouras, permaneceriam exemplos de vida a serem seguidos na história. Chaui (2000) adverte que a imposição dessa identidade nacional visava destruir a consciência de classe em prol da consciência nacional.

Chaui (2000) advoga que o verdeamarelismo se posiciona ao lado da questão nacional e utiliza seus intelectuais para realizar a cooperação entre capital e trabalho e negar a existência dos conflitos de classes:

Em outras palavras, o verdeamarelismo, sob a ideologia da “questão nacional”, precisa incorporar a luta de classes em seu ideário, mas de modo tal que, ao admitir a existência da classe trabalhadora, possa imediatamente neutralizar os riscos da ação política dessa classe, o que é feito não só pela legislação trabalhista (inspirada no corporativismo da Itália fascista) e pela figura do governante como “pai dos pobres”, mas também, por sua participação no “caráter nacional”, isto é, como membro da família brasileira, generosa, fraterna, honesta, ordeira e pacífica. O verdeamarelismo assegura que aqui não há lugar para a luta de classes e sim para a cooperação e a colaboração entre o capital e o trabalho, sob direção e vigilância do Estado (CHAUI, 2000, p. 38).

Conrado de Mira, quando enaltecia sua trajetória política e a relacionava a fatos importantes para o país, como a decretação do Estado Novo, a criação da CLT ou o governo Vargas, tentava incluir-se nos grandes mitos nacionais, que, ao se reproduzirem, faziam de forma repetitiva a educação das massas. Fazia a relação do presente com o passado para criar na comunidade de Joinville o sentimento de pertencimento à identidade nacional que se consolidara no Estado Novo. A sua relevância política tinha-se forjado nos anos getulistas, portanto, o mito era revivido incessantemente para justificação dos meios e caminhos políticos escolhidos por ele. Como dizia Gramsci, ele não só representava, mas era o *próprio Estado*.

Joinville era um reflexo das políticas e estratégias implantadas no Brasil no início do século XX. As contradições de classe estendiam-se de norte a sul do país, o Estado colocava-se como árbitro para tentar amenizar e escamotear o processo histórico conflituoso entre trabalho e capital. Para isso,

a atuação orgânica dos intelectuais no movimento dos trabalhadores era imprescindível para a defesa dos interesses da classe dominante, que, no Estado Novo, apresentava-se como uma *questão nacional* a ser solucionada para o bem coletivo.

Conrado, nesse sentido, cumpria seu papel na sociedade joinvilense, porém a visão positiva de sua função e atividades não eram consenso entre a classe dominante na cidade, pois possuía muitos opositores na cidade. Havia tentativas de *boicote* à sua atuação e ao seu controle nos sindicatos efetuado por aqueles que discordavam de suas posições. Como a burocracia e a documentação sindical ficavam sob seu domínio, ele chegou a incomodar e a fazer concorrência ao próprio chefe da fiscalização do trabalho em Joinville, o senhor Cláudio Barboza Lima:

[...] 1º - devia este sindicato mudar sua sede social, para um edifício na rua Abdon Batista, por ele indicado e que o aluguel iria custar mais ou menos a importância de 90.000 mensal; 2º - que a título de economia devia este sindicato dispensar o empregado Conrado de Mira, e que os próprios componentes da diretoria deviam fazer os serviços que vem atualmente o empregado prestando ao sindicato. (SINDICATO ALIANÇA DOS OPERÁRIOS..., 3 fev. 1941).

Por maioria de votos ficou decidido não aprovar a proposta de Cláudio Barboza Lima, chefe da 4ª Zona de Fiscalização do Trabalho. A influência e o prestígio de Mira eram fortíssimos. O seu controle dos sindicatos demonstrava que os trabalhadores mantinham uma grande confiança no seu trabalho. Essa confiança era resultado, obviamente, de todas as formações político-educativas que ele executara no seu trabalho cotidiano nos sindicatos.

Carlos Adauro Vieira (2000), advogado trabalhista de sindicatos, assim definia Conrado de Mira:

Vários sindicatos da indústria dirigidos por um pelego chamado Conrado de Mira um homem admirável pela sua inteligência pela sua argúcia [...] Uma pessoa que tivemos que enfrentar para fazer com que os sindicatos pudessem ter realmente quem os dirigisse sem preocupação de agradar os empregadores, as empresas. O Mira seria hoje tido como um conciliador, mas na verdade ele sempre se inclinava pelo patrão.

O intelectual urbano, como referenciava Gramsci, nascia atrelado à indústria, portanto Conrado de Mira não se tornava uma regra, mas caracterizava uma série de sindicatos ao longo da história brasileira, com gênese no corporativismo sindical inaugurado na Era Vargas (ARAÚJO, 1998).

Conrado de Mira era acusado de ser o *conde do sindicalismo joinvilense*. Sua atuação representou singularmente o que foi o movimento sindical de Joinville, no Estado Novo: um sindicalismo de negócios, de profissionalismo, atrelado à estrutura patronal e dirigido pelo Estado.

Gramsci (1989) advoga que alguns intelectuais num determinado processo histórico pensam ser o Estado. Essa talvez seja a análise mais pertinente da atuação de Mira nos sindicatos. Capacitado e formado sob a égide varguista, ele revestia-se de uma importância gerencial e ideológica, como se tivesse sido designado por Getúlio em pessoa para exercer as funções que desenvolvia. Sentia-se um legítimo representante do Estado, a serviço do *capital honesto*.

2.6. Reclamações trabalhistas e patronais

No desenvolvimento investigatório da pesquisa foi descoberto um acervo de processos trabalhistas e patronais sob o poder de Conrado de Mira. Foram selecionados alguns processos trabalhistas do período estadonovista, de diversos sindicatos, para demonstrar concretamente como se processou no chão de fábrica a ideologia autoritária. Contudo, os processos servem para evidenciar que havia resistência dos trabalhadores, isolada ou coletivamente, contra a política apaziguadora do Estado varguista.

Os processos denunciam o descumprimento da legislação trabalhista, a concorrência entre trabalhadores estrangeiros e brasileiros, humilhações no ambiente fabril, entre outros. Porém, o sindicato dos trabalhadores não recebia somente reclamações trabalhistas, mas também o patrão dirigia-se ao sindicato para encaminhar processo contra os operários – exemplo, nesse caso, é a Metalúrgica Tupy, que em 1944 denuncia dois operários por sabotagem e crime contra a pátria.

Conrado de Mira acionou a justiça para defender sua atividade profissional e sindical desenvolvida na cidade de Joinville. Constam no Arquivo Histórico Municipal de Joinville inúmeros processos trabalhistas impetrados por Mira contra todos os sindicatos por ele trabalhados em várias décadas.

A história do movimento operário, dos sindicatos amarelos e a pedagogia estadonovista terão novas análises e configurações com a leitura dessas novas fontes que os processos apresentam. Portanto, a história e suas fontes não se esgotam, esses documentos oficiais são um exemplo da perspectiva histórica vislumbrada para uma futura investigação e uma possível continuidade da pesquisa desta dissertação.

Esses processos e essas reclamações trabalhistas são oferecidos no final desta dissertação, apenas como uma ilustração concreta do antagonismo que existia entre aquilo que o Estado estadonovista propunha e o que acontecia efetivamente dentro dos muros fabris (que os próprios sindicatos amarelos não conseguiam contornar).

Pode-se então identificar, nos processos trabalhistas as seguintes situações:

- 1) assédio moral de todas as naturezas como: agressões verbais; maus tratos;
- 2) descumprimento da legislação trabalhista: jornada de trabalho excessiva; não pagamento do salário mínimo;
- 3) campanha de nacionalização: constrangimento, delações e perseguições aos operários;
- 4) reclamação patronal: acusação de sabotagem contra a pátria e a economia do país.

• **Sindicato dos Têxteis – 16/11/1942.**

Firma: de Alfredo Marquardt – Irmãos Marquardt

Reclamante: Bertolino Alves:

Trabalhava o reclamante em uma serra circular quando de súbito apareceu um dos filhos do chefe da firma e disse bradando aos quatros cantos do mundo que o reclamante era surdo etc... tendo o reclamante alegado não ter ouvido ser chamado, pelo que, foi o dito insultador buscar seu irmão e pai, para os três em conjunto ameaçarem, insultarem e quase até o ponto de agredirem o reclamante e mandarem-no deixar o emprego e que o mesmo fosse embora. (SINDICATO DOS TÊXTEIS, 1942).

• **Sindicato dos Têxteis – 13/10/1942**

Empresa: Wogelsanger Irmãos

Reclamante: Marina de Oliveira: “[...] que ultimamente, vendo-se perseguida e até humilhada com palavras grosseiras por parte de seus chefes, foi obrigada a deixar o serviço [...]” (ibidem).

• **Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos – 09/10/1942**

Oficina de Pintura: Empresa do senhor Henrique Caitzenauer

Reclamante: Walfrido Carvalho Bueno: “[...] que já completou a idade de 18 anos e que se encontrava com o direito de receber a remuneração estipulada na lei do salário mínimo em vigor” (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS E MECÂNICOS, 1942).

- **Sindicato dos Têxteis – 1942**

Empresa: Arp e Cia.

Reclamante: Maria Magdalena Inácio:

[...] que, em 04 de fevereiro do ano em curso denunciou na Delegacia Regional de Polícia a Eduardo Haln, por este ter criticado o idioma nacional no recinto de trabalho; [...] que, dito Eduardo Haln era seu colega de trabalho e protegido de um tal de Petzol, de nacionalidade alemã e encarregado mestre da fábrica em que trabalhava; [...] que, após a denúncia que fez contra Eduardo Haln, o tal mestre Petzol não satisfeito com a prisão do seu protegido, tratou de persegui-la e maltratá-la até que em data de 1º do corrente mês satisfizesse em expulsá-la definitivamente do emprego. (SINDICATO DOS TÊXTEIS, 1942).

- **Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos [194-]¹⁹**

Empresa: Oficina Mecânica do senhor Francisco Strauks

Reclamante: Carlos Walter Eberbach “que, em desrespeito ao art. 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, o referido empregador lhe descontou dos salários a importância de 175,00 (cento e setenta e cinco réis) a título de ferramentas estragadas” (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS E MECÂNICOS, 194-).

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. (MARX, 1985, p. 210).

- **Sindicato das Olarias [194-]**

Empresa: Olaria de Francisco Boehn

Reclamante: Waldemiro Alves

[...] que, durante o tempo que trabalhou para o empregador acima citado sempre trabalhou num horário de 14 horas por dia, isto é, iniciava o serviço pelas 4 da manhã e terminava às 8 horas da noite, obtendo um intervalo de 2 horas mais ou menos para as refeições. (SINDICATO DAS OLARIAS, 194-).

¹⁹ Alguns processos estão sem data. As reclamações citadas foram pesquisadas no livro de processos trabalhistas que estava sob a guarda de Conrado de Mira, o qual as organizou dentro de uma sequência cronológica. Mas, embora não seja identificada a data, a priori, supõe-se pertencer ao período estadonovista, primeiro, por estar inclusa no mesmo livro da década de 1940; segundo, por tratar de assunto pertinente ao período.

- **Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos – 19/10/1945**

Empresa: Kprersch & Cia.

Reclamantes: Tauile dos Santos, Werner Gartz e Severiano Gonçalves:

[...] que, trabalhavam por tarefa e recebiam a média de 16,00 (dezesesseis réis) por dia de serviço de 8 horas e que pela manhã do dia 18 do mês e ano foram em conjunto ao escritório da reclamada a fim de solicitar aumento de seus salários;

[...] que, em resposta ao pedido acima, o citado empregador respondeu aos reclamantes “desapareçam da minha frente” [...] “Vão para a casa”, em seguida os reclamantes tomaram os seus paletós e saíram do recinto fabril citado.

[...] que, além do mais reclamavam o pagamento dos seus salários correspondentes de 1 a 18 do mês corrente e férias que deixaram de aqui mencionar a quantia por ignorarem o quanto de produção obtida até aquele dia, isto porque aos reclamantes não era permitido contar no fim de cada dia o serviço produzido. (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS E MECÂNICOS, 1945).

- **Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos – 14/06/1944**

Empregados: Arlindo Jovino da Silva e Orlando Machado.

Reclamante: Empresa de Fundação Tupy

Como medida de segurança da sua produção, a dispensar esses operários, que, além de desidiosos, são reconhecidamente vadios, preguiçosos e indisciplinados;

[...] o operário Orlando Machado, disfarçando a sua preguiça, remove disidiosamente para o monte de ferro quebrado da sua produção diária pedaços de ferros partidos anteriormente, a tal ponto que chegaram a misturar ferro gusa de tipos de qualidades diferentes, sabendo eles, frente às instruções que lhes foram ministradas, assim como em razão da natureza do serviço que prestavam, que essa mistura, em qualquer hipótese, não deveria ser feita. Sendo que a Tupy fornece ditas conexões aos Ministérios de Guerra e Marinha, Repartições Públicas e Estradas de Ferro, cobrindo além disto, o vasto consumo do país no setor da construção civil e nas instalações industriais (SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS E MECÂNICOS, 1944).

- **Sindicato dos Têxteis – 12/12/1940**

Firma: Henrique Méier e Cia.

Reclamante: Irene Weber “pela própria defesa da reclamada (fls. 26) quando declara que”:

Retornando a fábrica, Irene Weber, foi convidada a trabalhar em outras máquinas” e que “em consequência de suas faltas e da urgência em aprontar-se um grande pedido, nas suas máquinas primitivas trabalhava agora uma outra operária” induz-se, desde logo, cristalinamente, que a falta de alguns dias da pobre reclamante originava-se numa desorganização industrial e daí uma punição. Sim, porque a transferência provocada não é das tais que a lei ampara, porque não se aplica ao caso, quando se destaca, a luz meridiana da própria defesa o direito de punir. (SINDICATO DOS TÊXTEIS, 1940).

Esse processo foi o único em que se apresentou um posicionamento jurídico. Os outros casos não foram especificados no livro pesquisado, sobre quais os rumos e litígios encaminhados conforme seus processos.

O juiz de direito da Comarca de Joinville deu ganho à questão de Irene Weber:

[...] é argumento pueril e denota de modo inegável que a reclamante não reconhece os seus auxiliares o direito de se oporem às enfermidades ou males de que são atacados, como se o pobre fosse obrigado a enfrentar a adversidade sem descanso e sem recorrer a médicos. [...] que a reclamada não provocou a desobediência, insubordinação, ou indisciplina, pois, o provado é que, a revolta da reclamante, precedeu a atitude desumana da reclamada, a começar pelo desrespeito a lei, no tocante ao descanso, passando pelos descontos ilegais, e culminando com o menosprezo para com a condição da operária, em seu sétimo mês de gestação. (ibidem).

3. CONCLUSÃO

Esta dissertação procurou evidenciar a constituição política e pedagógica dos sindicatos amarelos joinvilenses no Estado Novo (1937-1945). O ponto de partida foi o fato de os dois sindicatos mais antigos e maiores da cidade terem sido reconhecidos ou fundados nesse período – o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos, na Fundação, na Siderurgia e na Indústria do Material Elétrico de Joinville e o Sindicato dos Têxteis, Fiação e Tecelagem. A pesquisa inicialmente pretendia, por meio desses dois sindicatos, evidenciar a difusão da pedagogia estadonovista deflagrada em nível nacional por meio das políticas trabalhistas e do atrelamento das entidades ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O recorte historiográfico limitou-se à cidade de Joinville, porém não ficou restrito aos sindicatos propostos inicialmente.

No primeiro capítulo fez-se um retrospecto histórico da conjuntura política e econômica no final do século XIX e início do século XX, para entendimento das contradições sociais que determinaram o surgimento dos sindicatos, das revoltas populares até a Revolução de 1930 e da instalação do governo Vargas. O Estado no Brasil apenas assume outros comandos, mas a essência de comando e dominação, como referia-se Mészáros (2002), continua a mesma. Os governos acabam, como foi demonstrado historicamente no início desta dissertação, mas o Estado a serviço do capital continua em constante construção para a manutenção da divisão social do trabalho e a manutenção da sociedade de classes, que em determinadas crises cíclicas do capitalismo se rompe ou se reestrutura, como foi o caso do Estado comandado por Vargas.

Defendeu-se a tese de que Vargas, com o Estado Novo e a instituição das políticas trabalhistas, somente cumpriu com o processo de reestruturação capitalista pelo qual passava o país. Nesse sentido, o Estado Novo tentou controlar as resistências que essa transição do modelo agrário-exportador para a industrialização provocou nos trabalhadores urbanos e camponeses. Elegeram-se então para análise os sindicatos amarelos e seu enquadramento ideológico ao Estado. Ficou evidenciado

que a política autoritária e a ideologia do capital honesto eram legitimadas em diversos sindicatos da cidade, desde 1934, fato registrado nas atas do I Congresso dos Operários de Joinville. Os sindicatos dos trabalhadores em Construção Civil, Trabalhadores em Moinho, Classificadores e Empilhadores de Madeira, entre outros, já haviam incorporado o ideal estadonovista de que a responsabilidade do desenvolvimento econômico nacional era dos trabalhadores. Os discursos das lideranças operárias nesse congresso explicitaram a defesa do capital honesto e do trabalho disciplinado, assim como a necessidade da união entre patrões e operários e a defesa da colaboração entre as classes. A presença de representantes do Ministério do Trabalho, intervindo e encaminhando propostas, seria, a partir daí, uma prática constante no Estado Novo. Além disso, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Mecânicos, em ata, relatava a doação patronal de um terreno para a construção de sede da entidade, numa demonstração concreta do estreitamento da ligação entre os sindicatos e os patrões. A formação educativo-ideológica imposta aos trabalhadores pelo Estado obstruiu na maioria dos trabalhadores joinvilenses o processo de consciência de classe. Alguns trabalhadores se deixaram cooptar pelas políticas trabalhistas, induzidos pela pedagogia estadonovista efetuada pelos intelectuais urbanos e pelos líderes sindicais defensores da indústria e do capital.

No segundo capítulo foi analisado o projeto pedagógico de aquiescência social e ajustamento dos trabalhadores ao Estado Novo e o modo como foi implementado estrategicamente pelos sindicatos e seus representantes para a legitimação e difusão dos desígnios autoritários estadonovistas. A imprensa assumiu um papel relevante para a divulgação das políticas trabalhistas e da incutação de harmonia nacional. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, tornou-se o censor oficial do Estado nos meios de comunicação, assim como nas atividades educativas e artísticas. Em Joinville, os documentos publicados pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), fundado em 1938 para divulgação dos discursos e políticas trabalhistas do Estado Novo, foram adotados pelos sindicatos dos amarelos para a educação dos trabalhadores. Também nos encontros, reuniões, festividades realizados no Círculo Operário, fundado em 1935 para a promoção do catolicismo e a defesa dos preceitos cristãos, defendia-se o trabalho e o capital honesto e, fundamentalmente, combatia-se o comunismo. Numa realização dos preceitos estadonovistas nas atividades circunistas, eram somente admitidos trabalhadores sindicalizados. Para homenagear o Estado autoritário de Vargas, os trabalhadores joinvilenses, coordenados pela Igreja e pelos sindicatos, o *hall* de entrada do Círculo Operário foi denominado *Hall* Filinto Muller, chefe da polícia repressora de Vargas.

Constatou-se também a participação de algumas lideranças políticas e sindicais na efetivação das políticas estadonovistas e na defesa do governo Vargas, do Estado, do trabalho e do capital honesto. Constatou-se que Joinville, no início do século XX, demonstrava uma inclinação para o autoritarismo, em 1935 a vinda de Plínio Salgado para Joinville e uma grande passeata na Rua do Príncipe culminará, em 1936, num governo integralista, comandado por Aristides Largura. Logo após a decretação do Estado Novo, houve a exclusão e a perseguição dos integralistas joinvilenses. Pelas análises políticas de Carlos Gomes de Oliveira e Adolfo B. Schneider pôde-se problematizar os conceitos e a leitura do processo estadonovista que a classe dominante fazia em Joinville. Finalmente, foi analisada a participação de Conrado de Mira e sua trajetória política e sindical. Mira autodenominava-se um legítimo defensor das políticas trabalhistas de Vargas, desde a Revolução de 1930, a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) até os desfechos do Estado Novo em 1945. O intelectual orgânico, no caso, Conrado de Mira, estava comprometido com a classe dominante e assim o fazia na sua prática política e foi acusado algumas vezes de *pelego* e *conciliador* por alguns sindicalistas. Mira mantinha monopólio de todas as ações e documentos sindicais - atas, livros-caixa e processos trabalhistas de vários sindicatos foram guardados em sua residência durante anos. Mira controlava a burocracia, recebia salários de todos os sindicatos, chegando a incomodar e concorrer com o fiscal do Ministério do Trabalho, que enviou pedido para sua demissão ao Sindicato da Construção Civil, mas os trabalhadores negaram esse pedido. No Arquivo Histórico Municipal de Joinville encontram-se inúmeros processos que Conrado impetrou contra todos os sindicatos em que trabalhou durante sua vida. Sem dúvida, um material histórico, fundamental para analisar profundamente a participação orgânica de Conrado nos sindicatos, assim como resgatar a história do movimento sindical pós-Estado Novo.

A pedagogia estadonovista imprimiu na história dos trabalhadores joinvilenses, por meio dos seus sindicatos, uma ideologia centralizadora e totalitária. Em contrapartida, houve uma assimilação aquiescente dos trabalhadores, por conta da estrutura intelectual e orgânica dos líderes sindicais e do movimento sindical institucionalizado para corroborar a perspectiva sociometabólica de reprodução do capital. Nesse sentido, os sindicatos dos trabalhadores em Joinville, durante o Estado Novo, foram aliados da classe dominante na promoção e estruturação do capital por meio do trabalho e da cooperação com o Estado. Porém, vê-se alguns exemplos de resistência dos trabalhadores joinvilenses, como as reclamações e os processos trabalhistas. O fato de os operários procurarem o sindicato, mesmo ele mantendo uma prática e discurso conveniente e conivente com o patrão,

significa que alguns trabalhadores não se deixaram amoldar pela pedagogia autoritária e subordinativa. Nesse caso, pode-se analisar que há um processo de transição do senso comum para o bom senso. O trabalhador questiona o senso comum (ideologia dominante) e passa a elaborar outras concepções e interpretações sobre sua existência dentro do seu local de trabalho. Em contraponto, o sindicato, fiel à classe hegemônica, não servia a dois senhores, servia e defendia os interesses de quem detinha o poder econômico; prova disso é o fato concreto de a empresa Metalúrgica Tupy encaminhar ao sindicato o processo contra dois operários, acusados de sabotagem. A empresa argumentava que como fornecia material para o Ministério da Guerra, Marinha e Exército, o crime não era contra a fábrica, mas sim contra a pátria. Propositamente, colocou-se os processos no final da dissertação, para insinuar que, provavelmente, a continuação desta pesquisa se dará pelo âmbito não só da cooptação e manipulação ideológica, mas vislumbrando a resistência operária, isolada ou coletiva, que em tempos de autoritarismo timidamente se forjava.

O propósito inicial desta dissertação foi compreender a relação existencial dos sindicatos dos Têxteis e dos Mecânicos e Metalúrgicos com o Estado Novo, porém o trabalho historiográfico é condicionado pela existência material do pesquisador e das fontes que vislumbram seu objeto de pesquisa. Como fora explicitado, na introdução, encontrou-se um manancial de documentos originais no arquivo pessoal de Conrado de Mira, que haviam sido doados para o Arquivo Público de Joinville. Esse fato determinou a ampliação da investigação para entender a pedagogia estadonovista em Joinville, assim como o estudo dos documentos referentes ao Círculo Operário e das publicações oficiais do DNP, entre outras fontes primárias investigadas. O Laboratório de História Oral do Arquivo Histórico contribuiu para o desenvolvimento desta dissertação, com entrevistas imprescindíveis por seu valor histórico e político, como: Carlos Gomes de Oliveira, Adolfo B. Schneider, Aristides Largura e Carlos Aauto Vieira.

Com a garimpagem das fontes e sua catalogação, a pesquisa amplia-se e urge uma continuidade investigatória. Os novos aportes à pesquisa apontaram outros caminhos a serem percorridos pelo historiador, como a história da educação no Estado Novo, a campanha da nacionalização, o integralismo e, principalmente, a história do movimento sindical. Apesar de estar crescendo, ainda é pequena a importância dada pelos historiadores aos movimentos dos operários. Talvez essa seja a explicação do não-interesse acadêmico pelo movimento sindical, que, em Joinville, possui toda a sua história para ser desvelada.

O escopo desta dissertação e a concatenação de seus resultados possibilitaram a abertura de diversas trilhas para outras análises históricas dos sindicatos amarelos, fora do eixo Rio–São Paulo, mostrando os caminhos e percursos particulares da pedagogia estadonovista no interior do Brasil e da sua influência entre os trabalhadores. Desse modo, poder-se-á contribuir para o resgate e a elaboração de uma historiografia regional desse período tão significativo para o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Betty S. **O que todo cidadão precisa saber sobre greves**. São Paulo: Global, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Crise e poder**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1986.

_____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: Da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2. ed. São Paulo: Cortez; São Paulo: Autores Associados, 1988.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ARAÚJO, Ângela. **A Construção do consentimento**: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: Scritta, 1998.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Acervo Iconográfico**: 441, 442, 443, 444, 447, 448, 689, 690.

_____. **Laboratório de História Oral**: Entrevistas de Adolfo B Schneider; Aristides Largura; Carlos Gomes de Oliveira e Carlos Adauto Vieira.

_____. **Registro dos atos do prefeito Aristides Largura**. Pasta documental. Joinville, 1936-1937. (Original datilografado, s.ed.)

_____. **Registro dos atos do prefeito Joaquim Wolff**. Pasta documental. Joinville, 1938-1939. (Original datilografado, s.ed.)

_____. **Registro dos atos do prefeito Nabor de Lima Monteiro.** Pasta documental. Joinville, 1939-1940. (Original datilografado, s.ed.)

_____. **Registro dos atos do prefeito Arlindo Pereira de Macedo.** Pasta documental. Joinville, 1945-1946. (Original datilografado, s.ed.)

ASSEMBLÉIA DO SINDICATO ALIANÇA DOS OPERÁRIOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL. **Ata...** Joinville, 13 jan. 1938.

ASSEMBLÉIA GERAL DO SINDICATO DOS OPERÁRIOS EM MOINHOS. **Ata...** Joinville, 4 jan. 1940.

_____. **Ata...** Joinville, 19 mar. 1940.

AZEVEDO, Fernando; PEIXOTO, Afrânio; DÓRIA, A. de Sampaio et al. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, v. 1. n. 1, 1944.

BAÍA HORTA, José Silvério. **O hino, o sermão e a ordem do dia:** regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República.** São José: Rio de Janeiro, 1957.

BERNARDO, João. **Capital, sindicato, gestores.** São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1987.

_____. **Economia nos conflitos sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: EDUSP, 1987.

BRAVERMANN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1987.

BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAFIERO, Carlo. **O capital:** uma leitura popular. São Paulo: Polis, 1990.

CAMPOS, Francisco. **Os problemas do Brasil e as grandes soluções do novo regime.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: Difel, 1977.

CAPELATO, M. Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: EDUSP/Contexto, 1988.

CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945).** Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. **Da esquerda à direita**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. [1. ed. 1987.]

CHAUÍ, Marilena. **Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____; FRANCO, Maria Sylvia. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.

CÍRCULO OPERÁRIO DE JOINVILLE. **Estatuto**. Joinville, 1935. (Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

_____. **Convite Circular**, Joinville, 13 abr. 1942. (Original datilografado. Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

COELHO, Ilanil. **Joinville e a campanha da nacionalização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Carlos, São Carlos, 1993.

CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE. **Ata...** Joinville, 15 jan. 1934.

_____. **Ata...** Joinville, 16 jan. 1934.

_____. **Ata...** Joinville, 19 jan. 1934.

COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem: tensões sociais e controle** (Joinville, 1917 – 1943). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1989.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DE DECCA, Edgar. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

DNP – DEPARTAMENTO NACIONAL DE PROPAGANDA. **O Brasil é bom**. Rio de Janeiro: DNP, 1938.

_____. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: DNP, 1939a.

_____. **Elogio proletário de Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: DNP, 1939b.

_____. **O presente e o futuro do trabalhador**: como estão assegurados pela Legislação Social do Brasil Novo. Rio de Janeiro: DNP, 1939c.

_____. **O Brasil de ontem, hoje e de amanhã**. Rio de Janeiro: DNP, 1942.

DUARTE, Cândido. **A organização municipal no governo de Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: DIP, 1942.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **A dialética da natureza**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

_____. **A revolução de 30**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ata...** Ano 1, suplemento III. Joinville, 1973.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da et. al. **Na luta por direitos**: estudos recentes e história social do trabalho. Campinas: EDUCAMP, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1971.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1987.

_____. **Filosofia e história da educação brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____.; DINIZ, Elis; CAMARGO, Aspásia de Alcântara et al. **O Brasil republicano**. Tomo III: Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Sobre democracia operária e outros textos**. São Paulo: Biblioteca Ulmeiro, 1976.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRANDE, Professor Humberto. **A pedagogia no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Guarani, 1941.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (i)migrantes**: o cotidiano de uma cidade. Joinville: Editora da Univille, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das Revoluções**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **O mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

JORNAL DE JOINVILLE. O comércio e a indústria de Joinville. Joinville, p. 1, 12 dez. 1931. Edição especial.

_____. Da República. Joinville, p. 5, 11 nov. 1937.

_____. Disciplina e trabalho. Joinville, p. 7, 1 dez. 1938.

_____. Homenagem aos prefeitos de Joinville. Joinville, p. 3, 3 jul. 1974.

JUNTA GOVERNATIVA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. **Ata...** Joinville, 9 abr. 1940.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

LARGURA, Aristides. Entrevista concedida a Dunia Freitas Toaldo. Balneário Camboriú, 8 mar. 1982. (Laboratório de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville.)

LOMBARDI, José Claudinei. **Marxismo e história da educação**: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

LOSOVSKY, D. **Marx e os sindicatos**: o marxismo revolucionário e o movimento sindical. São Paulo: Anita Garibaldi, s.d.

LUCENA, Carlos. **Tempos de destruição**: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Moraes, 199?.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Salário, preço e lucro**. 6. ed. São Paulo: Global, 198?.

_____. **O capital**: crítica da Economia Política. Vol. I. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **O manifesto comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. Marxismo, sistema do capital e socialismo hoje. Entrevista. **Lutas Sociais**, São Paulo, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais da Faculdade de Ciências Sociais do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, n. 6, jan./jun. 1999..

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo/Editora da UNICAMP, 2002.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo/Editora da UNICAMP, 2004.

MIRA, Conrado de. Deixa o trabalhador passar. **Boletim Sindical**, Joinville, n. 13, jun. 1955. (Manifesto ao povo de Joinville. Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

_____. **Para frente e para o alto**. Joinville: s.ed., 196?. (Carta aberta ao povo de Joinville. Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

_____. **Idoneidade ideológica**. Joinville: s.ed., 1964. (Carta ao Secretário de Segurança do Estado de Santa Catarina. Original datilografado. Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

_____. **Defesa de Conrado de Mira**. Joinville: s.ed., 16 dez. 1976. (Ação judicial, cópia datilografada. Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988.

MORAIS, Fernando. **Chatô – o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. Entrevista concedida a Eneida Raquel S. Thiago. Barra Velha, 1978. (Laboratório de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville.)

OLIVEIRA, Isa Rocha. **Industrialização de Joinville – SC: da gênese às exportações**. Florianópolis: s.ed., 1997.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Porto Alegre: Globo, 1960.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PICHELI, Valdir. **O Idort enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930-1944)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MONTEIRO, Duglas Teixeira; PETRONE, Maria Tereza Shorer; CARVALHO, José Murilo de. **O Brasil republicano**. Tomo III: Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

POULANTZAS, Nicos. **Teorias das classes sociais**. Porto Alegre: Publicações Escorpião, 1976.

PRADO, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

REIVINDICAÇÕES PARA O PRESIDENTE EURICO GASPAR DUTRA. Joinville, 1945. (Abaixo-assinado. Texto original. Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Moraes, 1982.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e educação**: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo: Moraes, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Entrevista concedida a Iara Andrade Costa. Joinville, 1993. (Laboratório de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville.)

SCHÖRNER, Ancelmo. **O arco-íris encoberto**: Jaraguá do Sul, o trabalho e a história - operários colonos-operários e faccionistas. Joinville: Oficina Comunicações, 2000.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SINDICATO ALIANÇA DOS OPERÁRIOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL. **Ata...** Joinville, 12 jan. 1940.

_____. **Ata...** Joinville, 3 fev. 1941.

_____. **Ata...** Joinville, 18 jan. 1940.

SINDICATO DAS OLARIAS. **Processos e reclamações trabalhistas**. Joinville, 1940-1945. (Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

SINDICATO DOS CLASSIFICADORES E EMPILHADORES DE MADEIRA. Joinville. **Ata...** Joinville, 16 jun. 1939.

_____. **Ata...** Joinville, 20 jul. 1939.

_____. **Ata...** Joinville, 3 ago. 1943.

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS E MECÂNICOS. **Processos e reclamações trabalhistas**. Joinville, 1940-1945. (Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

SINDICATO DOS TÊXTEIS. **Processos e reclamações trabalhistas**. Joinville, 1940-1945. (Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS E MECÂNICOS, NA FUNDIÇÃO, NA SIDERURGIA E NA INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTRICO DE JOINVILLE. **Conselho Fiscal**. Joinville, 1938. (Livro-caixa. Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

_____. **Socorro aos sócios**. Joinville, 1938. (Livro-caixa. Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

_____. **Ata...** Joinville, 24 ago. 1939.

_____. **Ata...** Joinville, 12 out. 1939.

_____. **Ata...** Joinville, 3 jan. 1940.

_____. **Ata...** Joinville, 7 mar. 1940.

_____. **Ata...** Joinville, 4 abr. 1940.

_____. **Ata...** Joinville, 16 jun. 1964.

_____. **Registros financeiros**. Joinville, 1938; 1942; 1943. (Livro-caixa. Arquivo pessoal de Conrado de Mira.)

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil de Getúlio Vargas à Castello Branco**. Rio de Janeiro: Saga, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SOUZA, O. de Carvalho. **Evolução do comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro: DNP, 1939. (Monografia.)

TERNES, Apolinário. **História de Joinville: uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1984.

_____. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

_____. **Dossiê dos 100 anos, Carlos Gomes de Oliveira**. Porto Alegre: Palitai, 1994.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRONCA, Ítalo. **A Revolução de 30: a dominação oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **A nova política do Brasil VII: no limiar de uma nova era.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1939/1940.

_____. **A nova política do Brasil X: o Brasil na guerra.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1943/1944.

_____. **Atualidade brasileira:** seus problemas e soluções. Rio de Janeiro: DNP, 1939b. (Discurso no segundo aniversário do Estado Novo.)

_____. **O Estado Novo e o momento brasileiro.** Rio de Janeiro: DNP, 1938. (Entrevista concedida à imprensa pelo presidente Getúlio Vargas na data do Primeiro aniversário da instituição do regime de 10 de novembro.)

_____. **A nova política do Brasil:** realização do Estado Novo, 1º de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938/1939.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras.** Rio de Janeiro: Record, 1974.

VIEIRA, Carlos Adauto. Entrevista concedida a Adriano da Silva. Joinville. 9 ago. 2000. (Laboratório de História Oral – Arquivo Histórico de Joinville.)

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1985.